



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

TAUANY SANTOS CASTRO TOMÉ

**O TRÁFICO DE DROGAS E SUAS IMPLICAÇÕES EM UM  
TERRITÓRIO VULNERÁVEL DE LONDRINA**

---

Londrina  
2018

TAUANY SANTOS CASTRO TOMÉ

**O TRÁFICO DE DROGAS E SUAS IMPLICAÇÕES EM UM  
TERRITÓRIO VULNERÁVEL DE LONDRINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof. Dra. Andréa Pires Rocha.

Londrina  
2018

### **Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

T656t Tomé, Tauany Santos Castro.  
O tráfico de drogas e suas implicações em um território vulnerável de Londrina /  
Tauany Santos Castro Tomé. - Londrina, 2018.  
105 f.: il.

Orientador: Andréa Pires Rocha.  
Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual  
de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em  
Serviço Social e Política Social, 2018.  
Inclui bibliografia.

1. Serviço social - Teses. 2. Tráfico de drogas - Londrina (PR) - Teses. I. Rocha,  
Andréa Pires. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais  
Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social. III. Título.

CDU 36

TAUANY SANTOS CASTRO TOMÉ

**O TRÁFICO DE DROGAS E SUAS IMPLICAÇÕES EM UM  
TERRITÓRIO VULNERÁVEL DE LONDRINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Prof. Dra. Andréa Pires Rocha  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dra. Dione Lolis  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dra. Rita de Cássia Cavalcante Lima  
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Londrina, 23 de fevereiro de 2018.

## AGRADECIMENTO

A Deus pelo dom da vida, pela oportunidade de concretizar mais uma fase e por ter me sustentado até aqui, a glória pertence a Ele.

Ao meu esposo, pela paciência nas horas necessárias, ao apoio ofertado durante estes anos, por me encorajar nas horas em que me senti impotente, obrigada por fazer parte desta história.

Aos meus pais e aos meus irmãos por acreditar neste sonho junto comigo e por sempre me ajudar naquilo que precisei.

À orientadora, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andréa Pires Rocha, pelo compromisso, dedicação e todo incentivo ao longo dessa trajetória. A você minha admiração e meu sincero respeito.

A todos os docentes e colegas do Mestrado em Serviço Social e Política Social da UEL, pela intensa troca de conhecimento e experiências.

Aos sujeitos participantes desta pesquisa, por aceitarem participarem da pesquisa empírica que possibilitou a construção deste trabalho, por terem disponibilizado um tempo para a discussão e reflexão proposta, sendo assim, esta contribuição foi fundamental para a conclusão deste trabalho e processo de aprendizagem.

A todos os meus amigos que estiveram por perto neste processo, obrigada por todas as palavras de incentivo, toda compreensão nos momentos de choros e desesperos, vocês tornaram a luta menos árdua.

As professoras participantes da banca de defesa, meus sinceros agradecimentos por toda contribuição.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela Bolsa de Pesquisa.

A todos meus sinceros agradecimentos!



TOMÉ, Tauany Santos Castro. **O tráfico de drogas e suas implicações em um território vulnerável de Londrina**. 2018. 105 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

## RESUMO

Esta pesquisa resulta do processo de formação, sobretudo do contato com a realidade profissional no território de análise deste trabalho. O estudo tem como objeto as consequências das ações do tráfico de drogas no território a partir da percepção dos representantes das organizações públicas e comunitárias, trata-se de um estudo em um bairro específico do Município de Londrina. A análise feita se dá a partir da percepção dos representantes das organizações públicas e comunitárias acerca da influência do tráfico de drogas no Conjunto Habitacional, sendo este o território de atuação destes representantes. Deste modo o estudo é composto por três capítulos, uma vez que o objetivo do resgate teórico perpassa pela compreensão da emergência do Estado penal nos territórios vulneráveis, sendo que a demarcação destes territórios vulneráveis e da população que ocupa estes espaços retratam um cenário onde a vulnerabilidade e a pobreza possui maior destaque em sua dinâmica. Além disso, a ênfase que se dá ao proibicionismo em nome da chamada “guerra às drogas”, na qual o alvo principal é a população inserida nos territórios vulneráveis, que na sua maioria são formadas por jovens, negros e pobres. Posteriormente, a pesquisa empírica teve como pressuposto analisar quais são as consequências das ações do tráfico de drogas no território. A pesquisa permitiu entender como o tráfico de drogas tem influenciado na dinâmica do local, bem como da atuação dos profissionais que prestam serviços a este território em meio a esta dinâmica.

**Palavras-chave:** Guerra às drogas. Proibicionismo. Territórios Vulneráveis. Tráfico de Drogas.

TOMÉ, Tauany Santos Castro. **Drug trafficking and its implications in a vulnerable territory of Londrina.** 2018. 105 f. Dissertation (Master's Degree in Social Work and Social Policy)– Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

### **ABSTRACT**

This research results from the training process, especially from the contact with the professional reality in the analysis territory of this work. The study aims at the consequences of drug trafficking actions in the territory from the perception of representatives of public and community organizations, it is a study in a specific neighborhood of the Municipality of Londrina. The analysis is based on the perception of the representatives of public and community organizations about the influence of drug trafficking in the Conjoint Housing, which is the territory of these representatives. Thus, the study is composed of three chapters, since the purpose of the theoretical rescue is to understand the emergence of the criminal State in vulnerable territories, and the demarcation of these vulnerable territories and the population that occupy these spaces depict a scenario where vulnerability and poverty is more prominent in its dynamics. In addition, the emphasis on prohibitionism in the name of the so-called "war on drugs", in which the main target is the population inserted in the vulnerable territories, which are mostly formed by young, black and poor. Subsequently, the empirical research had as presupposition to analyze what are the consequences of the actions of drug trafficking in the territory. The research allowed us to understand how drug trafficking has influenced the dynamics of the place, as well as the performance of the professionals that provide services to this territory in the midst of this dynamic.

**Keywords:** Drug War. Prohibitionism. Territories Vulneráveis. Drug trafficking.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1 – Município de Londrina .....</b>	<b>73</b>
---	-----------

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS	Agente comunitário de saúde
APM	Associação de Pais e Mestres
CEI	Centro de Educação Infantil
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
COHAB-LD	Companhia de Habitação de Londrina
IRSAS	Informatização da Rede de Serviços da Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
ONG	Organização Não Governamental
PIB	Produto Interno Bruto
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UBS	Unidade Básica de Saúde

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2</b>	<b>A EMERGÊNCIA DO ESTADO PENAL NOS TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS</b> .....	15
2.2	O TERRITÓRIO E SUA DIALÉTICA .....	27
2.3	TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS.....	36
<b>3</b>	<b>PROIBICIONISMO, TRÁFICO DE DROGAS E SUAS CONTRADIÇÕES</b> .....	45
3.1	PROIBICIONISMO .....	45
3.2	O NEGÓCIO DAS DROGAS E O CONTROLE SOB TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS .....	52
3.3	IMPLICAÇÕES DA PRESENÇA DO TRÁFICO DE DROGAS EM DETERMINADOS TERRITÓRIOS.....	63
<b>4</b>	<b>INFLUÊNCIAS DA PRESENÇA DO TRÁFICO DE DROGAS EM UM TERRITÓRIO VULNERÁVEL</b> .....	71
4.1	TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS INFORMAÇÕES SOBRE O MUNICÍPIO DE LONDRINA.....	72
4.2	IDENTIFICAÇÃO GERAL DO TERRITÓRIO E A REDE DE SERVIÇOS.....	74
4.3	O TRÁFICO DE DROGAS A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS ENTREVISTADOS .....	75
4.4	A PRESENÇA DO TRÁFICO DE DROGAS E IMPLICAÇÕES PARA A GARANTIA DE DIREITOS SOCIAIS .....	78
4.5	A “ECONOMIA DA DROGA PROIBIDA” EM UM TERRITÓRIO VULNERÁVEL .....	86
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	91
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	95
	<b>APÊNDICES</b> .....	101
	APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista .....	102
	APÊNDICE B – Termo de Confidencialidade e Sigilo .....	103
	APÊNDICE C – Termo de Conscientimento livre e Esclarecido.....	104

## 1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, a temática do tráfico de drogas tem permeado a sociedade com debates acalorados que envolvem sua criminalização e repressão, perpassando pela disputa de poder existente entre o narcotráfico e o Estado, na efetivação da chamada “guerra às drogas” nos territórios em que estão inseridos. Nota-se que esta disputa de poder tem gerado o agravamento de tensões, opressões, controle da população, violência e violações de Direitos Humanos de maneira intensa nos territórios vulneráveis social e economicamente<sup>1</sup>, sendo necessária, portanto, a problematização da ocupação do narcotráfico nestes territórios.

Neste sentido, esta pesquisa propõe uma discussão sobre as consequências das ações do tráfico de drogas no dia a dia de um território<sup>2</sup> situado na região Norte do Município de Londrina, sendo este um território que vivencia situação de vulnerabilidade social e econômica. Entende-se que a perspectiva da totalidade do território e as relações ali existentes auxiliam na observação dos diferentes fatores socioterritoriais que configuram este espaço. Do mesmo modo que voltar os olhos para atores sociais que compõem uma rede de serviços, que propicia atendimento a um território em situação de vulnerabilidade, sendo uma delas a existência do tráfico de drogas e suas contradições.

As primeiras aproximações com a temática acerca do território se deram na participação em um grupo de pesquisa no período da graduação, bem como na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Porém, o maior interesse na compreensão sobre o tráfico de drogas nos territórios vulneráveis ocorreu em função da atuação profissional. Mais especificamente, no exercício profissional como Assistente Social durante um ano e meio em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), numa instituição sem fins lucrativos situada no território de análise desta pesquisa.

A partir do exercício profissional dentro do território, foi possível notar a correlação de forças que envolvia o tráfico de drogas, os moradores e

---

<sup>1</sup> Destaca-se que o narcotráfico está presente em diferentes espaços, entretanto, o recorte da pesquisa se refere à questão da presença do tráfico de drogas em territórios vulneráveis. Além disso, o desenvolvimento da pesquisa já nos permite afirmar que o impacto do negócio das drogas em territórios nos quais residem pessoas de classe média e alta é muito diferente daqueles materializados em territórios pobres.

<sup>2</sup> Não destacamos nominalmente o bairro de análise da pesquisa, neste momento, considerando a temática abordada. Porém, vale destacar que contamos com a opinião da banca acerca desta questão.

aqueles que atuavam em algum serviço público no local, seja governamental ou não. Esta inserção permitiu perceber que a relação que permeava este território manifestava-se na vivência de conflitos internos em função da disputa pelo tráfico de drogas. Além disso, estes conflitos também impossibilitavam a mobilidade dos moradores e o acesso aos serviços de proteção social, pois, em momentos de conflitos, alguns serviços ausentavam-se do território.

Assim sendo, notou-se as relações que de fato se estabeleciam, bem como se constituíam, por meio de diferentes histórias, contextos de trajetória de vida, culturas, entre tantos citados na formação do território<sup>3</sup>. O conceito apontado por Saquet (2007) materializa sinteticamente essa relação ao dizer que o território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura; idéia e matéria; identidades e representações; apropriação, dominação e controle. Ainda segundo o mesmo, isso envolve processos sociais semelhantes e diferentes, nos mesmos ou em distintos momentos e lugares, centrados na conjunção, paradoxal, de descontinuidades, de desigualdades, diferenças e traços comuns (SAQUET, 2007, p.24).

É em função dessa desigualdade nos territórios que se dá a formação de diferentes grupos que passam a interagir por interesse comum, constituindo-se individualmente ou por grupos como igrejas, empresas, o narcotráfico e o próprio Estado. Fatores estes que podem ser identificados no contexto do território desta pesquisa.

Assim, o objetivo do trabalho é analisar quais são as consequências das ações do tráfico de drogas no território, a partir das percepções das organizações públicas e comunitárias. Deste modo, para alcançar este objetivo, propõe-se especificamente: refletir acerca dos determinantes do Estado Penal e da chamada “guerra às drogas” em territórios vulneráveis; compreender os principais elementos da violência urbana que atingem territórios vulneráveis social e economicamente; analisar o fenômeno do tráfico de drogas e suas implicações; apresentar a realidade do território a partir da abordagem territorial; identificar a rede de serviços e proteção social que atende o território; identificar as estratégias de atuação utilizadas pelos serviços de atendimento para a garantia de direitos da população moradora do bairro.

---

<sup>3</sup> Abordamos no primeiro capítulo desta pesquisa de forma clara e aprofundada como se dá a formação do território e suas complexidades.

Como metodologia para a pesquisa, foi utilizada uma análise qualitativa do objeto proposto, sendo este as consequências das ações do tráfico de drogas no território, a partir da percepção das organizações públicas e comunitárias. Além disso, a escolha pela pesquisa qualitativa se dá por entender que, desta forma, poderemos nos aproximar da realidade e analisá-la de maneira mais aprofundada, pois, segundo Minayo (2012, p.21), este tipo de pesquisa ocupa um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado, visto que ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores.

Deste modo, em um primeiro momento, foi realizada uma revisão bibliográfica acerca dos temas relevantes para a discussão e reflexão, tais como: Estado Penal, território vulnerável, relação de poder e tráfico de drogas. Foram realizadas, também, visitas institucionais a todos os serviços, apresentando a proposta da pesquisa e o convite para a participação da mesma.

Na realização da pesquisa de campo, foram utilizadas as entrevistas semiestruturadas feitas com atores sociais que compõem a rede de serviços do território. Os sujeitos são profissionais de órgãos públicos que atendem o território, sendo eles: Política de Educação, representada pela coordenadora da escola municipal; a Política de Assistência Social, por uma assistente social do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); e a Política de Saúde, por um agente comunitário de saúde (ACS). Em relação aos atores sociais, elencou-se representantes da sociedade civil que desenvolvem ações no bairro. Neste sentido, os sujeitos são: um representante do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), representada por uma Organização Não Governamental<sup>4</sup> (ONG) e um representante da Associação de Pais e Mestres (APM). Foi realizada uma entrevista semiestruturada com cada representante. Considerando a temática abordada, entendemos que o sigilo profissional e a preservação dos sujeitos da pesquisa são de suma importância, portanto, na análise da coleta de dados, identificamos os sujeitos da seguinte maneira: Sujeito A; Sujeito B; Sujeito C e Sujeito D.

Deste modo, a entrevista realizada foi orientada por um roteiro semiestruturado, composto por sete questões referenciadas no Apêndice A, as quais

---

<sup>4</sup> Vale destacar que este serviço foi o único que recusou participar da pesquisa, pois avaliaram que este momento não é propício para este tipo de ação da ONG.

foram gravadas com a autorização dos sujeitos – cada entrevistado assinou o Termo de Conscientemente Livre e Esclarecido. A escolha desta amostra não foi probabilística, pois a escolha dos sujeitos representando cada serviço ocorreu de forma intencional, considerando que estes serviços atendem a população do território, o que facilita na compressão e vivência da temática proposta. Ainda assim, cada representante tem uma vinculação com o território transitando em todo o espaço, mantendo o contato por atendimentos e visitas domiciliares ou até mesmo em diferentes atividades desenvolvidas no bairro. O projeto foi protocolado no Comitê de ética e obtivemos sua liberação para a realização da pesquisa.

Assim, a presente pesquisa encontra-se organizada em três seções, sendo que a primeira seção tem como pressuposto a compreensão da emergência do Estado Penal e suas estratégias de criminalização dos pobres, especificamente da população que reside em territórios vulneráveis, nos quais vivenciam o estigma e o preconceito. Bem como uma discussão acerca do simbólico no campo do território, pautada pelo materialismo dialético, sendo que utilizamos de alguns autores que tratam a questão simbólica e traduz questões contemplativas e como elas se materializam no neoliberalismo. A segunda seção buscou tratar da discussão, ao longo da história, sobre o proibicionismo, na qual se destaca o narcotráfico, a partir da política de proibição que corrobora com a chamada “guerra às drogas”, exercida por aparatos do Estado e que está diretamente ligado ao controle e violência aos territórios vulneráveis.

Por fim, a terceira seção se divide na caracterização do Município da Cidade de Londrina, bem como do território e a rede de serviços deste território. Além disso, aborda as consequências do tráfico de drogas no território, a partir das entrevistas, ou seja, este capítulo expressa a reflexão sobre a pesquisa de campo, possibilitando a análise das respostas dos sujeitos, bem como a interlocução com o embasamento teórico no decorrer do trabalho. Para isso, trabalhamos com a sistematização de três eixos estruturantes, sendo estes: particularidades do território; percepções sobre o tráfico; e implicações da presença do tráfico no território. Vale destacar que, sobre o eixo da particularidade do território, os leitores irão encontrar antecipações de falas da pesquisa de campo na primeira e segunda seção desta pesquisa.

Busca-se, enfim, que os resultados da pesquisa possam suscitar reflexões em relação às diferentes formas de violações de direitos que as

populações residentes em territórios vulneráveis são submetidas. Dentre elas, priorizou-se nesta pesquisa, reflexões acerca dos problemas decorrentes do próprio Estado penal, que se exime de garantir os direitos sociais e fortalece suas instituições de controle. Em meio deste contexto é que se situa a “guerra as drogas”, como justificativa para a manutenção estigma e do controle voltado a determinados territórios. Por outro lado, demonstra-se que esses territórios, por sua vez, também sofrem diferentes formas de opressão, violência e medos decorrentes da presença do tráfico de drogas que tangencia os entraves para garantia dos direitos sociais e, contraditoriamente, oferece renda para alguns de seus moradores. Elementos esses que serão discutidos na dissertação em uma perspectiva de suscitar reflexões problematizadoras acerca da questão das drogas, sua proibição e tráfico, vinculando-as a realidade dos territórios vulneráveis e de seus moradores.

## **2 A EMERGÊNCIA DO ESTADO PENAL NOS TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS**

Parte-se do pressuposto que a compreensão de fenômenos sociais é tecida em meio a contradições próprias do modo de produção capitalista, exigindo-se, portanto, uma aproximação de reflexões acerca do Estado burguês e suas expressões contemporâneas. No caso da pesquisa em questão, cujo objetivo é analisar quais são os impactos das ações do tráfico de drogas no dia a dia de um território do município de Londrina, a partir das vivências profissionais de representantes que atuam em instituições que compõem a rede de serviços que atende o território, compreender o Estado neoliberal e suas estratégias para a criminalização dos pobres é essencial para que se possa compreender a realidade dos moradores do território analisado e, em consequência disso, os impactos da presença do tráfico de drogas no local.

Este capítulo é subdividido em três seções. Na primeira, é abordado o tema do Estado Penal como forma de controle dos pobres, o qual, por sua vez, enfatiza as relações intrínsecas entre o Estado e a Questão Social. A partir disso, é destacado o fortalecimento da penalização dos pobres em uma perspectiva afim de compreender os fatores que permeiam a intervenção estatal frente a uma população específica, a qual vivencia condições de violações de direitos, vulnerabilização e violência

Na segunda seção, são destacadas reflexões sobre alguns conceitos de território. Considerando que a análise desta dissertação se dá em um território específico, compreende-se a importância de apresentar uma discussão acerca das relações que se estabelecem pautadas na atividade produtiva e da organização social, bem como das relações de poder na lógica relacional do território.

Por fim, considerando as discussões das seções anteriores, expõe-se a demarcação destes territórios vulneráveis e da população que ocupa estes espaços, na qual percebe-se que os territórios retratam um cenário onde a vulnerabilidade e a pobreza possui maior destaque no cotidiano da população residente destes locais, que, por sua vez, passam a ser vistos e algumas vezes referenciados como um problema social na cidade.

## 2.1 ESTADO PENAL COMO FORMA DE CONTROLE DOS POBRES

Historicamente, o Estado se constitui a partir de diferentes roupagens, as quais não alteram seu caráter burguês e suas estratégias para a manutenção da correlação de forças e da dominação hegemônica em nome da acumulação do capital. Portanto, é necessário entender que o Estado realiza uma função estratégica ao prover condições para a formação e construção do capitalismo, sendo, portanto, um importante agente na manutenção de suas próprias contradições.

Na obra “O Estado e a Revolução”, Lenin (2010) faz vários apontamentos mostrando que o Estado é a manifestação do antagonismo de classes. O autor, ao fazer menção a Engels, destaca que Estado para ele:

É um produto da sociedade numa certa fase do seu desenvolvimento. É a confissão de que essa sociedade se embaraçou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode desvencilhar-se. Mas, para que essas classes antagônicas, com interesses econômicos contrários, não se devorassem e não devorassem a sociedade numa luta estéril, sentiu-se a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da "ordem". Essa força, que sai da sociedade, ficando, porém, por cima dela e dela se afastando cada vez mais, é o Estado (ENGELS, 1894 apud LÊNIN, 2010).

Destaca ainda que, para Marx, o Estado pode ser definido como órgão repressor de uma classe sobre a outra (MARX apud LENIN, 2010). Entende-se que a conciliação de classes no Estado burguês é impossível, pois ele próprio é o produto da manifestação do antagonismo inconciliável de classes.

É possível perceber que a constituição do Estado deve ser vista como um fenômeno histórico, cuja identificação se dá nos processos da formação estrutural e conjuntural que lhe confere sustentação. Na sociedade capitalista, o Estado se destaca pelos seus interesses contraditórios, privilegiando a expansão da acumulação do capital, que corrobora na desigualdade de riqueza produzida. Mediante as adversidades que configuram a ordem capitalista e, conseqüentemente, o Estado burguês, bem como os conflitos de forças sociais existentes, grupos e frações de classes sociais realizam o embate político de interesses particulares e

coletivos, incorporando também demandas advindas da questão social em detrimento dos interesses antagônicos da burguesia.

Considerando-se que a dissertação em questão busca refletir acerca de fenômenos que atingem a classe trabalhadora residente em um território vulnerável, composto por múltiplos elementos que levam ao agravamento desta vulnerabilidade, em especial, a precarização das políticas sociais e a ocupação do tráfico de drogas<sup>5</sup>, faz-se necessário ao menos a menção das relações intrínsecas entre Estado e Questão Social.

José Paulo Netto (2001) aponta que a compreensão da questão social exige a percepção de que seu fundamento histórico está na relação capital/trabalho e nas contradições que acompanham esta relação, ou seja, é o Estado que cria mecanismos para a manutenção da ordem burguesa. Enfatiza que, embora a população trabalhadora já tenha vivenciado um processo de pauperização antes da sociedade capitalista, isso se torna mais latente sob sua égide, pois a riqueza socialmente produzida cresce de forma ascendente e, ao mesmo tempo, a pobreza cresce em igual medida.

Neste contexto, é essencial que se situe a questão da exploração da força de trabalho, notando-se que o processo de acumulação e expansão capitalista tem por objetivo o aumento do capital e a produção de mercadorias com mais valor do que é pago ao trabalhador, sendo que esta ação recai na exploração da mais valia o que de fato se objetiva no modo de produção capitalista. Marx (1988) também demonstra que a existência de desempregados é condição para a manutenção do modo de produção capitalista, formando o exército industrial de reserva, essencial para a manutenção dos baixos salários. Com isso, intensifica-se ainda mais o pauperismo que, por sua vez, “constitui o asilo dos inválidos do exercito ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva” (MARX, 1988, p. 747).

A partir da reflexão crítica realizada por Marx, é possível notar que a questão social em si mesma expressa à relação entre capital e trabalho, as contradições e desigualdades existentes entre eles. Ela é a expressão dos conflitos

---

<sup>5</sup> De acordo com a Lei de Drogas nº 11.343/06 no Art. 33, tráfico de drogas diz respeito a importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Sendo que a pena de reclusão é de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

e conseqüências dos interesses antagônicos de classes, a relação entre a burguesia e o proletariado. Em conseqüência do pauperismo citado anteriormente, a manifestação desta contradição se dá nas condições de subsistência e precariedade. É em meio destas contradições que outro oposto se materializa, pois, segundo Netto (2001), só é possível compreender a questão social à medida que também se observa o movimento protagonista da classe trabalhadora.

Ainda assim, acerca da questão social, entende-se que é de suma importância destacar a obra de Ianni (2004), na qual o autor aborda que a questão social atravessa a formação da sociedade brasileira, sendo ela o fruto das desigualdades econômicas, políticas e culturais. Deste modo, pensar a formação da sociedade brasileira nos ajuda a compreender que de fato a história não é homogênea e estática, mas que, por sua vez, seu movimento se dá pelas alterações das forças sociais internas e externas que corroboram nas mudanças e no processo de dominação social. Segundo Ianni (2004):

Na interpretação marxista da história da sociedade brasileira lida-se principalmente com as relações, processos e estruturas que constituem as configurações sociais de vida. Configurações que se expressam em realidades sociais, econômicas, políticas, culturais e outras, conforme a época e o lugar, a pompa e a circunstância. As figuras históricas, as cronologias e as façanhas registradas na historiografia oficial e oficiosa são recriadas à luz das formas de vida e trabalho. Em especial, trata-se de deslindar os trabalhos e os dias, as formas de viver e trabalhar, de produzir e consumir, mandar e obedecer, ser e pensar que constituem e explicam as épocas históricas conhecidas como Colônia, Império e República. (IANNI, 2004, p. 77)

Nota-se que, para o autor, o trabalho escravo e o modo de exploração da força de trabalho expõem a questão social desde a formação social brasileira, pois “a questão social é de todos os lugares e de todos os tempos” (IANNI, 1992), e o trabalho é elemento central. É possível perceber, através deste processo histórico da sociedade brasileira, que a própria questão social ocorreu desde a conjuntura do Brasil Colônia e que, além disso, a questão do trabalho está diretamente ligada a este processo, sendo que, ao longo da história, trabalhadores resistiram por meio de lutas em função de melhores condições de vida e de trabalho.

A questão social passa a ser reconhecida enquanto uma realidade entre setores dominantes, passando a ser enfrentada como um problema político e não apenas enquanto um problema de repressão policial. Mesmo com o reconhecimento da questão social enquanto problemas políticos não foram

garantidas muitas mudanças no combate às suas diferentes expressões, bem como à repressão e à criminalização por meio da intervenção estatal. Ao destacar esse período da história, Ianni (2004) aponta que “os diagnósticos indicam a gravidade da situação social brasileira herdada de muitos anos e décadas. Faz referência às raízes que implicam o militarismo e o populismo. Enquanto a economia cresce e o poder estatal se fortalece, a massa dos trabalhadores padece.” (IANNI, 2004:105).

Ou seja, a questão social só existe a partir do momento em que, de um lado, está o Estado burguês mantendo a ordem capitalista e, de outro, a classe trabalhadora se organizando como classe e colocando em cheque todas as mazelas do modo de produção. Há, portanto, o estabelecimento de lutas empreendidas pelo proletariado, as quais obrigam o Estado a trazer algumas respostas. Historicamente, essas respostas marcam a superação do modelo do Capitalismo pautado no Liberalismo Clássico e se insere em seu estágio Monopolista, desempenhando múltiplas funções na gestão da economia e do controle da classe trabalhadora, a partir da concessão de alguns direitos sociais. No entanto, a preocupação não é com a condição de vida do trabalhador, mas sim com a manutenção dos superlucros dos monopólios. Netto (2001) expõe que,

O Estado funcional ao capitalismo monopolista é, no nível das suas finalidades econômicas, o comitê executivo da burguesia monopolista opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e a valorização do capital monopolista. O Estado como instância da política econômica do monopólio é obrigado não só assegurar continuamente a reprodução e a manutenção da força de trabalho, ocupada e excedente, mas é compelida a regular a sua pertinência a níveis determinados de consumo e a sua disponibilidade para a ocupação sazonal, bem como a instrumentalizar mecanismos gerais que garantam a sua mobilização e alocação em função das necessidades e projetos do monopólio. Justamente neste nível dá-se a articulação das funções econômicas e políticas do Estado burguês no capitalismo monopolista para exercer, no plano estrito do jogo econômico o papel de comitê executivo da burguesia monopolista, ele deve legitima-se politicamente incorporando outros protagonistas sócio – políticos. (NETTO, 2001, p.15)

Fica claro que o interesse do Estado, mesmo mediante as expressões latentes da questão social, é a garantia da valorização do capital. Além disso, o jogo político que existe a fim de garantir a manipulação para assegurar vantagens a determinados grupos de monopólios consiste numa ação do Estado de

forma direta ou indireta. Portanto, o Capitalismo Monopolista, com características pautadas na busca da coesão social, a partir da garantia de alguns direitos sociais no modelo do Estado de Bem-Estar, entra em crise. Crise esta que decorre da própria característica capitalista e se dá na esfera econômica, mas que, todavia, se fundamenta na esfera política, pautada em discursos ideologizados que empreendiam diagnósticos ancorados na teoria Neoliberal.

Vale destacar algumas considerações focando nas políticas sociais desenvolvidas a partir da década de 1990, época em que o neoliberalismo avançou muito, especialmente no Brasil, onde as políticas sociais não tiveram muita visibilidade e sua trajetória se deu em passos lentos, embora tenha ocorrido a ascensão das lutas democráticas e dos movimentos sociais que apontavam para realização de reformas políticas (BEHRING e BOSCHETTI, 2007).

O neoliberalismo produziu um enorme agravamento das desigualdades em todos os lugares em que foi implantado, criando sociedades dualistas, em que o desmantelamento dos direitos sociais promovido pelo projeto neoliberal é apresentado com a ambígua e escamoteadora denominação de flexibilização, sendo que sua marca é principalmente o desmonte dos direitos. Além disso, existe uma redução da participação do Estado nas políticas sociais, sendo que o mesmo transfere responsabilidades de intervenção para o setor privado, como destacam Behring e Boschetti (2007, p. 156).

Assim, a tendência geral tem sido a de restrição e redução dos direitos sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais – a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classes e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países - em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise. As possibilidades preventivas e até eventualmente redistributivas tornam-se mais limitadas, prevalecendo o já referido trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a privatização, a focalização e a descentralização. Sendo esta última estabelecida não como partilhamento de poder entre esferas públicas, mas como mera transferência de responsabilidades para entes da federação ou para instituições privadas e novas modalidades jurídico-institucionais correlatas, componente fundamental da “reforma” e das orientações dos organismos internacionais para a proteção social (BEHRING E BOSCHETTI 2007, p. 156).

É possível perceber que o projeto de contra reforma do Estado

evidenciou uma lógica do capital, pois o Estado passa a privatizar bens públicos e transferi-los para a iniciativa privada com todas as concessões, defendendo a redução da ação do Estado no que diz respeito a garantias sociais. Além disso, segundo as autoras referenciadas acima, diante deste modelo de atuação do Estado, se aprofunda um discurso em favor do individualismo, deixando pessoas a mercê da sorte. Com essa retração do Estado que segue o modelo neoliberal e a proliferação das desigualdades sociais, também houve o aumento da violência urbana, resultante “da combinação entre crise e contrarreforma do Estado, desemprego, empobrecimento e expansão das redes mafiosas” (SOUSA, 2011, p. 115). Contudo, a:

Cobertura socioinstitucional do Estado é extremamente precária ou inexistente, e as atividades econômicas ilegais como os tráficos de drogas e de armas, juntamente com a exploração sexual atuam como vetores estruturantes de relações sociais perversas. Assim sendo, essa área tem desenvolvido verdadeiros processos de autonomização em relação à ordem estatal. Na maioria dos casos, a intervenção do Estado limita-se, quando muito, à coerção (SOUSA, 2011, p. 116).

Desta forma, com o intuito de garantir a contenção das desordens geradas pela questão social, desemprego em massa, imposição do trabalho precário e retração da proteção social do Estado, utiliza-se amplamente da estratégia de criminalização das classes vistas como “potencialmente perigosas”. A partir deste cenário, é possível perceber a desregulamentação econômica acompanhada de uma regulação penal, ou seja, em função desta expansão da desigualdade e a falta da contenção das massas por parte do Estado com políticas sociais, se evidencia um Estado caracterizado por Loic Wacquant (2003) como penal.

Acerca desta temática, o mesmo aponta que o desinvestimento social implica no superinvestimento carcerário, pois este meio é a forma adotada pelo Estado como enfrentamento às atribuições ocasionadas pelo desmantelamento do Estado social. Segundo este autor, é especificamente nos anos de 1990, com a expansão do neoliberalismo, que a retração da rede de segurança social se intensificou, revelando o viés repressivo e punitivo da política.

É possível notar que as políticas sociais já não respondem às necessidades ocasionadas pelas tensões das massas e, para conter a tensão decorrente do trabalho precário e da retração da proteção social, o Estado adota

estratégias de disciplinamento por meio do aparato policial e jurídico. Este contexto, de acordo com Wacquant (2008), evidencia que a emergência do chamado Estado penal, em detrimento do Estado social, situa-se no contexto da crise do capital, a qual afeta todas as instâncias da vida social. Vale destacar que, ao longo deste trabalho, pontuou-se essa relação capital/trabalho no Estado e o interesse deste na manutenção do capital.

Sabe-se que, no modelo neoliberal, as políticas sociais sofrem o processo de mercantilização, distanciando-se, portanto, da perspectiva de proteção social (CASTRO, 2010). E com o avanço do capital financeiro, as respostas aos conflitos gerados ficam submetidas ao querer do Estado. O que impera é o mérito individual, destacando no indivíduo a focalização na seletividade e nas condicionalidades. De acordo com Wacquant (2003), o neoliberalismo dispõe de pelo menos três estratégias para tratar as condições e as condutas que julgam indesejáveis:

A primeira consiste em *socializá-las*, isto é, em agir no nível das estruturas e dos mecanismos coletivos que as produzem e as reproduzem. (...). A segunda estratégia é a *medicalização*, isto é, considerar que uma pessoa vive nas ruas porque sofre de dependência ao álcool, é viciada em drogas ou tem problemas de saúde mental, e, portanto, procurar um remédio médico a um problema, apressadamente definido como uma patologia individual, que deve ser tratado por profissionais da saúde. A terceira estratégia do Estado é a *penalização*. (...). A penalização serve aqui como uma *técnica para invisibilização dos “problemas” sociais* que o Estado, quanto alavanca burocrática da vontade coletiva, não pode ou não se preocupa mais em tratar de forma profunda, e a prisão serve de lata de lixo judiciária em que são lançados os dejetos humanos da sociedade de mercado. (WACQUANT, 2003, p. 21, grifos do autor).

Essas formas de controle se materializam na realidade brasileira de maneira contundente, sendo, portanto, essencial reforçar que o Estado Neoliberal busca estratégias, sendo elas visíveis ou não, as quais vêm muitas vezes travestidas como “direitos sociais”, mas que no fundo compõem a dinâmica da garantia de direitos somada a estratégias de controle social, Wacquant (2008) enfatiza a questão da assistência voltada às classes nominadas como perigosas, apontando que:

O desdobramento desta política estatal de criminalização das consequências da miséria do Estado opera segundo duas modalidades especiais. A primeira e menos visível, exceto para os interessados, consiste em transformar os serviços sociais em

instrumento de vigilância e de controle das novas “classes perigosas”. Prova disso é, a onda de reformas voltadas nesses últimos anos em vários estados, condicionando o acesso à assistência social à adoção de certas formas de condutas (sexual, familiar, educativa, etc) e ao cumprimento de obrigações burocráticas onerosas ou humilhantes. As mais difundidas estipulam que o beneficiário deve aceitar qualquer emprego que lhe seja proposto, não importam a remuneração e as condições de trabalho oferecidas, sob a pena de abdicar seu direito à assistência. Outros modelam a assistência às famílias em função da assiduidade escolar de seus filhos (...). (WACQUANT, 2003, p.28)

Nota-se que esta ação pode ocorrer através das políticas sociais que, por sua vez, se pautam em uma característica paternalista que camuflam sua ação controladora:

A observação mostra que essas políticas paternalistas, que sustentam os pobres ao mesmo tempo em que exigem que eles funcionem, oferecem mais esperança de melhorar a pobreza do que fazer mais – ou menos – em favor dos pobres. A melhor resposta à pobreza não é subvencionar as pessoas ou abandoná-las: é dirigir sua vida (WACQUANT, p.48, 2001).

Com isso, percebemos que a ação penal e social do Estado tem caminhado lado a lado, pois, em sua maioria, o instrumento da vigilância e disciplina dos beneficiários está transvestido de social, mas na verdade remete à criminalização em caso da não aderência ao modelo proposto. Vale destacar que a análise realizada pelo autor acima destacado retrata especificamente da realidade estadunidense, mas que, no entanto, se observa algumas aproximações com o contexto brasileiro.

Observa-se, enfim, que a redução do Estado social traz impactos que aumentam a criminalização dos pobres por meio de ações repressivas, as quais atingem,

(i) todos os níveis do aparato governamental (federal, estadual, distrital, e municipal), assim como as estratégias e práticas dos residentes do gueto em relação a eles; (ii) não apenas as políticas de bem – estar e de antipobreza, mas todo o escopo das atividades do Estado que afetam a estruturação socioespacial da desigualdade, inclusive as políticas penal e criminal; e (iii) tanto o que a autoridade pública faz como o que ela deixa de fazer, pois o Estado modela a marginalidade urbana não apenas por delegação, mas também – e talvez de modo mais decisivo, no caso dos Estados Unidos – por omissão (social e racialmente seletiva) (WACQUANT, p. 60, 2008).

A “guerra às drogas”, que será abordada no próximo capítulo, é um exemplo concreto de justificativa para o encarceramento em massa. Karam (2009) relata que nos Estados Unidos o número de pessoas encarceradas após a declaração da guerra aumentou em mais de 2.000%. Aponta ainda que em duas décadas, entre 1980 e 2000, o número total de presos estadunidenses crimes relacionados a drogas passou de cerca de 300.000 para mais de dois milhões.

No Brasil<sup>6</sup>, também houve grandes mudanças numéricas de encarceramento por crimes relacionados a drogas,

O Brasil segue a mesma tendência, tendo hoje a quarta maior população carcerária do mundo. São mais de 500 mil presos: conforme dados do Ministério da Justiça eram 548.003 em dezembro de 2012, o que corresponde a 287,31 presos por cem mil habitantes. A média mundial (em maio de 2011) é de 146 por cem mil habitantes. Nos últimos vinte anos o Brasil praticamente quadruplicou sua população carcerária. [...] Acusados e condenados por “tráfico” que, em dezembro de 2005 (a partir de quando começaram a ser fornecidos dados relacionando o número de presos com as espécies de crimes), eram 9,1% do total dos presos brasileiros, em dezembro de 2012, chegavam a 26,9%. Entre as mulheres, essa proporção alcança praticamente metade das presas (47,35%), tendo chegado a quase 60% no ano anterior (em dezembro de 2011, eram 57,62%) (KARAM, 2009, p. 3) <sup>7</sup>.

Ou seja, Estado penal, encarceramento em massa e “guerra às drogas” são elementos que se inter cruzam tanto nos Estados Unidos como no Brasil. Há, ainda, de acordo com Castro (2010), o fato do Estado penal se expressar a partir da criminalização e do estigma. Neste sentido, de fato se nota que a criminalização dos pobres tem ocorrido em detrimento da degeneração do Estado Social para o advento do Estado Penal, que, por sua vez, atua de forma punitiva. Destaca

---

<sup>6</sup> Esse índice cresceu a partir da mudança da Lei dos Crimes Hediondos em 1990, que passou a incluir o tráfico de drogas no rol de delitos. O número de encarcerados de fato teve um aumento significativo. Neste contexto, o encarceramento tornou-se a resposta ao delito de tráfico, impulsionando o crescimento da população carcerária, que, de acordo com Figueiredo: “De fato, o crescimento acelerado da população carcerária em todo o País nos últimos anos deu-se em decorrência do endurecimento das penas, e envolveu especialmente os delitos equiparados a hediondos, dentre eles o tráfico de entorpecentes, antes sujeito a regime integralmente fechado. Considera-se, então, a política criminal de drogas no Brasil como um dos fatores que mais contribuiu para o agravamento da população carcerária na última década, situação que só tende a piorar com a nova lei”. (FIGUEIREDO, 2006, [s.p])

<sup>7</sup> Se o crescimento do número de presos nos Estados Unidos da América, após anos de estrondoso aumento, parece ter chegado a seu auge, estancando ou apresentando ligeira queda nos últimos anos, no Brasil, o crescimento é ininterrupto. Em 1992, eram 74 presos por cem mil habitantes; em 2004, 183 por cem mil habitantes; em junho de 2011, 269 por cem mil habitantes. (KARAM, 2009, p. 3)

Wacquant (2005, p. 33) que “existe o estigma de ser pobre no seio de uma sociedade rica, na qual a participação ativa na esfera do consumo tornou-se condição *sine qua non* da dignidade social – um passaporte para a cidadania, mesmo entre os despossuídos. [...]”. Mostra, portanto, o quanto a juventude pobre, pertencente à classe trabalhadora sem perspectivas de emprego, é estigmatizada e atingida por valores pautados no consumo como meio para o alcance da visibilidade.

A criminalização e o estigma também reforçam a desigualdade e a exclusão. De acordo com Terra e Carvalho (2015), o Estado tem reforçado essas ações em relação às favelas<sup>8</sup> cariocas, fortalecendo a segregação, exclusão e criminalização da população que reside nestes territórios. Populações que, por sua vez, são formadas pela classe trabalhadora. Neste sentido, reforçamos a tese de que a criminalização se volta contra todos os residentes destes territórios, generalizando-os como maciçamente pertencentes ao crime. Vale, portanto, uma consideração acerca das distinções existentes dentro da própria classe trabalhadora, pois, no capitalismo, as relações que se estabelecem em torno do trabalho são complexas.

Sobre este tema, Marx (1988), ao analisar as características do modo de produção capitalista, destaca a importância do exército industrial de reserva no que tange ao agravamento da exploração da força de trabalho, compondo a superpopulação relativa, que, para ele, “[...] é o pano de fundo sobre a qual a lei de oferta e procura de mão-de-obra se movimenta” (MARX, 1988, p. 195). Além disso, existe uma parcela da população que habita a mais profunda esfera do pauperismo, vista por Marx como:

[...] mais profundo sedimento da superpopulação relativa habita a esfera do pauperismo. Abstraindo vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma o lumpemproletariado propriamente dito, essa camada social consiste em três categorias. Primeiro, os aptos para o trabalho. [...] Segundo, órfãos e crianças indigentes. Eles são candidatos ao exército industrial de reserva e em tempos de grande prosperidade, [...] Terceiro, degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. São notadamente indivíduos que sucumbem devido

---

<sup>8</sup> Através do Censo 2010, o IBGE define favela como aglomerado subnormal, a qual corresponde a um conjunto de domicílios com no mínimo 51 unidades, que ocupa, de maneira desordenada e densa, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e que não possui acesso a serviços públicos essenciais. Sendo uma área que combina as seguintes características: acesso inadequado à água potável; acesso inadequado à infraestrutura de saneamento básico e outras instalações; baixa qualidade das unidades residenciais; alta densidade e insegurança quanto ao status da propriedade.

a sua imobilidade causada pela divisão do trabalho, aqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador e finalmente as vítimas da indústria cujo número cresce com a maquinaria perigosa, minas, fábricas químicas etc, isto é aleijados, doentes, viúvas e etc. (MARX, 1988, p. 199-200)

Observamos, portanto, que Marx (1988, p. 199) abstrai da superpopulação relativa os “vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma o lumpemproletariado propriamente dito”, segmentos estes, que são vinculados automaticamente a atividades ilegais. O que queremos dizer é que com o agravamento da crise do capital, que leva a pauperização e a níveis de desemprego elevados, algumas pessoas podem obter na prestação de serviço ao narcotráfico uma forma de renda.

Com isso, nota-se que, no território, existe o contexto da população do exército industrial de reserva, bem como o lumpemproletariado. No entanto, é essencial reforçarmos que a grande maioria das pessoas que reside nestes territórios não está envolvida com atividades ilegais, mesmo assim, é subjugada como se o fora, sofrendo impactos da guerra às drogas.

Deste modo, é possível perceber que a população que está sob as franjas deste sistema perverso constrói formas de sobrevivência individuais e coletivas para o enfrentamento das ações advindas da desigualdade, mas, na lógica da criminalização dessa população, especificamente os jovens pobres, negros e pessoas em situação de rua, são alvos principais à medida que são intituladas como perigosas para o corpo da sociedade, considerados uma ameaça para a propriedade privada e reprodução do capital. Com isso, nota-se que o estigma se dá em função da condição social e étnica, o que para a sociedade é visto como predisposição a serem ameaçadores.

Na verdade, o que se passa é que a incorporação do caráter público da questão social vem acompanhada de um reforço da aparência da natureza privada das suas manifestações individuais. Na escala em que se implementam medidas públicas para enfrentar as refrações da questão social, a permanência das suas sequelas é deslocada para o espaço da responsabilidade dos sujeitos individuais que as experimentam (NETTO, 2001, p. 36).

Confirma-se que, na lógica apresentada de intervenção sobre as massas a partir do Estado penal, o processo de individualização e culpabilização se destacam, evidenciando a criminalização da pobreza. Além disso, os

desenvolvimentos de políticas ofertadas nessa lógica se materializam no espectro da “segurança” e da “punição”, e estão:

(...) centradas na delinquência de rua e nas categorias situadas nas fissuras e nas margens da nova ordem econômica e moral que se estabelece sob o império conjunto do capital financeiro e do assalariamento flexível (WACQUANT, 2003, p. 25).

Enfim, vê-se que a lógica em que o Estado penal tem engendrado suas ações se pauta na seleção da classe marginalizada no seu corpo social, a fim de reproduzir ações repressivas em nome de uma segurança que, no entanto, tem solapado a população pobre, reforçando, assim, uma guerra contra os pobres. Neste contexto, nota-se que as estratégias adotadas pelo Estado, na sua forma punitiva, vão ao caminho do controle da população e dos territórios considerados indóceis, produzindo, desta forma, julgamentos imediatos sobre a violência e sobre quem seriam os responsáveis por ela, associando a prática da violência à condição da pobreza, etnia e território.

## 2.2 O TERRITÓRIO E SUA DIALÉTICA

Justamente por conta da ditadura que o Estado penal estabelece sobre os pobres, faz-se necessária a discussão que situa a questão do território, especialmente dos territórios vulneráveis e estigmatizados. Faz-se necessário, também, destacar a discussão acerca do conceito de território, importante à medida que a realidade estudada evidencia a disputa pelo poder, o qual se materializa de forma clara e explícita, bem como possui uma formação histórica que se dá em detrimento da luta e resistência dos sujeitos que o compõem.

Embora neste momento a proposta seja trabalhar com a conceituação de território, não se pode tratar do assunto de forma isolada. Vale lembrar que, para tratar deste conceito, passa-se pelo campo da geografia e recebe determinantes sociais, políticos, históricos, ideológicos, entre outros, pois, como aponta Haesbaert (2014), o conceito não nega todo um complexo conjunto de outros conceitos que jogam seu foco em outras problemáticas e dimensões (...), dentro da correspondência a um determinado campo de pensamento filosófico.

Partindo disso, faz-se necessário compreender a diferença existente entre espaço e território, rompendo com a ideia limitada de associar um território com um espaço ou lugar composto por sujeitos. Haesbart (2014), ao conceituar o espaço, aponta como este deve ser entendido ao dizer que:

Espaço entendido como produção social na interface entre aquilo que o filósofo Henri Lefebvre reconhece como o percebido, o vivido e o concebido – um espaço das representações, um espaço da vivência e um conjunto de representações do espaço. Acrescentaríamos, ainda, para maior coerência e explicitação de nossa abordagem geográfica, que essas perspectivas espaciais dizem respeito sempre também ao espaço enquanto base natural (re) produções sociais (HAESBAERT, 2014, p. 33).

Portanto, é no espaço que as produções sociais se materializam dialeticamente. Raffestin (1993) diz que é importante a compreensão de que o espaço é anterior ao território e que este se forma a partir daquele, pois, é a partir da apropriação do espaço, que o ator o territorializa. Para ele, o território não é o espaço, porém, se apoia nele em função de todas as relações de poder que ali é envolvida. Desta forma, a relação de poder é identificada em sua construção, logo, entende-se que as pessoas territorializam o espaço.

Deste modo, Haesbert (2014) ainda correlaciona as questões ligadas ao espaço através de relações práticas de poder que, por sua vez, estão de alguma forma fazendo referência a um espaço enquanto território. A partir disso, é possível compreender que, quando nos referimos ao conceito socioespacial, se faz referência à sociedade de forma concreta, na qual as relações sociais e espaço não se separam. Ainda de acordo com o autor, o espaço é construído através da linha que, em uma leitura relacional, se transforma em fluxo; o ponto, que deve ser visto como conexão e a malha que é o domínio de zonas ou superfícies.

Há ainda a diferenciação entre espaço e paisagem, que, para Milton Santos (2012, p. 103), traduz “o conjunto de forma que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”. Desta maneira, é possível entender que a paisagem é a forma que exprime a história de um determinado lugar, recaindo nas relações sociais.

Além disso, Haesbaert (2014, p. 45) informa que lugar também se diferencia das categorias apresentadas. Para ele, o lugar compreende um conjunto material na realização de relações sociais e também nos vínculos mais subjetivos de

um determinado lugar. Isso aponta para as diferenciações existentes, mas, ao mesmo tempo, é possível perceber que lugar e paisagem podem se aproximar em sua compreensão. O autor diz que:

Nesse sentido, lugar e paisagem se aproxima, mas com a diferença de que, enquanto a paisagem em geral enfatiza um sentido e uma perspectiva, a do olhar (e das representações aí inseridas), indicando certo distanciamento, no lugar estamos “mergulhados” em todos os sentidos da nossa experiência, do “vivido” (HAESBAERT, 2014, p. 46).

Após obter-se a compreensão acerca do espaço, paisagem e lugar, a abordagem do conceito de território ganha sentido nas análises que foram desenvolvidas em campo. Ou seja, se os sujeitos se territorializam a partir do espaço, nota-se que o território se dá por conta destas relações que, por sua vez, estão marcadas pelo conflito.

Percebe-se, ao refletir acerca dos diferentes conceitos de território, que o mesmo é composto por vertentes importantes que corroboram em seu desenvolvimento, como defendido por Haesbaert (2004, p. 18), ao enfatizar que é possível identificar três vertentes no território, sendo elas: 1) jurídico-política, na qual “o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal”; 2) cultural(ista), que “prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território é visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço”; 3) econômica, “que enfatiza a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho”. Pode-se dizer que essas vertentes se entrelaçam em suas dimensões, pois, ao se observar o território, visualiza-se o poder da cultura e da economia em sua dinâmica.

Busca-se, nesta dissertação, a compreensão do território envolvendo as três vertentes, situando o lugar do Estado, das relações subjetivas e, também, daquelas que decorrem da base estrutural. O território é formado por grupos sociais de forma contínua, na qual os sujeitos estabelecem relações e, como já mencionado, a relação de poder está presente, pois a construção do território se dá através do conflito. Além disso, ele se forma por meio da apropriação e produção do espaço, através da ação política dos sujeitos com o intuito de transformação da

realidade. Portanto, o território se forma a partir da apropriação do espaço em diferentes momentos da história, e por diferentes sujeitos. De antemão, é possível afirmar que a relação de poder estabelecida no território de análise desta pesquisa está intrinsicamente ligada ao estabelecimento de conflitos, a exemplo da presença do tráfico de drogas no local, que mais adiante será discussão prioritária no texto.

Parte-se para compreensão do conceito de território, a partir da origem de sua palavra. Para isso, Haesbaerte (2014) explica que a palavra território tem duas conotações, a material e a simbólica, pois, etimologicamente, aparece próximo tanto de *terra-territorium* quanto de *terreo-territor*. Ou seja, tem a ver com a dominação da terra e com a inspiração do terror. É possível visualizar este contexto a partir da violência que é gerada na disputa por espaços, instaurada enquanto uma ameaça de terror, com o intuito de garantir a conquista e permanência nos espaços conquistados. Por isso, ter conhecimento acerca do território de atuação é de suma importância, pois, como foi dito acima, o território possui uma história a qual pode ser construída por diferentes conflitos, resultando em seu contexto atual. O Sujeito C entrevistado relata acerca da necessidade de ter um conhecimento aprofundado do território de atuação:

*Eu cheguei sem conhecer o território, e eu propus ações muito rápidas, eu tinha que ter um tempo maior, e a gente meio ansiosa, a gente já quer fazer, e eu falhei nisso. Eu poderia primeiro ter levado mais de ano para fazer um diagnóstico, a gente faz aquele diagnóstico rápido, e pega a informação que já tem, então acha que poderia ter sido mais calma nesse sentido, pra entender o território, entender o bairro, e aí sim pensar em ações. Por exemplo, esse trabalho que eu comecei em grupo, isso já suscitou algumas coisas, que a minha intenção era trabalhar comunidade mesmo, os problemas do bairro, as potencialidades do bairro. Pra você ter ideia, eu já tinha sido informada que existia essa guerra de famílias, mas assim, eu não fazia noção de como era, e olha, eu estive no olho do furacão. Então hoje eu sei. (Sujeito C)*

Com isso, vê-se que toda relação social, econômica, política e cultural é marcada pelo poder, pois são relações em que os homens mantêm entre si nos diferentes conflitos diários. A relação de poder é o que delimita o território, visto pelo autor como um instrumento de exercício de poder, demonstrando que não haverá um território homogêneo. Para Silva (2009), o território é o local onde se legitimam as relações de poder ou relações sociais em função de um objetivo, podendo ser político, econômico e/ou cultural.

Reforça-se a ideia da marcação do território a partir do poder, além disso, consegue-se notar que suas relações se consolidam em uma perspectiva de alcançar objetivos distintos dos diferentes grupos sociais que ali se estabelecem. Fernandes (2009), ao destacar o debate de Friederich Ratzel, aponta que o território se constitui à medida em que se torna necessário para uma nação, desenvolvendo o poder do Estado, visto como elemento exclusivo na garantia do poder de determinado grupo, o que confirma o debate desenvolvido na primeira seção deste capítulo, considerando que, na sociabilidade burguesa, o Estado se materializa como representante da burguesia.

Essa disputa por territórios e do espaço de dominação que o homem exerce por meio do poder é uma prática que é desenvolvida ao longo dos tempos, ou seja, desde as primeiras formas de organização. Com isso, se nota as constantes transformações possíveis que ocorrem no território. Desta forma, a compreensão de território pode ser dialética, tendo a possibilidade de passar por análises inúmeras vezes no decorrer da história.

Conforme se dá a apropriação no espaço, as ações conjuntas desenvolvidas propiciam a territorialidade, logo, o Estado e as organizações presentes começam a organizar este território, tornando-o uma manifestação de diferentes formas de poder. E nessa discussão de mudanças que o território vivencia, Andrade (2012) diz que este espaço está permeado por algumas expressões que devem ser consideradas para uma melhor compreensão acerca de seu balizamento:

Tais referências permitem reafirmar o território enquanto totalidade dialética constituída por múltiplas dimensões do real, expressando, simultaneamente, a hegemonia dominante e a latente resistência contra hegemônica de negação à ordem estabelecida. Desse modo, afirma-se o caráter dialético do território enquanto uma unidade em contradição, portanto, portador, também, de forças contra-hegemônicas que buscam o rompimento da subordinação do social ao econômico, a sobreposição do valor de uso sobre o valor de troca, a visibilidade do obscurecido (ANDRADE, 2012, p. 23).

Com isso, percebe-se que o território é composto por fatores como: a dominação vivenciada pela população, na qual estes sujeitos que compõem este território na dinâmica do dia a dia tentam, por meio de suas ações, lutarem contra

essa hegemonia, e buscam romper com a sujeição a este sistema hegemônico, o qual está diretamente ligado ao modo de produção capitalista.

Para Carnoy (1988, p. 95), “hegemonia é uma força coesiva, ela é plena de contradições e sujeita ao conflito”. Portanto, nessa disputa hegemônica por poder e construção de territorialidade, é essencial se levar em consideração a construção de consciência crítica que é processual. Segundo Alves (2010), a consciência crítica, para Gramsci, é obtida através de uma disputa de hegemonia contrastante primeiro, no campo da ética, depois, no âmbito político, culminando, finalmente, numa elaboração superior de uma concepção do real.

Para Haesbaert (2014), no processo de dominação e apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados em suas múltiplas formas de manifestação, sendo que, sobretudo, estas manifestações são as múltiplas formas de poder de diferentes sujeitos que compõem o território. Cabe salientar que este poder incorporado a diferentes sujeitos pode ser tanto para quem sujeita ou é sujeitado, no sentido de lutas hegemônicas, ou de lutas subalternas de resistência, como destaca o autor.

A autora Aranha (1993) referencia Gramsci ao situar qual a representatividade de hegemonia para o autor, considerando que a hegemonia é uma conquista do poder e sua sustentação se materializa nas esferas moral e intelectual, que dialogam entre si, constituindo, desta forma, uma relação pedagógica e educativa. Neste sentido, a autora faz uma reflexão interessante no que se refere a questão da consciência de classe para a constituição de intelectuais orgânicos comprometidos política e criticamente com a classe trabalhadora. Em suas palavras,

(...) quando é capaz de elaborar sua própria visão de mundo, ou seja, um sistema convincente de ideias pelas quais conquista a adesão até da classe dominada... impede a tomada de consciência (...). Não tendo sua própria consciência de classe, permanece desorganizada e passiva, e as eventuais rebeliões não modificam a situação de dependência. Por isso Gramsci considera a necessidade de os elementos das classes populares continuarem organicamente ligados à sua classe de forma a elaborarem, coerente e criticamente, a experiência proletária por meio de seus próprios intelectuais orgânicos (ARANHA, 1993, p. 265).

É, portanto, na esfera da construção contra hegemônica empreendida por sujeitos das classes populares que a territorialidade se torna possível.

Haesbaert (2014) ressalta que, embora haja essa diversidade de poder no território, a territorialidade vai se desenvolvendo por meio destas várias manifestações, assim, são identificados os indivíduos que fazem parte do seu processo de construção. A territorialidade ocorre por meio de ações que produzem o poder, elementos culturais, dimensões simbólicas ou imaginárias, ou seja, as ações são aquelas vivenciadas e exercidas pelos sujeitos que compõem este território. Organizações populares e suas territorialidades estão presentes no processo da subjetividade e da multidimensionalidade do poder, logo, as relações das classes sociais vão estar sempre em conflito, e isso faz com que diferentes territórios sejam produzidos diariamente. Pode-se inserir, também, neste contexto das relações que decorrem dos conflitos ocasionadas pelo controle estatal empreendido por forças policiais em nome da “guerra as drogas”, conflitos decorrentes do tráfico de drogas que, por sua vez, se estabelecem e estão diretamente ligados a multidimensionalidade do poder, os quais formam relações que também fazem parte desta construção diária destes espaços.

Vê-se, então, que as relações que se estabelecem a partir da disputa por poder vão colocar o território no enfrentamento de diversas disputas por sujeitos de classes distintas. Para Fernandes (2009), o território compreendido apenas como espaço de governança é uma forma de ocultar os demais territórios e, assim, pode vir a garantir a manutenção da subalternidade entre relações e territórios dominantes e dominados. A autora menciona que o território deve ser compreendido pelas suas diferenças, embora encontre conflitos por disputas territoriais.

Enfim, a territorialidade incorpora uma dimensão mais política, mas que também diz respeito às relações econômicas e culturais, e que está ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra e dão significado ao lugar, segundo Haesbaert (2014). O autor também menciona Sack para afirmar que o poder é um dos fatores que compõe a territorialidade, não sendo apenas para manter a ordem, mas também como estratégia para manter um contexto no qual experimenta-se o mundo e lhe atribui significados. Deste modo, o autor apresenta o conceito de território funcional e simbólico:

Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes amálgamas, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na

realização de funções quanto de significados. O território é funcional especialmente pelo seu papel enquanto recurso, a começar por sua relação com os chamados recursos naturais - matérias-primas que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) -, como é o caso do petróleo no atual modelo energético dominante (HAESBAERT, 2014, p. 60).

A totalidade do território está no cerne de sua compreensão, pois, como Fernandes (2009) afirma, o território é um todo que compõe realidade e, compreendendo-o desta forma, é possível enxergar aspectos de sua multidimensionalidade que, por sua vez, é construída por meio das ações desenvolvidas pelos sujeitos que compõem o território. Assim, o território deve ser analisado a partir de suas especificidades e de suas particularidades, as quais são produzidas por diferentes formas de relações.

Com isso, pode-se dizer que a relação de poder se faz presente em toda a sociedade, em todo o território, não tendo apenas o Estado como sujeito determinante, mas sofrendo múltiplas determinações. Assim como o território está sujeito a mudanças, o poder também está, pois o mesmo pode passar por diferentes transformações devido às relações sociais presentes no território.

A partir da identidade criada pelos moradores do território, o espaço se torna campo de questões simbólicas e culturais, assim, diariamente, o território vai enfrentando modificações. Rodrigues (apud, SOUZA E PEDON, 2007) menciona a igualdade compartilhada entre os grupos no território, dizendo que a comunicação neste espaço dá lugar à constituição de uma identidade e o reconhecimento de si no outro.

Assim, observa-se que a territorialidade está ligada à questão da identidade, por isso, ao mesmo tempo em que as diferentes formas de expressões da territorialidade são anunciadas, sustentando a sua identidade, reforçam a ordem existente no território. A identidade é construída no processo de identificação: ela ocorre por meio do diálogo com diversos sujeitos e as diferentes práticas ali exercidas. Desta forma, a territorialidade é a expressão deste processo de construção, como destaca Souza e Pedon (2007), ao dizer que:

Essa relação identidade-território toma forma de um processo em movimento, que se constitui ao longo do tempo tendo como principal elemento o sentido de pertencimento do indivíduo ou grupo com o seu espaço de vivência. Esse sentimento de pertencer ao espaço em que se vive, de conceber o espaço como lócus das práticas, onde se tem o enraizamento de uma complexa trama de sociabilidade é que

dá a esse espaço o caráter de território. O território de alguém ou de algum grupo, seja este último uma classe social, um grupo étnico, seja no caso dos quilombos, seja no caso de uma associação de bairro, enfim, nas múltiplas formas que toma esse processo (SOUZA e PEDON, 2007, p. 136).

Compreende-se que essa relação identidade-território, apontada pelo autor, motiva-nos a pensar na afinidade vivenciada no dia a dia dos sujeitos pertencentes ao território, pois nota-se que é a partir da vivência estabelecida por eles que é gerado este sentimento de pertencimento e, por meio deste pertencimento, é que as pessoas passam a exercer práticas que se tornam enraizadas, o que vai conferindo características particulares para o território. O Sujeito C entrevistado da pesquisa enfatiza alguns aspectos acerca desta relação de identidade no território de análise do trabalho:

*Complicada a relação dessas pessoas invisíveis porque não tem relacionamento no bairro, é trabalho casa, eu atendi umas duas ou três famílias, que são famílias que não tem nenhum envolvimento, inclusive são famílias que vieram de fora, essas pessoas que vieram de fora, normalmente pessoas que o aluguel estava caro em outro lugar e foram parar lá, essas pessoas tem muita dificuldade, eles entram pra dentro de casa vão trabalhar e não tem relação com o território. (SC)*

Nota-se, a partir da fala do sujeito entrevistado, a relação da identidade territorial, especificamente das pessoas que vieram de outros territórios, as quais atravessam um processo complexo no atual local em que passam a construir suas vidas. É possível perceber que existe uma dificuldade para construir essa identidade territorial em um novo espaço e que esta relação com o território pode não acontecer, considerando suas dificuldades relacionais.

É possível, portanto, deduzir que a presença do tráfico de drogas em um território será entendida de diferentes formas no próprio local e fora dele. A convivência com o negócio das drogas é uma convivência com pessoas que podem ser familiares ou conhecidos próximos de pessoas que não possuem nenhum envolvimento direto. Neste sentido, é possível supor que territórios que possuem a presença do tráfico de drogas constroem sua territorialidade compondo essa presença em sua totalidade.

Em um polo inverso, pode-se destacar que a composição do território não é formada unicamente por moradores do local, neste sentido, nota-se que os profissionais dos serviços da rede de proteção social que ocupam estes espaços também fazem parte da construção do território, embora, em sua grande maioria, não sejam profissionais que ali residem. No entanto, no cotidiano, se estabelece essa relação de construção de características do território em que estão inseridos profissionalmente, como será possível observar na análise das entrevistas realizadas.

Portanto, ao se fazer menção à categoria simbólica e funcional do território, como citado anteriormente, observa-se que, ao olhar para este local de história construída dia a dia, formada por diferentes atores, é possível perceber que um território pode ser mais funcional e outro mais simbólico, considerando as diferenças ali existentes. Assim, aponta Haesberte (2014), um território funcional tem sempre uma parte simbólica, mesmo que suas expressões não sejam tão manifestas, e todo território simbólico tem um caráter funcional, por mais reduzido que seja.

Entendendo que foram projetados em períodos distintos os limites geográficos, vale ressaltar a necessidade de compreender a conjuntura do momento em que é feito um estudo sobre determinado território. Por isso, é importante se atentar para a história do território, pois, ao longo de anos, a sociedade vai enfrentando mudanças e trazendo consigo uma bagagem de conteúdos que permanecem ou se modificam com o tempo, logo, a dominação e apropriação do espaço vai se modificando conforme sua variação.

### 2.3 TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS

Até o presente momento desta análise sobre o balizamento de território, percebe-se um destaque a respeito dos conflitos de diferentes sujeitos que se inserem nestes espaços. Isso leva a pensar na disputa ou forma de sobrevivência dentro destes territórios, desencadeadas pelo sistema econômico e social atual, propiciando uma desigualdade desenfreada.

Elucida-se que, segundo Pedon (2013), a concepção de território é entendida como expressão da luta de classes e definida a partir das relações ensejadas pelo conflito permanente entre capital e trabalho. Além disso, embora no

território seja manifestada a estratégia de reprodução do capital, ele também reflete lutas de emancipação e resistência. De acordo com Lefebvre (2006),

Dominação e apropriação deveriam caminhar juntas, ou melhor, esta última deveria prevalecer sobre a primeira, mas a dinâmica de acumulação capitalista fez com que a primeira sobrepujasse quase completamente a segunda, sufocando as possibilidades de uma efetiva “reapropriação” dos espaços, dominados pelo aparato estatal-empresarial e/ou completamente transformados em mercadoria (LEFEBVRE, [s/p], 2006).

Nesse sentido, é importante destacar que no território existem as forças produtivas que se instalam em determinados lugares, sendo gerando a articulação entre a materialidade do trabalho e a política. Desta forma, pode-se dizer que ali ocorre a reprodução da vida material. Santos (2012) aponta que o território, para ele, é visto como “um campo de forças, como o lugar do exercício, de dialéticas e contradições (...) entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos”, ou seja, parte-se do pressuposto que é no território que as relações universais, particulares e singulares se materializam. É no território que a vida cotidiana se estabelece.

É essencial, portanto, a consideração de Santos (2012) ao destacar que o território é mais que um simples conjunto de objetos, podendo ser também um conjunto simbólico no qual o valor do sujeito pode depender do local onde ele está ou vive. Desta forma, entende-se que existem desigualdades sociais, bem como desigualdades territoriais, pois elas podem mudar de acordo com o local em que cada sujeito está inserido.

Mediante este processo de contradições e da dinâmica dos territórios em detrimento do modo de produção capitalista, direciona-se a atenção aos territórios vulneráveis, assim como para as complexidades enfrentadas nestes espaços em função das desigualdades sociais que influenciam no seu desenvolvimento.

Com isso, se faz necessário a compreensão acerca do balizamento sobre vulnerabilidade para uma maior ampliação da temática abordada até o presente momento. Os inúmeros estudos realizados sobre vulnerabilidade social apontam para as multiformes e inúmeras situações que podem atingir as famílias. Entretanto, explicam que as primeiras análises da categoria vulnerabilidade abordam

apenas o viés econômico, fundamentando suas considerações a partir do pressuposto de que o fator econômico influencia na redução de oportunidades, corroborando diretamente no acesso a bens e serviços. Entretanto, na década de 1990, as análises tornam-se mais abrangentes, passando a se aprofundar nas discussões sobre desproteção, riscos sociais e, conseqüentemente, ampliando a análise sobre vulnerabilidade.

A temática estava mais voltada para o sentido de conhecer os setores mais desprovidos da sociedade (uma vez que se utilizava de indicadores de acesso ou de carências de satisfação das necessidades básicas) do que para compreender os determinantes do processo de empobrecimento. Com isso, foram delineados os grupos de risco na sociedade, com uma visão focalizada do indivíduo e não no contexto social que produziu a vulnerabilidade (MONTEIRO, 2011, p. 3).

Nota-se que, a partir disso, os múltiplos condicionantes da vulnerabilidade social passaram a constituir um conjunto multifacetado de fatores emergentes para esse contexto, sendo a ausência ou a precarização de recursos materiais capazes de garantir a sobrevivência.

Ainda segundo a questão da vulnerabilidade, Oliveira (1995) aborda sobre este tema e enfatiza que o aspecto econômico, ainda que possa ser a base para o enquadramento desta categoria, não explica suficientemente a existência dos grupos sociais vulneráveis. Ao tentar definir estes grupos, o autor destaca que:

Os grupos sociais vulneráveis não o são como portadores de atributos que, no conjunto da sociedade, os distinguiriam. Eles se tornam vulneráveis, melhor dizendo, discriminados pela ação de outros agentes sociais. Isto é importante não apenas porque os retira da condição passiva de vulneráveis, mas porque identifica processos de produção da discriminação social, e aponta para sua anulação. Ainda que as políticas sociais públicas sejam uma das exigências mais prementes para atenuação das várias “vulnerabilidades”. Elas não esgotam o repertório de ações que se situa muito mais no campo dos direitos. Ou, dizendo de outra forma [...], para que as políticas sociais públicas que se fazem absolutamente indispensáveis prosperem e atinjam seus objetivos é preciso antes de tudo situa-las no campo dos direitos, retirando-as da conceituação de carência (OLIVEIRA, 1995, p. 9-10).

Deste modo, de acordo com o autor, no caso brasileiro, os grupos vulneráveis não podem ser apenas considerados em termos econômicos, mas devem ser considerados os termos referentes ao campo dos direitos. Ou seja, para que haja uma compreensão maior acerca da temática, bem como dos meios para

solucionar a vulnerabilidade desses grupos sociais, deve-se transitar do campo das carências sociais para a garantia dos direitos. Considerando essa questão, pode-se dizer que as pessoas que sobrevivem em péssimas condições e têm seus direitos gravemente violados tornam-se mais vulneráveis à violência.

Com isso, é possível observar que as vulnerabilidades sociais estão interligadas com a compreensão da mediação entre o acesso a direitos, rede de serviços e políticas públicas. Deste modo, para a compreensão da vulnerabilidade social existente em determinado território, é necessário que se avalie a capacidade de alcance das políticas sociais e que se identifique os desafios e as tensões nelas embutidos, para que estas possam se efetivar na perspectiva proativa, preventiva e protetiva. No entanto, o enfrentamento também depende do reconhecimento e da efetivação de políticas sociais com vistas à ampliação de sua capacidade protetiva em um determinado território.

Um fator de suma importância ao discutirmos territórios vulneráveis é situá-los no contexto do modo de produção capitalista, pois de acordo com Terra e Carvalho (2015), isso contribui para reflexões referentes à criminalização de setores subalternos. No que tange a pobreza, Telles (2001) enfatiza que a culpabilização do indivíduo pela sua situação de pobreza ganhou uma ênfase maior com o sistema neoliberal, sublinhando seus deveres e responsabilidades de forma individual, deslegitimando, assim, os direitos. De acordo com Santos e Silveira (2001), a ideologia política econômica neoliberal possui influência direta no que tange à utilização do território, ou seja, o seu uso se torna mais seletivo do que antes, interferindo na distribuição geográfica destas áreas:

O neoliberalismo conduz a uma seletividade maior na distribuição geográfica dos provedores de bens e de serviços, levados pelo império da competitividade a buscar, sob pena de seu próprio enfraquecimento, as localizações mais favoráveis. A tendência à concentração econômica agrava essa tendência. Desse modo a acumulação, em certos pontos, das respectivas atividades pode conduzir a maiores dificuldades quanto ao acesso aos respectivos produtos, sejam eles bens ou serviços (SANTOS E SILVEIRA, 2001, p. 302).

Como já foi abordado anteriormente, no neoliberalismo há um ataque frontal aos Direitos Sociais e a efetivação de um Estado penal, portanto, compreende-se que a vulnerabilidade social no território está relacionada às

condições de acesso dos sujeitos aos direitos sociais, podendo ser um acesso limitado ou nenhum tipo de acesso. Conforme situado por Faleiros, ao destacar a cidadania como meio para garantia de direitos:

Considerando que a cidadania tem como pressuposto a participação e a garantia e a efetividade de direitos, isso implica a real prestação de serviços pelo poder público e existência de condições (ou meios) de vida, com desenvolvimento pessoal na diversidade explícita de culturas, gênero, raça, etnia e opções religiosas, sexuais, e de modos de existência. A negação da cidadania, por sua vez, pressupõe o impedimento e ausência desses direitos e dessas condições (FALEIROS, 2006, [s/p]).

Ainda segundo Telles (2001), a vulnerabilidade social é amplificada por um processo contínuo no que tange a vulnerabilidade socioeconômica civil. Por sua vez, passa a afirmar, dentro deste sistema econômico vigente, que a culpabilização do sujeito perpassa o campo individual, enquanto, na verdade, essa condição se dá a partir da conjuntura desigual decorrente da condição de pobreza e ausência de direitos, dentro do território.

É possível perceber, de acordo com Santos (2012), que, independentemente do território em que o sujeito vive, os direitos sociais devem ser garantidos, a exemplo de direitos como habitação, saúde, educação, alimentação, os quais estão descentralizados em diferentes políticas sociais.

[...]uma política efetivamente redistributiva, visando a que as pessoas não sejam discriminadas em função do lugar onde vivem, não pode, pois, prescindir do componente territorial. É a partir dessa constatação que se deveria estabelecer como dever legal – e mesmo constitucional – uma autêntica instrumentação do território que a todos atribua, como direito indiscutível, todas aquelas prestações sociais indispensáveis a uma vida decente e que não podem ser objeto de compra e venda no mercado, mas constituem um dever impostergável da sociedade como um todo e, nesse caso, do Estado (SANTOS, 1997, [s/p]).

Ainda assim, ele destaca que a distribuição da pobreza no território pode supor a razão pela qual os indivíduos dotados das mesmas capacidades potenciais têm valores diferenciados, pois:

(...) a possibilidade de ser mais, ou menos, cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. Enquanto um lugar vem a ser condição de sua pobreza, um outro lugar poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços

que lhe são teoricamente devidos, mas que lhe faltam (SANTOS, 2012, p. 107)

Fica claro, segundo o autor, que não cabe ao sujeito a responsabilização de sair da condição de vulnerabilidade em que se encontra, buscando meios de superação. No entanto, o que se nota é que essa capacidade muitas vezes se condiciona na localização em que este sujeito está inserido, podendo, assim, viver em condições de limitações acerca do acesso às oportunidades, bem como aos direitos.

O fato de territorializar estes espaços, que estão diretamente ligados à dinâmica demográfica, ajuda a ter uma leitura mais aprofundada acerca do processo de contribuição para as diferentes vulnerabilidades expressas nos territórios, que, por sua vez, vai delimitando seu perfil social. Com isso, pode-se, de alguma forma, notar a necessidade de uma maior preocupação social com os territórios vividos e com os sujeitos que estão inseridos ali, bem como sua acessibilidade aos bens e serviços, como aponta Santos (2012).

Neste sentido, a demarcação dos territórios vulneráveis e das pessoas que ocupam estes espaços retrata um cenário onde a vulnerabilidade e a pobreza recai na precariedade da garantia de direitos, passando a caracterizá-lo como território vulnerável. Além disso, passam a ser referenciados como um problema social instaurado, o que corrobora com a segregação e estigmas do local e, especialmente, daqueles que ali residem. Para além desta segregação, a autora Rolnik (2009) aponta outros fatores que podem ocorrer em detrimento da exclusão territorial:

Nossa hipótese é que a exclusão territorial torna indivíduos, famílias e comunidades particularmente vulneráveis, abrindo espaço para a violência e ao conflito. O nexó entre violência e exclusão territorial é muito claro quando cruzamos os dados de homicídios com os índices de exclusão territorial (...) (ROLNIK, 2009, p. 107).

Os territórios caracterizados por suas vulnerabilidades expressam a polarização das classes sociais, que, por sua vez, acarretam na segregação destes locais, bem como na marginalização dos pobres e em sua redundância social, como destacado por Wacquant (2005). A autora Caldeira

(2000), ao destacar a segregação, aponta que há uma relevância acerca desta temática no que tange a dinâmica das cidades, afirmando que:

A segregação tanto social quanto espacial é uma característica importante das cidades. As regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação. Essas regras variam cultural e historicamente, revelam os princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade. (CALDEIRA, 2000, p. 211)

Compreende-se que essa segregação promove uma divisão física entre os espaços, corroborando com uma segregação social entre classes, na qual pode levar ao enclausuramento voluntário que implica no empobrecimento da vivência do território. Além disso, essa correlação dos territórios vulneráveis com as classes sociais que enfrentam essa segregação diariamente também foi observada por Caldeira (2000), mostrando que, além de excluídos, os habitantes dos territórios mais pobres são vítimas também do preconceito: Como seria de se esperar, os habitantes desses espaços são tidos como marginais [...] São considerados também socialmente marginais: diz-se

Que têm famílias divididas são filhos de mães solteiras, crianças que não foram criadas devidamente. De certo modo, tudo o que quebra os padrões do que se considera boa conduta pode ser associado a criminosos, ao crime e a seus espaços. O que pertence ao crime é tudo que a sociedade considera impróprio. (CALDEIRA, 2000, p. 80)

Nota-se, a partir da citação acima, que esta segregação tem corroborado com o que tange a polarização das classes, ou seja, intitulado o que é certo ou errado na sociedade, e percebe-se uma população que quebra os padrões daquilo que é imposto, a partir do que se intitula enquanto certo ou errado. Conseqüentemente, a violência contra a população que enfrenta essa segregação tem se tornando ainda mais presente nestes territórios, como resultado de uma desigualdade instaurada em detrimento de um crescimento econômico, mesmo que este avanço dependa de diversos conflitos. Segundo Wacquant (2005), a violência possui três componentes principais e que podem ser identificados nestes territórios vulneráveis, que são:

(1) desemprego em massa, persistente e crônico, representando para segmentos inteiros da classe trabalhadora a desproletarização que traz em seu rastro aguda privação material; (2) exílio em bairros decadentes, onde escasseiam os recursos públicos e privados à medida que a competição por eles aumenta, devido à imigração; (3) crescente estigmatização

na vida cotidiana e no discurso público, tudo isso ainda mais terrível por ocorrer em meio a uma escalada geral de desigualdade (WACQUANT, 2005, p. 29).

É possível perceber, a partir dos elementos acima destacados, que a desigualdade social instaurada de fato é um elemento que podemos destacar na existência e manutenção da violência nestes territórios, pois esse desemprego em massa se dá em razão do modo de produção vigente. Além disso, o que se nota é que, em sua maioria, o discurso ou a justificativa acerca de sua exclusão ou segregação não se refere às expressões da violência estrutural enfrentada pelo território, mas, sim, pela criminalização instaurada nestes locais. Deste modo, é possível perceber que a criminalização não se trata apenas de pessoas ou condutas, mas, também, de espaços territoriais considerados impróprios para a realidade social dominante. Nota-se que este processo no qual o sistema econômico é vigente, como discutido no primeiro item deste capítulo, contribui para repressão e o reforço da criminalização destes territórios.

Segundo os autores acima referenciados, o papel da justiça penal no sistema capitalista tem sido a reprodução da violência destes territórios. É possível perceber em meio a essa análise que não existe uma ação de romper com a ideia culpabilizadora do sujeito, tentando compreender ações a partir de um fator que está implicado na sociedade. Ainda assim, o discurso do medo acerca destes territórios tem difundido estratégias de controle das massas empobrecidas, bem como legitimado cada vez mais as ameaças a esta população, como também foi discutido acima.

Estes discursos de medo ou de conotações que corroboram ainda mais para que se perpetue a segregação de territórios, assim como a criminalização dos sujeitos que vivenciam essa realidade, são muitas vezes intitulados como solos de cultivo de problemas sociais, como destacado por Wacquant (2005). Porém, observa-se que a violência que estes sujeitos enfrentam em seu cotidiano define esses territórios a partir de suas vulnerabilidades. Para o autor, a força do estigma territorial não deve ser subestimada, pois:

Em primeiro lugar, o sentimento de indignidade pessoal que ele carrega assume uma dimensão altamente expressiva da vida cotidiana, que colore as relações interpessoais e afetam negativamente as oportunidades nos círculos sociais, nas escolas e

nos mercados de trabalho. Em segundo, observa-se uma forte correlação entre a degradação simbólica e o desmantelo ecológico dos bairros urbanos: áreas comumente percebidas como depósitos de pobres, anormais e desajustados tendem a ser evitadas pelos de fora, assinaladas pelos bancos e corretores de imóveis, desdenhadas pelas firmas comerciais e ignoradas pelos políticos, tudo isso colaborando para acelerar-lhes o declínio e o abandono. Em terceiro, a estigmatização territorial origina entre os moradores estratégias sociófobas de evasão e distanciamento mútuos e exacerba processos de diferenciação social interna, que conspiram em diminuir a confiança interpessoal e em minar o senso de coletividade necessário ao engajamento na construção da comunidade e da ação coletiva (WACQUANT, p. 33, 2005)

Contudo, enfatiza-se que estes territórios em situação de vulnerabilidade vivenciam condições de privações sociais. Além disso, a partir da citação acima, se percebe que a discussão sobre o contexto do território perpassa pela expressão da vida cotidiana dos sujeitos que compõem o espaço, ou seja, valorizam-se os reflexos das ações dos sujeitos, por meio desta expressão que se dá no dia a dia. Vale destacar a fala do Sujeito C, ao destacar acerca do estigma vivenciado pela população que vivem no território:

*Tanto é que muitas pessoas quando fazem o currículo colocam o nome de outro bairro, em muitas situações a pessoa perdeu o emprego por morar neste bairro, porque já tem um histórico estigmatizado. (Sujeito C)*

O território de análise desta pesquisa permite também perceber a expressão da vida cotidiana por meio dos reflexos das ações dos sujeitos que ali residem, bem como o quanto esse estigma territorial pode afetar a vida da população residente. Com isso, nota-se que de fato as relações que se expressam no dia a dia retratam a realidade daquele lugar, sendo essas relações permeadas pelo conflito do tráfico de drogas e também pelos serviços que ali são desenvolvidos.

### 3 PROIBICIONISMO, TRÁFICO DE DROGAS E SUAS CONTRADIÇÕES

Neste momento da pesquisa, é abordada a discussão acerca do proibicionismo, no que tange o uso e a venda de substâncias psicoativas. Trata-se do seu processo histórico, o que nos ajuda a compreender que a combinação do ato proibicionista se dá em função de “clamores” dos medos sociais, moralismo e racismo.

Assim, a partir da compreensão realizada sobre o proibicionismo, em um segundo momento deste capítulo, destaca-se o narcotráfico a partir da própria política de proibição, na qual trata-se das novas significações do uso de substâncias psicoativas na sociedade capitalista, ou seja, deixando de ser reconhecida apenas enquanto um produto de métodos naturais para ser reconhecida enquanto mercadoria. Nesta lógica de disputa pela venda da mercadoria, a população inserida nos territórios vivencia uma situação de controle tanto pelo Estado quanto pelo tráfico de drogas existente no local.

Enfim, destaca-se que em nome do proibicionismo a “guerra às drogas” ganha destaque, abordando que esta guerra possui um alvo principal, que é a população inserida nos territórios vulneráveis, em sua maioria, formada por jovens, negros e pobres, assim como a violência proibicionista exercida está diretamente ligada a estes territórios. Tais fatores tem sido um mecanismo facilitador da criminalização da pobreza e do controle social, bem como a violação dos direitos humanos. Com o decorrer da pesquisa, se nota que tais fatores podem ser destacados no território de análise dessa dissertação.

#### 3.1 PROIBICIONISMO

A questão do debate sobre drogas ilícitas é tratada por diferentes campos de conhecimento e sofre diferentes influências teóricas e ideológicas para fundamentação de discursos, os quais, via de regra, se pautam muito mais em defesa da proibição. Se observa, historicamente, que a intensificação da noção dicotômica entre lícito e ilícito decorre do fortalecimento dos movimentos proibicionistas nos Estados Unidos da América. Pode-se dizer que o fenômeno do proibicionismo inicia-se por interesses puramente econômicos, marcado pela

competição entre os países<sup>9</sup>. No entanto, foi nos Estados Unidos que essa proibição se torna prioridade política marcada pelo conservadorismo da moralidade e dos bons costumes, como destaca Filho (2007).

Segundo Feffermann (2006), há uma memória de destruição quando se fala do assunto das drogas que decorre da interferência do discurso autoritário dos Estados Unidos. O país impôs restrição legal às substâncias psicoativas no início do século XX, proibindo a produção, venda e consumo de substâncias que até então circulavam livremente. De acordo com Arbex e Tognoli (1996), essa proibição está associada a tais questões:

Mais do que uma mera rejeição a um produto químico, foi uma espécie de reação aos imigrantes - aos católicos, mas também aos judeus e aos não brancos [...] o objetivo declarado da proibição era eliminar o consumo do álcool, mas deflagrou uma guerra para 'moralizar' os costumes. Em nome da Proibição, cassinos e bordéis foram fechadas, prostitutas presas, indivíduos perseguidos pelo 'crime' de não rezarem pela cartilha puritana ou simplesmente por serem intelectuais; [...] É óbvio que também a cocaína - e qualquer outra droga cujo consumo tivesse como objetivo propiciar prazer - foi proibida e estigmatizada como pecado (ARBEX JUNIOR; TOGNOLLI, 1996, p. 199).

Os autores destacam que o combate às drogas é fomentado pela moral protestante tradicional com intuito de impor normas, limites e disciplinas aos imigrantes e aos negros, na qual reforça os valores tradicionais da classe média branca. E, segundo Rodrigues (2012), o processo do proibicionismo leva a totalização entre medos sociais e moralismo, catalisando "clamores" pela criminalização da produção e consumo de algumas drogas. O autor destaca que o proibicionismo é a combinação dessa totalização que tem por objetivo o controle social.

Desse modo, o proibicionismo - com sua combinação entre moralismo e repressão seletiva a certos grupos sociais - emergiu

---

<sup>9</sup> A exemplo da Guerra do Ópio na China, que, no século XVIII, a Companhia Inglesa das Índias Orientais havia introduzido em Bengala, na Índia, o cultivo do ópio. No entanto, no século seguinte, a China passou a enfrentar grandes confrontos em função desta distribuição realizada pelos ingleses, na qual levou a China a uma crise no sistema monetário e um déficit na moeda-prata. O fim da exportação dos ingleses passou a intensificar o contrabando do ópio, gerando duas grandes guerras. O problema central para o comércio inglês na China era a consolidação do mercado, para isso, os ingleses procuraram influenciar diretamente as decisões do imperador chinês no que dizia respeito a esta questão, como destaca Passeti (1991).

como uma das táticas de controle social que, na passagem do século XIX para o XX, investiram na segurança das sociedades pela articulação de políticas punitivas e de intervenção sobre a vida e que procediam, por sua vez, de práticas de governo das populações que despontaram um século antes (...) (RODRIGUES, 2012, [s.p]).

Vê-se, portanto, que os Estados Unidos protagonizou o proibicionismo, utilizando-o como instrumento para controle de grupos sociais, a partir da chamada “guerra às drogas”. Arbex e Tognolli (1996) apontam que os Estados Unidos criou um plano a nível mundial com o pretexto de combater o comércio internacional de drogas, mas o real interesse era sua expansão econômica e política na América Latina, por meio do pretexto da guerra às drogas.

O marco histórico foi a Conferência em Xangai, em 1909, e a Convenção de Haia, em 1912, portanto, é importante compreender, mesmo que de forma breve, este cenário de convenções e conferências internacionais para entender o contexto das influências acerca da produção de leis e normas que determinam a política de drogas no Brasil.

Na Convenção de Haia, em 1912, ocorreu o primeiro ato internacional que tratava acerca do proibicionismo sobre a produção, venda e consumo de determinadas substâncias psicoativas, conhecida como a Convenção Internacional sobre o ópio. De acordo com Karam (2010), o documento que resultou desta convenção propunha que os países signatários verificassem a viabilidade da criminalização do uso e venda do ópio, morfina, cocaína e derivados. Vale destacar que este documento permitia o uso do ópio, da morfina e da cocaína enquanto uso médico, sendo que um dos fatores de concorrência deste período era o mercado farmacêutico e médico, como destacado por Lima (2009):

No plano interno dos Estados Unidos, a década de 1910, apresentava quatro importantes atores para fomentar a liderança desse país no controle internacional das drogas: a Associação Médica e Farmacêutica estadunidense; o Movimento de Temperança com sua tradição protestante; o movimento do higienismo e da eugenia, além da indústria militar. Cada qual com interesses particulares permitiram a construção articulada de um projeto proibicionista, inscrito no ideário do Destino Manifesto, que preservaria a segurança nacional estadunidense a partir da disposição bélica de controlar e aniquilar o inimigo (LIMA, 2009, p. 177).

Após as Convenções Internacionais promovidas pelos Estados Unidos até a 2ª Guerra Mundial, a ONU – Organização das Nações Unidas – passa a empreender novas convenções, as quais atingiram de maneira mais direta o Continente Americano. De acordo com a Comissão Latino-Americana, em 1961, a Convenção Única sobre Entorpecentes criou a estrutura do Regime Internacional de Controle de Drogas.

É importante destacar que o principal instrumento para a expansão do poder punitivo é a proibição às drogas tornadas ilícitas. E, pode-se dizer que, o proibicionismo teve um avanço mundialmente falando a partir da década de 1970, quando o presidente norte-americano Richard Nixon declarou as drogas ilícitas como o principal inimigo dos EUA e, em 1971, em um dos seus discursos inflamados, estabeleceu a “guerra às drogas”, que se expandiu para o mundo todo. Neste mesmo ano, aconteceu a Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas, que tinha por objetivo lidar com a crescente variedade de drogas que surgiram nos anos de 1960 e 1970. Karam (2010) sintetiza as contradições do proibicionismo de maneira muito interessante, pois, segundo ela,

[...] hábitos presentes em todo o globo e que deixam raízes na própria história da humanidade, contendo elementos permeáveis a campanhas moralizantes e à criação de fantasias e mistérios, a produção, o comércio e o consumo das selecionadas drogas, que, com a proibição, se tornaram ilícitas, serviram como um fácil pretexto para sua apresentação como o novo “mal universal”, um “flagelo”, algo assustador e ameaçadoramente próximo, que seria incontrolável por meios regulares e deveria ser enfrentado com medidas mais rigorosas, excepcionais ou emergenciais (KARAM, 2010, apud TOLEDO, 2010, [s.p.]).

Portanto, se as “drogas ilícitas” são vistas como as grandes inimigas sociais, o tráfico de drogas é o fenômeno que as personalizam e o “traficante” é o protagonista que deve ser combatido. A partir deste raciocínio é que, em 1988, aconteceu a Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Drogas Narcóticas e Substâncias Psicotrópicas, que definiu metas claras de controle ao tráfico de drogas e aos chamados países produtores<sup>10</sup>. Segundo Karam (2010), os impactos desta convenção foram os que mais intensificaram a questão da repressão ao comércio de

---

<sup>10</sup> Em uma discussão acerca da produção, circulação e distribuição de drogas proibidas, a cisão dentre produtores e consumidores é prejudicial, pois todos os processos compõem a cadeia do comércio da droga-mercadoria.

uso de drogas no Brasil. Lima (2009) aponta que todo esse controle só se concretizou a partir da força de corporações militares,

[...] a disposição da política externa de segurança estadunidense em banir o *inimigo* dependeu do apoio fundamental das corporações monopólicas militares, assim como tornou as drogas e seu mercado objeto e território, respectivamente, para o uso da força legitimada, demonstrando a tendência inicial de enfrentar o *problema às drogas* a partir de uma perspectiva coercitiva. As resoluções internacionais e as legislações nacionais ao longo do século XX confirmaram essa perspectiva militarizada de enfrentamento a um *problema* tomado como tema das relações *transnacionais* (LIMA, 2009 p. 178).

Vê-se, portanto, que o proibicionismo e o militarismo marcam a legislação internacional e nacional, constituindo-se a partir de estratégias de guerra. Neste contexto, a autora Karam (2010) defende que as ações de controle de drogas devem ser compreendidas a partir da posição ideológica de cunho moral, que se manifesta em atos políticos e legislativos com o intuito de regular e limitar comportamentos e, até mesmo, produtos, sendo que isso se dá através da intervenção do sistema penal. Enfatiza, ainda, que a expressão de “guerra às drogas” dá a tônica do controle social, afirmando que:

A “guerra às drogas” não é propriamente uma guerra contra as drogas. Não se trata de uma guerra contra coisas. Como quaisquer outras guerras, dirige-se sim contra pessoas – os produtores, comerciantes e consumidores das substâncias proibidas. Mas, não exatamente todos eles. Os alvos preferenciais da “guerra às drogas” são os mais vulneráveis dentre esses produtores, comerciantes e consumidores. Os “inimigos” nessa guerra são os pobres, os marginalizados, os negros, os desprovidos de poder, como os vendedores de drogas do varejo das favelas do Rio de Janeiro, demonizados como “traficantes”, ou aqueles que a eles se assemelham, pela cor da pele, pelas mesmas condições de pobreza e marginalização, pelo local de moradia que, conforme o paradigma bélico, não deve ser policiado como os demais locais de moradia, mas sim militarmente “conquistado” e ocupado (KARAM, 2013, p. 3).

A jurista traz uma explicação de extrema importância para o contexto da discussão da “guerra às drogas”, ficando claro que o intuito desta guerra é contra pessoas que tem um perfil definido, ou seja, o alvo direto do enfrentamento desta guerra é de fato a população pobre que vive nos territórios vulneráveis. O ato da “guerra às drogas” se materializa na criminalização de condutas praticadas em diversos espaços, no entanto, se torna massivo a consolidação da ação punitiva

especificamente nos territórios vulneráveis. Fica claro que o inimigo direto desta guerra é a população pobre, não branca e marginalizada. E, segundo Rocha (2012), é importante que se situe, neste contexto, o lugar dos traficantes que estão nos elos mais frágeis das cadeias do narcotráfico, ou seja, aqueles que empreendem a venda no varejo e, via de regra, residem em territórios vulneráveis. Debate este que será retomado adiante.

A respeito do controle através do sistema punitivo, Ferro (2009), ao mencionar Braz, também aponta que:

(...) o sistema punitivo está organizado ideologicamente de forma a favorecer os interesses da classe dominante e, para tanto, direciona os instrumentos de controle social para atingir tais propósitos. O Direito Penal revela-se elitista, seletivo, desigual e fragmentário, vez que incide mais pesadamente sobre os grupos marginalizados, não priorizando os crimes cometidos pela classe hegemônica, a exemplo da criminalidade econômica (BRAZ apud FERRO, 2009, p. 127).

As falas explicitam que o proibicionismo caminha juntamente com o controle social, auxiliando na compreensão de que a “guerra às drogas” é uma guerra direcionada a uma determinada população. Deste mesmo modo, entende-se que o controle exercido por meio do sistema punitivo está direcionado a esta mesma população, e tem por intuito o favorecimento da classe dominante, reforçando ainda mais a relação de poder que é exercida por esta classe. Como aborda Vera Malagutti Batista (2004, p. 3),

[...] a droga se converte no grande eixo (moral, religioso, político e étnico) da reconstrução do inimigo interno, ao mesmo tempo em que produz verbas para o capitalismo industrial de guerra. Este modelo bélico produz marcas no poder jurídico, produz a banalização da morte. Os mortos desta guerra têm uma extração social comum: são jovens, negros, índios e são pobres (BATISTA, 2004, p.3).

Percebe-se que a ação proibicionista e criminalizadora se materializa nas esferas da venda e consumo destas substâncias caracterizadas como ilícitas, em que corroboram com a expansão do poder punitivo, como destacado anteriormente. Mediante a essa caracterização de substâncias ilegais correlacionadas com a ação proibicionista, um fator que se destaca neste contexto é o aumento do número de pessoas encarceradas em razão do comércio ilegal de drogas, ou seja, a intervenção estatal frente a este proibicionismo foi o

encarceramento da população que, de maneira direta ou indireta, compõe os elos mais vulneráveis da cadeia organizativa do “negócio das drogas”.

Em suma, pode-se observar que a violência da guerra às drogas somada à violência empreendida pelas próprias relações que gerenciam o mercado das drogas tem gerado problemas graves. É fato que as mortes existem no tocante às relações estabelecidas pelo negócio das drogas nos territórios, principalmente nos territórios vulneráveis, como será destacado ainda neste capítulo. Contudo, o que se vê é que as ações desenvolvidas em nome de “soluções” para problemas relacionados ao tráfico de drogas se dão na esfera da Segurança Pública e têm se mostrado ineficazes, pois, mesmo com o fato do crime por tráfico de drogas ser o principal responsável pelo encarceramento em massa, o mercado das drogas ilícitas continua existindo e a violência que o acompanha se agrava cada dia mais.

Pode-se também falar sobre as milícias paraestatais e paramilitares que podem ser interpretadas como um desdobramento da violência policial com objetivo direto de atuação na chamada “guerra às drogas”. A “guerra às drogas”, como qualquer outra guerra, é necessariamente violenta e letal, onde policiais são colocados para matar e morrer, destaca Karam (2013). De maneira formal ou informal, estes policiais, em muitos casos, são estimulados pelo Estado ou até pela própria sociedade a exercer o papel punitivo através de condutas violentas de maneira ilegal, corroborando com a violação dos direitos humanos.

A missão original das polícias de promover a paz e a harmonia assim se perde e sua imagem se deteriora, contaminada pela militarização explicitada na política de „guerra às drogas”. Naturalmente, os policiais – militares ou civis – não são nem os únicos nem os principais responsáveis pela violência produzida pelo sistema penal na “guerra às drogas”, mas são eles os preferencialmente alcançados por um estigma semelhante ao que recai sobre os selecionados para cumprir o aparentemente oposto papel do “criminoso” (KARAM, p. 4, 2013).

Contudo, percebe-se que, mesmo mediante a este contexto de recrudescimento da “guerra às drogas”, fica claro que, para tentar atingir as metas que, por meio do discurso, determinam sua razão de existir, essa guerra tem ocasionado danos muito mais graves. Vê-se que não são as drogas que causam a guerra, mas a política de proibição de maneira desenfreada tem corroborado para a

violência, pois essa proibição tem como parâmetro a violência para garantir a proibição.

### 3.2 O NEGÓCIO DAS DROGAS E O CONTROLE SOB TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS

Como foi possível observar a partir do breve resgate feito acerca do proibicionismo, o narcotráfico é um fenômeno muito mais atual do que se possa imaginar. Pois, como se viu na seção anterior, o crime de tráfico de drogas foi inaugurado pela própria política da proibição. Vale destacar que, ao tratar da expressão do narcotráfico, a autora Lolis (2008) destaca Dowdney (2002) ao dizer que este fenômeno rompe com a tradicional distinção entre o mundo da ordem e da legalidade. Na qual possui características como: o recrutamento preferencial de jovens; a dimensão do valor atribuído à posse de arma de fogo; o monopólio extremamente concentrado das atividades criminais; as estruturas de mando e obediência rigorosamente hierarquizadas e personalizadas. Ainda segundo Lolis (2008):

É necessário evidenciar que o narcotráfico transita entre o mundo da legalidade e da ilegalidade, com ramificações em diversos países e que penetra em todas as esferas de poder estatal, empresariais e sociais. O narcotráfico é responsável por realizar o cultivo, produção, refino, embalagem, distribuição, transporte, redistribuição e comércio dos narcóticos. É uma estrutura que emprega centenas de milhares de membros organizados e alguns milhões de trabalhadores na produção da matéria-prima no mundo. Um negócio que inclui tráfico de drogas, vendas de armas, "lavagem de dinheiro", prostituição adulta e infantil, tráfico de órgãos humanos, suborno, extorsão, controle de áreas inteiras utilizando métodos violentos de terror com uma estrutura paramilitar. (LOLIS, 2008, p. 92)

A expansão dos negócios das drogas vai tomando cada vez mais espaço e, embora eles transitem neste campo da ilegalidade, vê-se que é também uma estrutura que emprega muitas pessoas, e, portanto, a violência se torna um dos fatores de manutenção para este negócio. Nota-se que o comércio existente no campo do tráfico de drogas tem apresentado grande interferência nos aspectos econômicos, sociais e políticos. Esta atividade ilegal está na posição de segunda atividade mais lucrativa do mundo.

Neste contexto, as drogas (proibidas ou não), são mercantilizadas, produzidas e distribuídas a partir das relações estabelecidas no modo de produção capitalista. A produção em larga escala, modificada técnica e cientificamente, explora mais-valia do trabalho humano, tornando-se um lucrativo negócio. [...] Ressaltamos, portanto, que há uma imensa diferença no entendimento histórico da droga-produto, que possuía apenas valor de uso, em relação à droga-mercadoria, que possui, antes de tudo, valor de troca. É essencial considerarmos que a droga-mercadoria só ganha status de mercadoria na sociabilidade burguesa por ser um objeto suscetível à mercantilização, que de uma maneira ou outra satisfaz necessidades de alguns sujeitos, ou seja, aqueles capazes de pagarem um preço por ela (ROCHA, 2012, p. 53).

A autora auxilia na compreensão de que o uso de substâncias psicoativas é histórico, cultural e social, entretanto, na sociedade capitalista ganha novas significações, ou seja, neste contexto deixa de ser reconhecida apenas enquanto um produto de métodos naturais passando a ser reconhecida enquanto mercadoria com valor de uso e de troca. Com isso, se torna necessário entender as drogas como mercadorias que satisfazem necessidades humanas, como destacado acima. Como destaca Velho (1997), tem-se que distinguir algumas coisas:

[...] uma coisa é o uso das drogas, o consumo das drogas dentro de determinados grupos, segmentos e tradições, outra coisa é o que acontece com as drogas diante da expansão do mercado de drogas, do uso de drogas através de um mercado em que o capital multiplica, gere e passa a impor a lógica da circulação, do uso e do consumo das drogas. Com isso, evidentemente, a criminalidade assume uma dimensão extraordinária, e a lógica da criminalidade passa a ser a dominante em detrimento de outras lógicas (VELHO, 1997, p. 68).

Portanto, a questão do tráfico de drogas deve ser entendida e analisada a partir da perspectiva histórica, econômica, política e social, não apenas como um fenômeno isolado, que tem a violência como principal repercussão. Barbato (2006) aponta que, na década de 1960, as organizações criminosas passam a focar no tráfico de entorpecentes, com os quais davam os primeiros passos como fonte de mercado a ser explorado em grande escala. Em pouco tempo, o narcotráfico passou a ter uma dimensão internacional.

Um dos fatores poucos discutidos que permeiam a expansão do tráfico de drogas é a própria indústria farmacêutica, pois, segundo Machado (2004), muitos dos medicamentos legalmente fabricados por laboratórios farmacêuticos

podem se tornar matéria prima para drogas sintéticas, valorizadas pelo comércio ilícito.

O papel da indústria farmacêutica é pouco conhecido, apesar de ser fundamental para o entendimento da indústria e tráfico internacional de drogas legais e ilegais. Um aspecto em particular chama a atenção: as grandes corporações-laboratórios que controlam a produção mundial de farmacêuticos podem se beneficiar, eventualmente, das diferenças de legislação e, portanto, dos limites territoriais-jurisdicionais de um país. Uma droga sintética como a benzodiazepina chamada Rohypnol, por exemplo, é manufaturada na Colômbia, México e Suíça pelo Laboratório Hoffmann-LaRoche, e vendida, com valor agregado, nos Estados Unidos, onde a droga não pode ser manufaturada nem comercializada legalmente (MACHADO, 2004, p. 29).

A autora destaca os laboratórios que dominam a produção mundial de produtos farmacêuticos os quais se beneficiam destas diferenças legais territoriais, além do destaque ao mercado norte americano no cultivo e consumo das drogas de origem orgânica. Por sua vez, países destacados como área de trânsito da droga estão abrigando laboratórios e registrando o aumento de diversos tipos de drogas.

Citou-se anteriormente que a condição de ilegalidade de algumas drogas também possui implicações econômicas, políticas e sociais. Deste modo, de acordo com Karam (2000), o tráfico estabelece um ciclo vicioso no qual contribui com a acumulação de capital:

[...] suprindo as limitadas oportunidades oferecidas pela economia formal, o mercado das drogas ilícitas permanece abrindo espaço para acumulação do capital e a geração de empregos, como já ocorreu em outras etapas do desenvolvimento capitalista. Em tais condições, os empresários – grandes ou pequenos – e os empregados das empresas produtoras e distribuidoras de drogas ilícitas, quando presos ou eliminados, são facilmente substituíveis por outros igualmente desejosos de oportunidades de emprego ou de acumulação de capital, oportunidade que, por maior que seja a repressão, subsistirão enquanto presentes as circunstâncias socioeconômicas favorecedoras da demanda criadora e incentivadora do mercado (KARAM, 2000, p. 159).

A reflexão acima demonstra o quanto as relações do tráfico de drogas se reproduz como quaisquer outras relações próprias do modo de produção capitalista, apontando que a busca por acúmulo de capital e/ou oportunidade de trabalho mantém as engrenagens do narcotráfico em funcionamento. Neste

contexto, se insere os sujeitos que sofrem com o desmonte neoliberal, com o agravamento do desemprego e da pobreza, os quais, tornam-se sujeitos disponíveis e, ao mesmo tempo, facilmente substituíveis no que tange a exploração da força de trabalho no mercado das drogas proibidas. Por sua vez, esse lucrativo mercado possui os seus gestores, os quais estão inseridos na lógica do crime organizado que, segundo Rocha (2012), só se sustenta a partir das relações entre legal-ilegal.

Segundo Barbato (2006), o crime organizado está vinculado às estruturas e à lógica de reprodução do capital, beneficiando-se, inclusive, da mundialização do capitalismo financeiro, que permite a ampliação de lucros, mesmo que esses provenham da venda de drogas proibidas, armas e lavagem de dinheiro. Bem como destaca Mingardi (1997), ao dizer que a criminalidade organizada surge das condições oferecidas pela sociedade, como os avanços tecnológicos proporcionados pela globalização.

Mediante a esse fenômeno da mundialização, Fefferman (2006) aponta que os movimentos da globalização dão luz a efeitos paradoxais, pois, ao mesmo tempo em que se promete a ascensão social e de consumo, a inclusão marginal passa a ter grandes proporções. É possível perceber, neste contexto, uma discrepância, pois, de um lado, existe o aumento de bens e serviços e, por outro, o agravamento da miséria e da desigualdade.

Nota-se que no viés econômico em que se insere a relação do tráfico de drogas é possível perceber que se destacam questões de análise estruturalistas, as quais buscam uma configuração geopolítica desse comércio, bem como a comercialização e rotas do tráfico em nível internacional, que, no entanto, está associada diretamente aos jovens moradores de territórios vulneráveis.

A autora Ferro (2009), ao referenciar Scaranense Fernandes, refere que há diferentes formas de explicação acerca do crime organizado, sendo elas:

a) aquela que parte da concepção de organização criminosa para a definição do que seja crime organizado, de maneira que tal seria aquele perpetrado pelos membros de dada organização; b) aquela que parte da noção de crime organizado, definindo-o em função de seus elementos essenciais, sem especificação de tipos penais e, usualmente, com inclusão, entre suas características, do fato de pertencer o agente a uma organização criminosa; c) aquela em que se dá o emprego do elenco de tipos previstos no sistema, com acréscimo de outros, os quais são identificados como crimes organizados (FERRO, 2009, p. 31).

Mediante a esta análise, pode-se dizer que negar o caráter organizado das organizações criminosas é negar o próprio processo histórico, pois essa construção da organização criminosa se deu ao longo da história e pensar isso, a partir da citação acima, ajuda a entender que as atividades que compõem o crime organizado possuem suas características próprias.

Segundo Mingardi (1997), não existe apenas um modelo de crime organizado, destacando que o tipo mais conhecido é a máfia siciliana. O autor enfatiza que estas organizações são centenárias e são dotadas de hierarquia e possuem normas próprias. Como exemplo, vale destacar que a máfia ganhou destaque transnacional,

[...] Um marco na história do crime organizado e um grande passo no processo de sua expansão e transnacionalização verificou-se durante a Segunda Guerra Mundial, com o desembarque aliado na Sicília, em julho de 1943 (FERRO, 2009, p. 92).

Deste modo, nota-se que, ao tratar do tráfico de drogas, assim como do crime organizado, não tem como deixar de considerar a máfia como ponto de partida, a exemplo de grupos mafiosos que, durante a Lei Seca nos EUA, mantiveram a distribuição e circulação de bebidas alcólicas. Todavia, é errôneo manter uma comparação estática entre os modelos mafiosos de meados do século XX e os grupos criminosos que gerenciam o negócio das drogas nos dias atuais, especialmente no Brasil.

Para Mingardi (1998), as organizações criminosas seguem uma hierarquia rígida e, além disso, possuem planejamento empresarial, divisão de trabalho e lucros. Nestes dois modelos, cada organização criminal pode tomar uma forma específica e depender do local a qual pertence. No que tange essa relação empresarial no narcotráfico, Barbato (2006) destaca que a sedução por tais negócios é muito grande e que neste caso não só as máfias se ocupam destes espaços, mas pequenos empresários situados na produção/venda de mercadorias legais acabam enveredando para o ramo de produção e comercialização de entorpecentes. Acerca de toda a organização exercida pela Máfia e a sua relação com o tráfico de drogas, Ferro (2009) aponta o início desta relação no processo histórico, a qual destacar-se-á ao longo deste capítulo:

Finalmente emerge na quarta etapa, a partir dos anos 1970, a “Máfia financeira”, significando que as práticas ilegais, em conexão com os tráficos internacionais, particularmente de drogas e armas, permitem às organizações criminosas adquirir grandes massas de capital, de solidez sem registro anterior, as quais são depositadas nos circuitos financeiros - o que é facilitado pela opacidade dos mesmos, retratada, por exemplo, no segredo bancário como regra geral, embora com as exceções parciais dos instrumentos normativos da Organized Crime Control Act (Lei do Controle do Crime Organizado, sob a sigla OCCA, em inglês) e da legislação antimáfia italiana, e na existência de paraísos fiscais, sendo parcialmente utilizadas por atividades empresariais (FERRO, 2009, p. 78).

Com isso, percebe-se que a interação entre a máfia e o tráfico de drogas pode ser relacionada com a citação mencionada anteriormente de Barbato (2006), quando o mesmo apontou que o tráfico de entorpecentes passou a ter uma dimensão internacional na década de 1960, o que corrobora com a junção da atuação da máfia com o tráfico a partir de interesses financeiros.

De forma específica, ao pensar sobre o Brasil, percebe-se que a Máfia é explicada enquanto uma conspiração estrangeira e Ferro (2009) destaca que, por sua vez, a expressão “crime organizado” no país é retratada na figura de lideranças, ações, atividades realizadas por organizações criminosas ligadas ao tráfico de drogas. Mingardi (1997) refere que, no Brasil, a imprensa sempre apontou que o tráfico de drogas era dirigido basicamente pelo chamado crime organizado, com maior visibilidade às ações empreendidas pelo tráfico no Rio de Janeiro, confirmando, desta forma, que o modelo de máfia não traduz a realidade do crime organizado no Brasil.

Portanto, o estabelecimento de um mecanismo organizado para a gestão do lucrativo mercado das drogas ilegais só existe à medida em que se explora força de trabalho. Sendo, portanto, os territórios vulnerabilizados, espaços onde se encontram pessoas espoliadas de todas as esferas dos direitos econômicos, sociais e humanos, tornando-se, portanto, terreno fértil para a aliciação de trabalhadores. Em muitas situações, estas organizações assumem o controle de territórios, desenvolvendo funções que deveriam ser exercidas pelo Estado, e, deste modo, apresentam um fenômeno que passou a ser associado ao surgimento de uma espécie de “Poder paralelo”<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> A grande maioria da literatura sobre crime organizado e tráfico de drogas faz esse debate acerca do “Poder Paralelo” ou do “Estado Paralelo”, entretanto, essa leitura não é consensual. Rocha

Através dos noticiários, ou até por alguma experiência profissional em territórios vulneráveis, nota-se que as organizações que atuam no tráfico de drogas têm capacidade de mobilização de diferentes sujeitos. De acordo com Amorim (1993), essas organizações possuem poder de gerenciar territórios na garantia de segurança, bem como de impor suas regras e punições, no caso de transgressões destas leis. Deste modo, se faz necessário identificar as relações que se estabelecem juntamente do Estado com o crime organizado nestes espaços. Podemos perceber isso de forma clara em uma fala da entrevista do Sujeito C, ao mencionar essa relação de segurança no território e as suas regras:

*Tem outra situação também, na qual uma criança foi molestada e o bairro ficou sabendo e o pessoal do tráfico deu um dia para o abusador deixar o bairro, em um dia ele e a família toda deixaram o bairro. E as pessoas que trouxeram isso em atendimento são pessoas que fazem muitas críticas ao tráfico, mas nesse momento a fala era de que eles resolveram a situação. Bom, se o poder público e a sociedade não acolhem essa família o tráfico acolhe. (Sujeito C)*

Segundo Leal e Almeida (2012), algumas características podem ser identificadas para determinar uma forma de Estado, para a constituição de um governo paralelo, exercido pelo crime organizado nos territórios em que estão inseridos:

Cuja concepção passa por: 1) disposição das organizações criminais de uma força armada, composta por milícias próprias; 2) sustentação de um poderio bélico pelo qual passa o controle da vida social de todo um território, impondo regras de conduta à população; 3) realização de ações assistencialistas normalmente realizadas pelo Estado; 4) influência direta ou indireta na escolha de lideranças locais que ocupam cargos representativos em entidades locais ou até mesmo apoio à candidatura de parlamentares; 5) existência de burocracia organizacional; 6) afirmação do poder à organização criminal independente do reconhecimento formal do Estado, com quem se confronta frequentemente (AMORIM, 1993; ARBEX JUNIOR, 1993).

Os autores destacam que os elementos acima elencados formam, em conjunto, o arcabouço que supostamente sustenta a hipótese do poder paralelo. De fato, se nota que estes elementos reunidos possuem fortes argumentos acerca

---

(2012) traz um debate baseado em Steinko (2008), no qual o autor demonstra que não há a existência de um poder ou estado paralelo à medida que as organizações criminosas existem a partir da união ou permissão do Estado. Para ele, o crime organizado só se mantém por estar intimamente vinculado ao Estado, neste sentido, há um único poder, um único Estado, o qual potencializa a partir da corrupção ou, contrariamente, por meio da guerra às drogas, a existência de organizações criminosas.

da existência de um poder dominador, real e exercido por estas organizações na garantia do domínio de um território e sua população, o qual, muitas vezes, assume a tarefa de ordem social naquele espaço.

É fato que essa correlação existente na diferenciação do domínio entre o Estado e o crime organizado é aparentemente sutil, porém, é interessante notar que, em algumas situações, essa relação pode se confundir em suas ações. Identifica-se, a partir da fala de Barbato (2006), que, embora o crime organizado esteja assentado numa estrutura informal, não se pode deixar de levar em conta que, para que seu funcionamento ocorra, é necessário o envolvimento do direito penal, ou seja, operadores do direito corroboram com os mecanismos das ações criminosas.

Pensamento defendido por Mingardi (1998), ao mencionar que, para que o poder exercido pelo crime organizado se efetive, é indispensável o estabelecimento de algum tipo de vínculo formado com o Estado. Barbato (2006) também faz referência ao pensamento de Mingardi, apontando que o mesmo enfatiza a importância de se levar em conta o envolvimento dos inúmeros funcionários públicos de todos os escalões. Deste modo, percebe-se que, a partir dos autores acima referenciados, a consolidação de uma organização criminal é impossível existir sem que haja uma ligação com o Estado. O autor reforça dizendo que:

Quando se fala de poder paralelo, o que se tem em mente é a concorrência entre duas esferas. De um lado, temos o poder oficial, encarnado na figura onipotente do Estado e de outro, as instâncias de poder que se colocam como opositoras a ele. Convém notar, entretanto que muitas vezes, a relação estabelecida não é de oposição, mas de complementariedade (BARBATO, 2006, p. 43).

Ou seja, esta relação de poder se mantém complementarmente à própria atuação do Estado frente a esta questão. Deste modo, se nota que existem interesses exclusivos para que se mantenham essa relação tanto dentro do aparelho do Estado como fora dele. O fato de o crime organizado passar a exercer ações que teoricamente seriam de função do Estado corrobora com um maior controle sobre a população destes territórios, elemento que será abordado na análise empírica desta pesquisa., BARBATO apud MENDRONI (2006) faz a seguinte colocação:

É forma de atuação clara nos dias de hoje, aquela da organização criminosa que substitua o Estado em qualquer de suas funções inerentes, porque não funcionem mal. A ausência ou má prestação de um serviço público acarreta a criação de um Estado paralelo que passa a executar e controlar aqueles serviços. Essa atividade demanda certo grau de organização, embora ilegal, que contenha um comando próprio, gerência ou administração, pública ou privada, legal ou criminosa. Assim a organização infiltra-se nas veias estatais e passa a, com o Estado, estabelecer uma disputa, como se fosse concorrência em um negócio, mas atuando ao arripio da Lei e trazendo a reboque a prática de tantas quantas foram as infrações penais necessárias ao seu sucesso (BARBATO apud MENDRONI, 2006, p. 44).

De acordo com a citação acima, a incapacidade ou o próprio interesse do Estado em não assumir suas tarefas, como discutiu-se no capítulo anterior, possibilita o exercício do poder de outras instâncias, ou seja, o Estado, na sua ausência ou má prestação de serviços, descentraliza as suas ações, e, por isso, em algumas situações, o tráfico de drogas que está inserido nos territórios desenvolve ações de cunho social e também de controle sobre a população. Consequentemente, isso inviabiliza a ação do Estado na resolução dos conflitos frente a estas organizações, pois, na verdade, esse duelo de poderes passa a ser transversal, de modo que em todo tempo se cruzam.

Vale destacar que o território de análise para esta pesquisa trata-se de um local que se depara com a situação citada acima. Em razão da má prestação de serviços por parte do Estado, a organização do narcotráfico ali existente muitas vezes passa a desenvolver ações sociais para população, respondendo a diversas necessidades, como o auxílio com cesta básica, medicamentos, entre outros. Porém, em muitos casos em que a família recebeu algum apoio dos agentes do tráfico de drogas, houve uma situação de subordinação inserida nas relações de poder exercidas dentro do território, como foi discutido no primeiro capítulo.

*De certa forma o tráfico atende o bairro e protege o bairro, eu percebo isso em algumas falas e atendimentos, até de serviço, que relataram assim pra mim "ah eles vieram e eles fazem isso e aquilo no equipamento, eles contribuem, eles mantem a ordem," então tem essa relação também. Até resolver conflitos familiares o tráfico está presente, outra coisa que eles interferem e chega até nós e, por exemplo: a escola não está tendo aula, eles chamaram uma reunião pra saber o porquê que não estava tendo aula. O centro de educação infantil que atende mais tarde, ou quando teve a questão de que não iria atender mais o período integral. É uma dinâmica de organização, mas é assim trabalho para mim. (SC)*

Segundo Mingardi (1998), admitir a hipótese de que o Estado e o crime organizado selam um acordo parece que é algo premeditado, mas, na verdade, os narcotraficantes, em muitas situações, evitam o conflito maior com o Estado pelo controle do comércio de drogas, o que beneficia ainda mais o capital. Vale destacar que se fala aqui de grandes narcotraficantes, não, necessariamente, dos traficantes ou jovens das periferias que vivenciam o conflito diário com a segurança pública.

Em casos como o destacado acima, a presença do crime organizado nos territórios vulneráveis também se torna algo estratégico, tanto para a organização quanto para o Estado, pois ambos atuam para alcançar seus objetivos particulares. No entanto, a população vivencia de forma constante o controle tanto do Estado quanto do crime organizado. Ao mencionar a relação do crime organizado, acerca deste controle, Leal e Almeida (2012) fazem o seguinte apontamento:

Ora, ao que parece do ponto de vista do capital, a população das periferias urbanas é mantida sob controle sem a necessidade de uma intervenção mais direta por parte do Estado. E o mais impressionante é que esta função de controle é exercida não pelas forças armadas estatais, mas por membros da própria população das periferias. Já do ponto de vista do crime organizado, o objetivo da fuga do confronto aberto com o Estado é simplesmente o caminho mais fácil para a ascensão social de seus membros através do monopólio na venda de mercadorias ilícitas (LEAL e ALMEIDA, 2012, p.18).

Deste modo, a manutenção do controle para o capital se torna uma contínua reprodução dos conflitos sociais, mesmo que seja de maneira aparentemente estável, para que o Estado ou o crime organizado se mantenha no viés do controle, no alcance do seu próprio interesse. Em meio a estratégias para solução ou manutenção destes conflitos, uma das ações desenvolvidas pelo Estado, com o discurso de manter a segurança pública nestes territórios vulneráveis, é o exemplo do Rio de Janeiro com a implantação das Unidades de Polícia Pacificadoras. Leal e Almeida (2012) desenvolvem uma análise acerca da implantação destas unidades, apontando que:

Pode parecer, à primeira vista, indício do fortalecimento do poder estatal na periferia, e que resulta de uma mudança na correlação de forças entre organizações criminais e Estado. Neste caso, uma ação mais ofensiva deste não representaria mais uma instabilidade para a

acumulação do capital, tornando cada vez mais desnecessária a presença do crime organizado e que, por conseguinte, o domínio indireto através das organizações criminais, estaria dando lugar ao comando direto das forças do Estado. Não obstante, tais ocupações dos “morros” pela polícia podem tratar-se, também, de um movimento de deslocamento das periferias para territórios ainda mais distantes do centro da cidade. Ainda que estas hipóteses sejam vagas e precisem ser comprovadas empiricamente, a observação de uma possível mudança neste sentido é necessária (LEAL e ALMEIDA, 2012, p. 18).

Contudo, pode-se dizer que as relações sociais do crime organizado se concretizam por meio da prática de diferentes sujeitos, cumprindo distintas funções, nos diversos territórios em que estão inseridos. Suas atividades são realizadas de maneira articulada em diferentes setores da economia, como mencionado anteriormente, sendo pelo mercado ilícito ou pela participação de algumas empresas, bem como da ausência ou má prestação de serviços do Estado, a qual corrobora em seu processo de fortalecimento.

Neste sentido, compreende-se que o crime organizado cumpre uma função na realidade social, embora ao mesmo tempo reproduza diversas contradições pelo viés do conflito. A presença do tráfico de drogas nos territórios vulneráveis contribui no processo de acumulação do capital, satisfazendo interesses do negócio das drogas e também do Estado. Há, ainda, outra faceta deste fenômeno, pois o narcotráfico oferece trabalho para adolescentes, jovens e adultos, que estão alijados do trabalho formal e, na maioria das vezes, desempenham funções específicas na produção e, principalmente, no comércio varejista das drogas proibidas.

A inserção no narcotráfico em comunidades periféricas evidencia uma invisibilidade social que marca a vida de sujeitos; além disso, o tráfico de drogas, em muitas situações, é a representação de algumas possibilidades de pertencimento a um grupo que traz, “para bem ou para o mal”, reconhecimento neste espaço. Compreender o ingresso destes sujeitos no tráfico de drogas também implica pensar nas consequências das dificuldades econômicas advindas de um sistema desigual. Estes encontram nesse meio a alternativa de inserção no mercado de trabalho informal, que, por sua vez, colabora na reflexão acerca de uma problemática social, produzindo falas de estigmas e culpabilização dos sujeitos individualmente, confirmando os fundamentos do proibicionismo.

Portanto, o fato do negócio das drogas oferecer trabalho é elemento para reflexão, pois, ao mesmo tempo em que viabiliza recursos financeiros para moradores de determinados territórios, também consolida um sistema de controle pela via do medo e da violência sobre os moradores.

### 3.3 IMPLICAÇÕES DA PRESENÇA DO TRÁFICO DE DROGAS EM DETERMINADOS TERRITÓRIOS

Atualmente, o tráfico de drogas é considerado um dos principais causadores do aumento da violência, que pode ser ocasionada por disputas territoriais de vendas de drogas, pois seu comércio geralmente requer domínio de territórios ou então o conflito direto com forças policiais, que, neste caso, é representada por uma ação direta do Estado. Cotidianamente, há um sem número de notícias que se referem à violência letal ocasionada pelos próprios agentes do narcotráfico em disputas por território, como também ocorre a legitimação da violência letal, empreendida por agentes de segurança, em nome da guerra às drogas. Deste modo, perpassa a discussão acerca da violência que decorre do narcotráfico nos territórios vulneráveis, os conflitos existentes nestes espaços em detrimento de uma luta pela conquista destes territórios.

Com isso, entende-se que compreender a violência a partir de sua conceituação nos ajuda na análise da temática proposta. Compreende-se que a prioridade da discussão deste trabalho é a violência urbana, mas, com a realização da pesquisa de campo, foi possível perceber outras expressões da violência, que estão vinculados na dinâmica cotidiana do território.

Entende-se que o fenômeno da violência vem se desenvolvendo ao longo dos tempos e sofre influências dos mais variados sentidos, como político, cultural, social e econômico. É importante compreender, em linhas gerais, o seu significado e, para isso, aplica-se aqui a definição desenvolvida por Michaud (1989), na qual define que:

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais. (Michaud, 1989, pg.10-11).

Segundo o autor, essa definição de violência é para dar conta de vários fatos como, por exemplo, o caráter complexo da situação de interação da qual podem fazer parte múltiplos atores. O mesmo ainda destaca que a violência pode ser ministrada de uma vez ou de forma gradativa, fazendo então distinção entre o estado e o ato de violência, explicando que pode haver diferentes tipos de danos. Ou seja, para Michaud (1989), a violência tem correlação direta com o caos, a partir do momento em que se observa a desordem, originando um movimento permanente de insegurança para o coletivo e assim ameaça a ordem social.

Já segundo Faleiros (2006), a violência é um processo social, relacional, complexo e diverso, o qual deve ser entendido na estruturação da própria sociedade e das relações interpessoais, institucionais e familiares. Sendo que esta estrutura de sociedade corrobora com a acumulação econômica bem como do poder, nas contradições entre classes dominantes e diferentes grupos. Segundo o autor, essa forma de violência é um processo diversificado em suas manifestações: familiares, individuais, coletivas, no campo e na cidade, entre os diferentes grupos e segmentos, e atinge tanto o corpo como a psique das pessoas.

Na obra *A violência*, o filósofo francês Yves Michaud (1989), após realizar uma análise etimológica, apresenta algumas definições de violência, na qual também aponta suas limitações e pressupostos, na tentativa de definir os atos de violência. O filósofo divide em quatro âmbitos, sendo: violência da guerra, política, da criminalidade e da vida. Acerca da violência da guerra, o mesmo destaca que uma guerra sempre leva em conta o caráter de utilização de violência direta, em que acarreta um grande número de mortos e feridos. No âmbito da política, Michaud (1989) destaca algumas formas de violência, dentro deste âmbito, sendo uma violência sócio-política difusa contra o poder (de baixo) e também violência do poder (de cima), usando da repressão, do terror ou de formas tirânicas e despóticas, ainda assim com guerras e terrorismo.

Ao destacar a criminalidade no âmbito da violência, Michaud (1989) aponta que o aumento da criminalidade não corresponde, necessariamente, a um aumento da violência ou da insegurança. O autor diz que seu aumento pode estar ligado apenas à criminalização de certas práticas convencionadas por leis, ou seja, a criminalidade é uma modalidade normativa, na qual, caso não houvessem leis que os caracterizassem, quantos crimes não seriam assim considerados. Porém, a criminalidade está evidentemente ligada à violência, destaca Michaud (1989), pois,

com efeito, as violências físicas e o roubo são o que há de mais corrente na criminalidade.

Por fim, a violência da vida, forma de violência a qual o autor acima destacado aponta que pode estar atrelada à dureza das condições de vida e de sobrevivência das pessoas. Como o caso de certas gangues ou religião em que a violência está atrelada aos valores pelos quais diferenciam um grupo do outro.

De acordo com Giamberardino (2010), o próprio conceito de violência urbana é ambíguo na medida em que inclui situações diversas e que, muitas vezes, parece servir para fins do meio da comunicação política. A ausência de um modelo explicativo concreto, no campo da violência urbana, faz com que a culpabilização e o problema central se torne os sujeitos inseridos nos territórios vulneráveis. Embora o tráfico de drogas esteja presente nestes espaços, em muitas situações, a culpabilização da criminalidade recai sob a população destes territórios de maneira generalizada e estigmatizante.

No que tange os dobramentos que geram a criminalidade em função do tráfico de drogas, Ferro (2009) destaca que a criminalidade de massas e a criminalidade organizada são distintas (vale destacar que o tópico anterior trouxe algumas reflexões acerca da criminalidade organizada), ambas são exemplos de domínios, porém, se diferem em sua origem, mas produzem repercussões públicas semelhantes, de acordo com a autora:

A primeira forma de criminalidade, a de massas, pela qual a população de fato se sente temerosa e é constantemente atingida, de absolutamente precária elucidação em nível policial e persecução penal como um todo compreende furtos, roubos e outras modalidades de expressão de violência contra pessoas nas ruas e nas casas, a exemplo de infrações atribuídas à crescente delinquência juvenil, do furto de automóveis e bicicletas, das invasões de apartamentos e da violência contra minorias (politicamente mascarada), além do tráfico e uso de drogas entre outros ilícitos do cotidiano (FERRO, 2009, p. 327).

Nota-se que estes atos acima destacados podem ocorrer nos territórios em razão da ação do tráfico de drogas, e, em muitos casos, isso ocorre até mesmo por pessoas que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas, com a intenção de manter o próprio uso. De acordo com Zaluar (2004), a criminalização do usuário de drogas permite o aumento da criminalidade violenta. Podemos observar tais fatores destacados, como a criminalidade e ao que se refere ao uso de

substâncias psicoativas, a partir da realidade do próprio território de análise desta pesquisa:

*Se olharmos há quinze a vinte anos atrás o bairro vivia de quadrilhas de assalto hoje à lógica é outra. (Sujeito A)*

*Pra você ter uma ideia a sífilis deu um boom aqui na nossa área, porque as meninas transam ao troco de uma pedra de crack e de qualquer jeito, camisinha aqui não vence. Então não é só o tráfico é que uma coisa leva a outra, que leva a outra, é uma ramificação. (Sujeito D)*

Esses elementos se deparam com um fator de suma importância na compreensão destas implicações a partir do tráfico de drogas, ou seja, a droga é uma mercadoria que, como apontado anteriormente, possui valor de uso e de troca. Entretanto, essa mercadoria é proibida, o que agrava as relações em torno de sua produção, circulação e distribuição, envolvendo diversos conflitos e ações violentas no interior de territórios vulneráveis. Giamberardino (2010), ao tratar da venda das drogas, aponta que:

Trata-se de uma atividade mercantil gerida por uma organização fortemente hierarquizada e dotada de especialização funcional – entre aviões, fogueteiros, soldados, vapores, gerentes, etc, com cargos ocupados muitas vezes por crianças, quanto às classes média e alta e constituem a maioria de sua potencial clientela (GIAMBERARDINO, 2010, p. 26).

O autor ainda traz uma análise sobre a venda de drogas, na qual destaca que os chefes das organizações utilizam os espaços da favela ou conjunto como lugar de uma atividade altamente rentável, que passam a utilizar como mão de obra os menores de idade para o transporte e venda de drogas. De acordo com Oliveira (2008), o maior benefício para o traficante é o uso da mão de obra de menores de idade, pois eles têm imputabilidade penal. Porém, embora esse fator seja real, nota-se que, além desta questão, entende-se que estes adolescentes que residem em territórios vulneráveis enfrentam uma realidade da falta de garantia de direitos, deste modo, compreende-se que a exploração da força de trabalho de menores de idade também ocorre pela falta de políticas para juventude, ausência de profissionalização, de emprego, entre outros meios que garanta a esse menor o acesso a direitos.

Por isso, ao tratarmos acerca das implicações do tráfico de drogas, não tem como deixarmos de lado o fato de que a violência é um elemento que está diretamente ligado, quando aquele está sob um solo proibicionista. No entanto, por trás deste contexto de violência, existe todo um aparato que mantém esta violência, bem como a sustentação para a lucratividade do mercado das drogas. Contudo, o tráfico de drogas ilícitas traz consigo uma série de crimes, em destaque o crime violento contra as pessoas<sup>12</sup>.

De acordo com Filho (2001), o tráfico de drogas ilícitas tem influenciado diretamente o aumento da criminalidade e, conseqüentemente, os homicídios, em sua grande maioria, estão diretamente ligados ao tráfico de drogas, por conta da disputa pelos pontos de venda de drogas, como também por dívida ou perda de droga em transporte. Além disso, fatores como contrabando de armas e outros crimes graves passam a fazer parte do cotidiano dos territórios vulneráveis<sup>13</sup>.

Zaluar (2004) reforça ao dizer que a conexão do tráfico de drogas ilícitas com outras modalidades de crimes é uma verdade atual que não pode ser desconsiderada. Deste modo, compreender a violência nestes territórios vulneráveis é importante para entender o controle existente nestes espaços, exercido pelo comando do tráfico de drogas. Giamberardino (2010) destaca que, nestes, há a intensificação do controle sobre a população no que se refere à obrigação do

---

<sup>12</sup> Atualmente moradores da Comunidade da Rocinha, situada na Zona Sul do Rio de Janeiro, têm vivenciado momentos de tensão e medo em decorrência do conflito interno gerado pelo tráfico de drogas. Segundo as notícias da Carta Capital (2017), os confrontos começaram no domingo, 17 de set 2017, por uma disputa interna pelo controle da venda das drogas e desde então a comunidade tem sido palco de operações policiais e confrontos diários. Em decorrência destes conflitos, as unidades de saúde e escolas foram fechadas, de acordo com a Secretária de Educação, mais de quatro mil crianças e adolescentes da rede pública e particular estão sem aulas, sendo que três mil destes são da Rocinha. Os serviços que prestam atendimento à comunidade têm mantido as portas fechadas em nome do medo e da tensão decorrente dos conflitos internos e do confronto com a polícia, também em função do toque de recolher que tem sido imposto pela organização do tráfico. Ainda segundo a Carta Capital (2017), o exército das Forças Armadas ocupou a comunidade, fazendo um cerco em toda a Rocinha para o apoio à Polícia Militar. Além disso, foi registrado que a população está com dificuldade de mobilização em função dos tiroteios que tem acontecido, impossibilitando o desenvolvimento de suas atividades diárias. Nota-se que as implicações do tráfico de drogas de fato atingem toda uma comunidade, em decorrência de uma disputa pelos negócios das drogas, acarretando assim em violência que é vivenciada por toda a população que está inserida nestes territórios.

<sup>13</sup> Em uma pesquisa realizada no Município de Londrina acerca de homicídios de jovens, a autora Lolis (2008) destaca que as mortes de jovens ocasionadas de forma violenta por armas de fogo, no período de 2000 – 2003, vitimaram, em sua maioria, jovens que moravam em territórios que acumulam piores indicadores sociais na cidade, como favelas, ocupações e assentamentos. A análise da autora nos ajuda a reforçar o debate ao longo desta pesquisa no que tange a violência cotidiana, especificamente nos territórios vulneráveis.

estabelecimento de pactos de silêncio, conivência ou de relação de trabalho no que se refere à venda destas substâncias.

Não se trata de supor que o mercado das drogas se restrinja ao território das favelas: há, de fato, figuras intermédias que levam a droga aos bairros mais ricos. De qualquer forma, é nas favelas que se tem realizado a maior parte do armazenamento e ao menos a “primeira venda” das substâncias, sendo esta a razão mais comum das “guerras internas” entre grupos concorrentes (GIAMBERARDINO, 2010, p. 27).

Vale destacar que o território de análise desta pesquisa é um exemplo real acerca desta disputa do comércio de drogas, o que tem gerado, ao longo dos anos, conflitos internos. Conseqüentemente, a população que reside naquele local vivencia o controle sobre aquele território, pois, em função desta disputa pelo espaço, os diferentes grupos concorrentes mantêm uma relação de dominação pelo território, bem como em algumas situações o controle de algumas famílias que podem ter algum envolvimento com o tráfico de drogas. Isso é retratado em uma das falas dos entrevistados:

*Desde o inicio já sabíamos que havia dois grupos internos, o grupo de cima e o grupo de baixo, aí esse terceiro grupo que quis entrar no ano passado gerou todo o problema, porque antes os dois grupos se respeitavam, mas um terceiro grupo quis entrar foi onde houve todo aquele problema de tiroteio. (Sujeito B)*

O autor acima referenciado destaca que muitos homicídios nestes territórios acontecem por conta de desobediência às regras internas impostas pelas organizações. Por outro lado, é impossível deixar de aludir que muitas vezes os acontecimentos violentos ocorrem em razão de confronto com policiais.

De acordo com Feffermann (2006), as prioridades básicas para a manutenção do tráfico de drogas são a dominação de territórios, a existência de um conjunto de regras, o uso da violência e a influência no espaço repressivo do Estado nas demais instâncias de governo. Deste modo, compreende-se que o tráfico de drogas possui e exerce suas regras e normas, mantendo um determinado controle sobre os territórios no qual estão inseridos.

Zaluar (2004) destaca, ainda, que uma destas implicações em relação ao tráfico de drogas é a lavagem de dinheiro. A autora afirma que a atividade do tráfico de drogas é altamente rendosa e que as investigações não têm seguido o caminho do dinheiro alcançado.

Apesar de as polícias continuarem a focalizar o varejo, que é mais visível e produz efeitos mais vistosos, não haveria tráfico sem lavagem de dinheiro, negociações internacionais, mediadores políglotas experts e contabilidade e administração financeira etc. Sabe-se que esses personagens não moram em favelas. Duvido que tenha havido no Brasil, oportunidade comparável para o estabelecimento dessa cumplicidade interclassista, que se apoia numa divisão do trabalho bastante conveniente para os criminosos que vivem longe das favelas (SOARES, 2000, p. 273).

Como destacado, nota-se que, no ramo do tráfico de drogas, existem também atores que possuem um enorme envolvimento, mas não fazem parte da dinâmica do dia a dia das ações do tráfico dentro dos territórios. Em muitas situações, as pessoas que atuam por trás das cortinas não residem nos territórios que sofrem diariamente o conflito decorrente do mercado das drogas. Oliveira (2008), ao referenciar Soares, destaca algumas consequências do comércio de drogas para os territórios vulneráveis:

a) o tráfico provoca um assustador número de mortes. De acordo com ele, dois homicídios dolosos que ocorreram em 1992 na cidade do Rio de Janeiro, cerca de 65% apresentavam alguma vinculação, direta ou indireta com o tráfico de drogas; b) ocorre um processo de desorganização da vida associativa e política das comunidades, uma vez que o domínio criminoso na favela manifesta-se no controle, direto ou indireto, sobre as organizações civis locais; c) as comunidades passam a ser subordinadas pelos criminosos que lidam com o comércio de drogas; d) a pobreza e os pobres são estigmatizados, porque os bairros populares são vistos como fontes do mal pelos indivíduos que não moram nesses ambientes; e) o tráfico é fonte de outras atividades criminosas, como o tráfico de armas (OLIVEIRA apud SOARES, 2008, p. 117-118).

Depara-se, aqui, com implicações que são vivenciadas pela população inserida nos territórios vulneráveis que possuem a presença do tráfico de drogas, os quais, por sua vez, recebem o estigma generalizante de traficantes e sofrem com a culpabilização diária acerca do contexto de violência gerado pelo

tráfico de drogas. E, ao mesmo tempo, a população residente nestes territórios se mantém submetida a uma correlação de poder que gera consequências diretas a um determinado seguimento social, ou seja, ao jovem negro da periferia.

Deste modo, entende-se que a “guerra às drogas” é uma guerra que possui um alvo principal, como destacou-se ao longo desta análise, e viu-se que a população inserida nos territórios vulneráveis é em sua maioria formada por jovens, negros e pobres, bem como a violência praticada pela política proibicionista das drogas ilícitas está diretamente ligada a estes territórios. Contudo, percebe-se que a proibição e o uso da violência em nome da “guerra às drogas” tem sido um mecanismo facilitador da criminalização da pobreza e do controle social, assim como a violação dos direitos humanos.

Deste modo, finaliza-se este capítulo reforçando o que se destacou no início, bem como em todo seu processo, pois ao longo de toda essa análise percebe-se que, de fato, a droga, no atual sistema, é posta enquanto mercadoria com valor de uso e troca, onde há disputa pelo controle da sua mercantilização, o proibicionismo em nome de uma segurança, assim como a efetiva ação em prol da “guerra às drogas”, que atinge territórios vulneráveis, independente do envolvimento em si. Neste contexto, observa-se que as populações residentes nos territórios em que há a presença do tráfico de drogas é submetida a inúmeras formas de violência estatais e do próprio narcotráfico. E, no ápice das violações, sofre também de maneira direta quando os serviços da rede de proteção se ausentam da comunidade em períodos de conflitos internos do tráfico de drogas ou na ocasião de operações policiais.

#### **4 INFLUÊNCIAS DA PRESENÇA DO TRÁFICO DE DROGAS EM UM TERRITÓRIO VULNERÁVEL**

Para a realização da pesquisa de campo, utilizamos as entrevistas semiestruturadas feitas com atores sociais que compõem a rede de serviços do território. Como já descrito anteriormente, os sujeitos são profissionais de órgãos públicos que atendem o território, sendo eles: Política de Educação, representada pela coordenadora da escola municipal; a Política de Assistência Social, por uma assistente social do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); e a Política de Saúde, por um agente comunitário de saúde (ACS). Em relação aos atores sociais, elencaram-se representantes da sociedade civil que desenvolvem ações no bairro, neste sentido, os sujeitos são: um representante da Associação de Pais e Mestres (APM).

Foi realizada uma entrevista com cada representante, orientada por um roteiro semiestruturado, composto por sete questões que foram gravadas com a autorização dos sujeitos. Considerando a temática abordada, entendemos que o sigilo profissional e a preservação dos sujeitos da pesquisa são de suma importância, portanto, na análise da coleta de dados, identificamos os sujeitos da seguinte maneira: Sujeito A; Sujeito B; Sujeito C e Sujeito D.

Portanto, este capítulo tem por intuito sistematizar a análise realizada da coleta de dados, juntamente com a fundamentação teórica deste trabalho. No entanto, entendemos que, para situar o leitor acerca do lugar de onde falamos, abordamos algumas características do Município de Londrina, bem como do território de análise desta pesquisa.

No que tange a análise dos dados empíricos, elencamos alguns eixos, sendo estes: particularidades do território; percepções sobre o tráfico; implicações da presença do tráfico no território; e a economia da droga proibida em um território vulnerável. Como destacado anteriormente, no eixo da particularidade do território, os leitores irão encontrar antecipações de falas da pesquisa de campo na primeira e segunda seção deste trabalho.

#### 4.1 TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS INFORMAÇÕES SOBRE O MUNICÍPIO DE LONDRINA<sup>14</sup>

A proposta deste trabalho está diretamente voltada à análise de um território situado no município de Londrina. No entanto, antes de apresentar sua caracterização, compreende-se que se faz necessário falar da cidade na qual este bairro está vinculado. O município de Londrina<sup>15</sup> foi fundado há 83 anos, está localizado no estado do Paraná, na Região Sul do Brasil, e possui em torno de 54 bairros divididos na Zona Central, Leste, Norte, Oeste e Sul. Londrina exerce um alto nível de influência econômica, comercial e política no estado, e, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística<sup>16</sup> (IBGE) de 2014, o município possui um Produto Interno Bruto (PIB) nominal estimado em R\$ 15.820.903.

A população estimada referente a este ano é de 558.439 pessoas, sendo que 97% da população são da área urbana e 3% da área rural, sendo o município caracterizado como cidade de grande porte. Ainda assim, de acordo com o IBGE, o salário mensal dos trabalhadores formais do município é de 2,8 salários mínimos, sendo que 38,6 % da população se enquadra no campo de pessoas ocupadas, no qual o rendimento mensal per capita de  $\frac{1}{2}$  salários mínimos da população abrange 28,7%. O município possui um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,778.

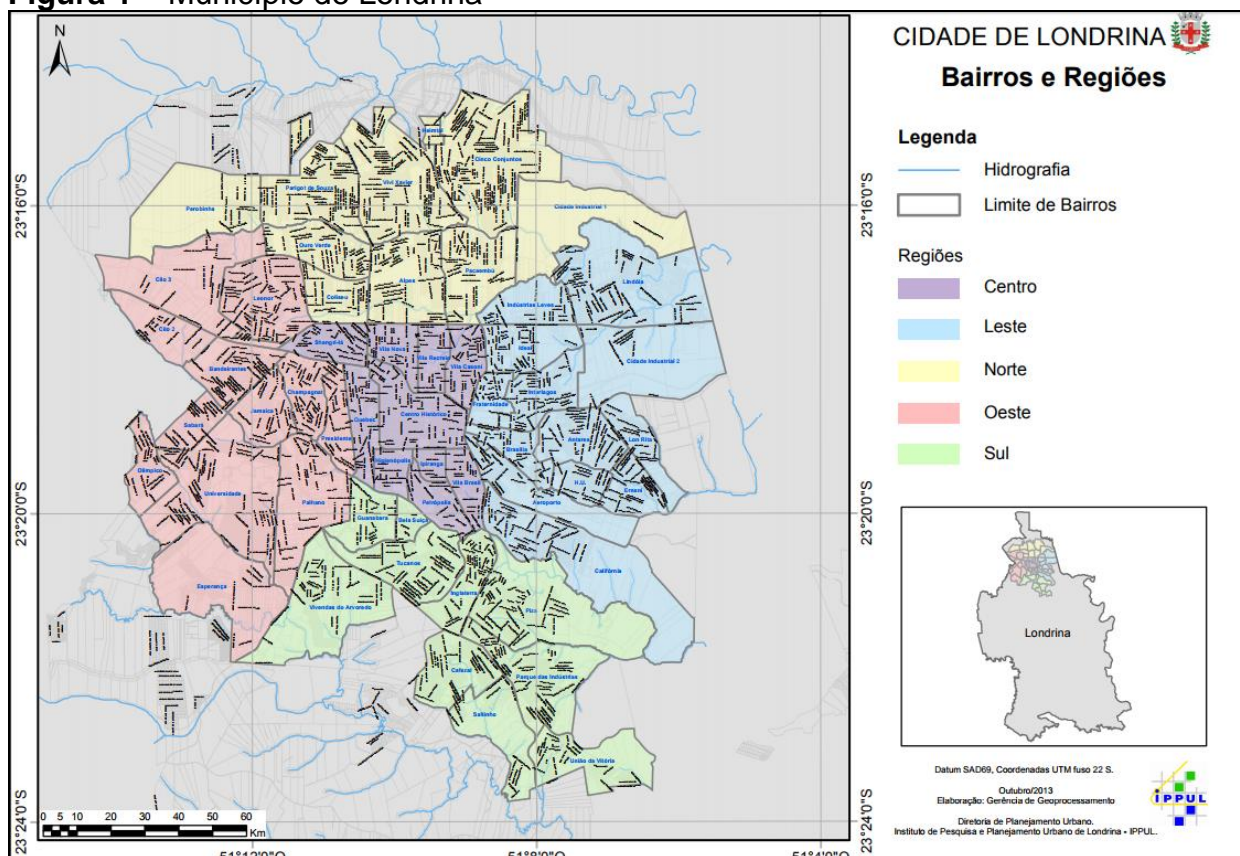
---

<sup>14</sup> Considerando a formação externa da banca, entende-se que a caracterização do Município e do território de análise desta pesquisa pode contribuir na leitura territorial. Vale destacar que não identificamos nominalmente o território considerando a temática abordada, bem como a garantia do sigilo dos entrevistados, levando em conta que os mesmos atuam profissionalmente no território.

<sup>15</sup> Os dados coletados acerca do Município de Londrina tiveram como fonte o site da Prefeitura de Londrina [http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3&Itemid=5](http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3&Itemid=5)

<sup>16</sup> Estes dados coletados tiveram como fonte o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – (IBGE – Cidades). <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/londrina/panorama>

**Figura 1 – Município de Londrina**



**Fonte:** (Londrina, 2017)

De acordo com as informações do censo de 2010, publicizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), 6.571 pessoas do município vivem em situação de extrema pobreza. Uma estimativa feita pelo MDS, em 2017, aponta que 46.905 famílias estão cadastradas no Cadastro Único do Governo Federal, sendo que, desta numeração, 17.347 famílias possuem renda per capita de R\$ 0 até R\$ 85,00, já 4.863 possuem renda de R\$ 85,01 até 1R\$170,00, por fim, 14.732 famílias possuem renda de R\$ 170,01 até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo. Este panorama ajuda a visualizar o índice de famílias que vivenciam situação de vulnerabilidade no município, valendo destacar que estes dados se pautam no sistema do Cadastro Único. Sendo que, destes números cadastrados, 17.217 famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família, 13.832 pessoas do município são beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada, 5.684 são Pessoas com Deficiência e 8.148 são idosos.

#### 4.2 IDENTIFICAÇÃO GERAL DO TERRITÓRIO E A REDE DE SERVIÇOS

As casas do território<sup>17</sup> da pesquisa foram construídas na década de 1980, pela Companhia de Habitação de Londrina (COHAB-LD). Na época, foram entregues quase 400 unidades, voltadas para famílias que residiam em uma ocupação urbana do município, valendo destacar que muitas dessas famílias eram procedentes do meio rural. A população daquele contexto vivia em condições de extrema pobreza, com baixo nível orçamentário e apresentava uma instabilidade constante em sua fonte de renda.

Atualmente, este território possui em torno de 3.000 pessoas residentes, de acordo com o registro de Informatização da Rede de Serviços da Assistência Social<sup>18</sup> (IRSAS) do município, e 1.314 pessoas possuem Cadastro Único, sendo que deste total, 530 famílias estão registradas. Destas famílias, 184 recebem o benefício do Bolsa Família.

A rede de serviços que atende o Conjunto Habitacional de análise é formada pela rede de saúde, educação e assistência social. Além disso, o bairro também conta com alguns serviços prestados por uma rede socioassistencial e por organizações vinculadas a igreja católica e evangélica.

É importante também ressaltarmos a existência de redes não institucionalizadas que são constituídas a partir de necessidades que se apresentam no dia a dia, a exemplo de atividades organizadas por moradores de forma espontânea. Outro aspecto a ser frisado se refere a forte presença da Associação de Moradores.

O acesso aos serviços de saúde neste bairro se dá pelo atendimento realizado pela Unidade Básica de Saúde (UBS), que não está localizada dentro do território, mas, sim, em torno do mesmo, e, de acordo com o Perfil do Município de Londrina (2016), esta unidade possui 26 profissionais para atendimento.

Já no âmbito da educação, possui uma unidade de Centro de Educação Infantil (CEI), que é mantido por um órgão não governamental, e atende crianças de 03 a 05 anos em período integral, sendo 54 crianças. Há também uma Escola Municipal que foi implantada há 35 anos no bairro, a qual possui 215

---

<sup>17</sup> Compreendendo que o tema abordado nesta pesquisa pode ser considerado uma temática de risco, opta-se, neste momento, em não especificar o nome do território destacado nesta pesquisa.

<sup>18</sup> Sistema criado em 2005 no Município de Londrina com o objetivo de integrar e socializar as informações da Política de Assistência Social.

crianças matriculadas em período matutino e vespertino. Em relação ao ensino fundamental, as histórias do bairro e da escola se cruzam, pois foi um dos primeiros serviços a chegar neste território. Dentro da escola, existe a Associação de Pais e Mestres (APM), que é uma entidade vinculada à escola com objetivos sociais e educativos sem fins lucrativos, composta por pais, funcionários, professores e estudantes, e é responsável pela parte financeira da escola enquanto um órgão jurídico, desenvolvendo ações desde a fundação da escola no bairro.

Além destes, há os serviços desenvolvidos pela Política de Assistência Social, a qual oferta serviços pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCVF). Por sua vez, o serviço não está localizado dentro do bairro, sua unidade fica em torno de 5 km de distância. Com as adequações pautadas pela IV Conferência de Assistência Social, em 2002, o município iniciou o processo de descentralização, na qual deu início aos serviços desenvolvidos pelo CRAS.

#### 4.3 O TRÁFICO DE DROGAS A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS ENTREVISTADOS

Os depoimentos empíricos coletados foram transcritos e sistematizados, agrupando as informações colhidas de acordo com a semelhança das respostas, partindo de aspectos como a particularidade do território, a percepção dos sujeitos entrevistados acerca da presença do tráfico de drogas no território e suas implicações. Por fim, organizamos as falas a partir de eixos que possibilitassem a análise do conteúdo, tendo em vista o alcance do objetivo da pesquisa. Assim, de posse dos relatos dos entrevistados, os transcrevemos em totalidade e, posteriormente, elencamos os pontos mais significativos de seus depoimentos e cruzamos com o referencial teórico construído ao longo deste trabalho.

Este eixo de análise tem como objetivo discutir as percepções dos sujeitos acerca da presença do tráfico de drogas no território. No que tange a esta percepção, a maioria dos sujeitos demonstrou este olhar a partir da própria dinâmica do território, sendo que as falas retratam a presença do tráfico em diferentes contextos.

*De um tempo pra cá está muito complicado, o tráfico come solto. Às vezes você passa na rua a noite e eles vêm no seu carro achando que você veio buscar e não é mais nada escondido, em cada dez ou cinco metros tem alguém oferecendo mesmo, está muito feio o negócio aqui. (Sujeito D)*

Ainda sobre essa percepção no território acerca do tráfico, o Sujeito B aponta que:

*[...] a gente passa na rua a gente vê, a gente sabe quem vende que tem as famílias dos alunos que estão matriculados aqui que tem envolvimento, mas estamos de mãos atadas por que não conseguimos fazer nada. Já pararam minha família quando vinham me buscar, hoje não porque já me conhecem, mas os meninos já pararam carro de marido de professoras que vieram buscar para vender drogas, mas agora como eles já conhecem não estão fazendo isso. (Sujeito B)*

É possível perceber, através das falas dos sujeitos, que a dinâmica do tráfico de drogas no território acontece independentemente das organizações dos serviços, bem como do período do dia, pois a fala do Sujeito B evidencia que os familiares dos profissionais são abordados durante o horário de trabalho.

Além disso, o que também conseguimos perceber é que alguns sujeitos caracterizam o tráfico de drogas a partir da relação familiar que se estabelece dentro do território, ou seja, famílias que residem no local. Percebemos isso na fala de um dos sujeitos entrevistados na pesquisa, ao dizer, especificamente, sobre o território de análise:

*[...] essa é outra característica legal de falar, que ali é geracional, eles foram colocados ali, e as famílias continuaram ali. Me lembro que uma das pessoas falou assim 'eu gosto que minha família está aqui, da convivência com a minha família, [...], mas tem muito essa questão do vínculo familiar, bairro geracional, são tudo meio parentes. (Sujeito C)*

Além disso, enfatiza que o poder no bairro está dividido entre dois grupos e aqueles que se agregam a cada um,

*A impressão que dá é que é um bairro de duas famílias. Ai que eu digo que essas famílias que não se encaixam nisso, o que elas fazem é ficar quietinha, entrar na casa delas e trabalhar. Complicado. (Sujeito C)*

Há também a menção ao fato de que famílias que não estão vinculadas de maneira direta a esses grupos de poder são submetidas a opressão e imposição do silêncio. O sujeito SB também aborda esses elementos, à medida que reforça a informação de que o território se divide em dois grupos reproduzindo a divisão estabelecida pelo comando do comércio de drogas, diferenciando-se como o grupo de cima e o grupo de baixo:

*Desde o início já sabíamos que havia dois grupos internos, o grupo de cima e o grupo de baixo (Sujeito B).*

No que diz respeito a esta relação da disputa familiar estabelecida no comando do tráfico de drogas, se nota que as relações se consolidam ao longo da formação do território específico de análise, bem como se constituem pela apropriação, dominação e, também, controle, como já destacado por Saquet (2007) no decorrer do trabalho. Conseqüentemente, essa disputa entre os grupos corrobora com o controle da própria população inserida no bairro, pois:

*A comunidade ao longo dos anos tem se tornado refém do tráfico de drogas, ela vê, mas não faz nada para mudar isso. Ela se tornou refém é uma coisa que está de baixo dos nossos olhos, mas ninguém faz nada para mudar, se tornou algo corriqueiro e normal. (Sujeito A)*

Podemos perceber, através da fala do Sujeito A, que a comunidade tem se mantido refém em função do tráfico de drogas que ali se estabelece. É compreensível o fato da população ver o que acontece e não se manifestar por conta do próprio controle que o tráfico gera ali dentro. Entendemos que o fato da comunidade não falar acerca do que vê pode ser uma forma de se preservar, diante do controle estabelecido pelo tráfico, que envolve fatores como ameaças e outros riscos, o que, certamente, fortalecerá o clima de medo.

Podemos notar isso de forma mais clara na fala do Sujeito C, ao relatar acerca de um episódio que ocorreu no território. Neste caso, o não envolvimento de um adolescente no tráfico gerou ameaças pelo comando.

*[...] mãe que veio relatou que o filho adolescente estava sendo ameaçado por ele não querer ter envolvimento. Ele estava em serviço de convivência em curso profissionalizante, ele vive no bairro, mas não se envolvia. A mãe disse que precisava sair do bairro,*

*porque ou o filho dela se envolvia ou sempre teria alguém contra ele, uma luta muito grande. (Sujeito C)*

Fica claro o controle exercido sobre a comunidade, por isso, como abordamos ao longo desta pesquisa, não podemos desconsiderar o poder que existe por parte do tráfico de drogas e sua influência nos territórios periféricos. Se nota que a percepção dos sujeitos acerca da presença do tráfico de drogas no território toma, como principal referência, a questão da disputa entre dois grupos e como isso se reverbera nas relações interpessoais, por meio da dominação e do controle vivenciado pela comunidade. Os depoimentos reforçam o debate desenvolvido nos capítulos anteriores, quando destacamos que a relação de poder que se estabelece no território está diretamente ligada às relações de conflitos existentes.

Por outro lado, é essencial problematizar que o poder exercido pelos dois grupos envolvidos com o tráfico de drogas também decorre da própria natureza do mercado ilegal de drogas. Observamos que, na medida em que a política proibicionista tece maneiras de controlar o comércio das drogas ilícitas, acaba dando liberdade para que os gestores deste mercado acabem gerenciando suas ações da forma que melhor convier, inserindo, neste contexto, a violência, como poderemos ver na próxima seção.

#### 4.4 A PRESENÇA DO TRÁFICO DE DROGAS E IMPLICAÇÕES PARA A GARANTIA DE DIREITOS SOCIAIS

Já neste segundo eixo de análise, o objetivo é abordamos as implicações da presença do tráfico de drogas no território, à medida que pudemos observar que, em sua grande maioria, propiciaram reflexões a partir da própria discussão teórica desenvolvida neste trabalho.

Ao olhar para o território de análise, especificamente, conseguimos notar que o território possui minimamente equipamentos internos, que atendem o território que não é considerado de grande porte, no entanto, as implicações do tráfico de drogas estão presentes, independentemente das ações desenvolvidas pelos serviços conforme a fala do Sujeito C:

*É um território, que eu considero perto dos outros bairros que eu atendo, ali tem equipamentos, minimamente, tem uma escola dentro de um bairro que atende especificamente aquele bairro e outros bairros ao redor, tem uma UBS bem próxima, tem um serviço de convivência, que é raro ter, então de equipamento tem uma CEI, de equipamento eu entendo que os moradores têm acesso, e existe o equipamento lá, como que é a qualidade disso já é outra discussão. (Sujeito C)*

Portanto, quando se questiona as implicações da presença do narcotráfico no território, na maioria das falas, percebemos que uma destas implicações está diretamente correlacionada à violência dentro do território. Ao ser questionado se o serviço já sofreu algum impacto ocasionado pelo tráfico de drogas, o Sujeito C relata que:

*Já. Não vou dizer exatamente do tráfico de drogas, mas da violência ocorrida no bairro, porque claro, essa violência é decorrente do tráfico de droga, mas não foi exatamente o tráfico, porque nunca é. (Sujeito C)*

Vamos perceber que a fala da violência está vinculada ao medo da permanência no local, como demonstra o depoimento abaixo:

*O que dá medo é a bala perdida ainda que a escola esteja localizada na saída do bairro não precisa passar pela rua específica do tráfico. A comunidade fica refém porque ninguém sai de suas casas, as crianças quando estão na escola fica muito assustadas qualquer barulho que eles ouvem já pulam na cadeira, isso tudo afeta no aprendizado porque eles ficam assustados, arredios, tensos. (Sujeito B)*

Através das falas, se nota que, tanto a população que reside dentro do território, quanto os profissionais que atuam naquele local, vivenciam um cenário de medo ocasionado pela disputa interna do território. Um fator de suma importância, observado em meio às falas, é o fato de que essa violência ocasionada pelo tráfico tem afetado diretamente a população no que tange o acesso aos serviços. Como expressa a fala do Sujeito D:

*Por exemplo, nas sextas-feiras nós fechamos mais cedo, a gente fica das sete as dezessete porque as meninas tinham muito medo de ficar até escurecer. Uma vez uma menina veio buscar a ti dela aqui, e no verão está claro, mas no horário de inverno já está escuro, e*

*foram uns rapazes armados até o carro porque achavam que estava sondando e ela disse que só estava esperando a tia dela que trabalhava aqui e ela disse o nome da tia e como todo mundo a conhecia ai ficou tranquilo, mas depois disso ela ficou com medo de vir buscar a tia dela. Por conta de o estacionamento ser muito escuro o secretario decretou que fecharíamos as cinco, então mudou por conta disso, quem está em casa todo dia já sabe que depois das cinco não tem como vir e vem mais cedo, mas e quem trabalha e precisa do atendimento, às vezes vem do serviço desce direto do ônibus e vem pra cá e vai chegar cinco e meia seis horas. (Sujeito D)*

Todos os entrevistados destacou que o acesso aos serviços prestados ao território, ou seja, aos direitos sociais, em determinados momentos fica prejudicado. Especialmente quando a disputa entre os dois grupos se agrava:

*Quando tivemos aquele episódio<sup>19</sup> no começo do ano tivemos orientações de andar em dois, estar sempre com alguém. Mas quando está acontecendo algo dentro do bairro a coordenadora já fala pra termos mais cautela. As vezes que está acontecendo alguma coisa dentro do bairro, por exemplo, ameaças, um grupo ameaçando o outro, o pessoal fica com medo de descer e acontecer alguma coisa lá. Às vezes se tem [uma atividade específica do serviço prestado pela instituição que o sujeito faz parte] e se a gente tem o cadastro e atualizado a gente faz contato, mas como eles mudam muito de número e não os atualizam às vezes perdem [a atividade] (Sujeito D)*

Outra fala retrata uma situação vivenciada pelo serviço em função do conflito ocasionado no território pelo tráfico:

*[...] a violência que estava acontecendo no bairro, às crianças não estavam indo pra escola, estava tendo tiroteio. Eu atendi várias vezes, porque eu não estava atendendo mais dentro do bairro, eu atendia ali num bairro próximo, e eu atendia pessoas que tinham acabado de passar por um tiroteio, a pessoa estava até ofegante assim, “meu Deus, não morri”, [...]. (Sujeito C)*

Fica claro através das falas que a violência presente no território se deu em função dos conflitos gerados pelo tráfico. E que, embora os serviços, na tentativa de garantir o acesso da população aos direitos sociais, enfrentaram

---

<sup>19</sup> O sujeito se referia ao conflito interno no território em função da disputa pelo comércio interno das drogas, que ocasionou na paralisação do atendimento de alguns serviços, bem como na morte de alguns jovens.

algumas dificuldades, na percepção do Sujeito C, seria preciso o início de ações que auxiliassem a resolução de conflitos:

*Porque quando nós percebemos que essa violência aumentou em determinado período ela estava prejudicando as crianças de irem à escola, o acesso das famílias ao CRAS, a UBS, então nós iniciamos uma certa mobilização para que alguma coisa acontecesse, não contra o tráfico, não foi essa a intenção, porque a gente entende que é muito mais complexo, mas que alguma coisa acontecesse, porque se não as famílias estavam perdendo o acesso aos serviços públicos, e aos serviços do bairro e da região. (Sujeito C)*

Observamos, ainda, na fala acima, que o sujeito tem clareza de que ações contra o tráfico propriamente dito seriam inviáveis, à medida que reconhece a complexidade do mercado das drogas. Mas, de qualquer forma, o sujeito demonstra uma intenção profunda de que se criassem estratégias que permitissem, ao menos, que a população pudesse ter acesso às instituições e serviços que tiverem necessidade.

Vale destacar, que o acesso aos direitos sociais dos moradores do bairro já sofre determinantes provenientes do desmonte das políticas sociais provocadas pelo próprio neoliberalismo. Ou seja, mesmo com poucas possibilidades para a garantia de direitos, os moradores do território analisado ainda sofrem duplamente: primeiro por conta do desmonte das políticas públicas, que acomete toda classe trabalhadora; segundo, por dificuldades de acesso devido a impedimentos na liberdade de ir e vir, e dos riscos provenientes dos conflitos existentes no local onde residem.

Vimos, de acordo com Faleiros (2006), que a cidadania tem como pressuposto a garantia e a efetividade de direitos e que a ausência desses direitos pressupõe a negação da cidadania. A partir desta lógica perversa, a população inserida neste território, que muitas vezes tem o acesso aos seus direitos negado e limitado, tem também o exercício de sua cidadania prejudicada em função dos conflitos gerados pelo tráfico de drogas, agravando a situação de vulnerabilidade. É notável na fala do sujeito que tais implicações, no que tange a garantia de direitos, têm afetado também o aprendizado das crianças na escola:

*[...] quando estava naquele processo de tiroteio de brigas entre eles os alunos não vinham na escola. Foi uma época que as mães tinham medo de mandar os filhos pra escola por causa de bala perdida. Tanto é que o tiroteio no fim do ano passado acontecia onze horas da manhã. Aconteceram várias vezes dos alunos estarem na quadra [...] ter que sair correndo voltar pra escola. Houve também no dia [...] um tiroteio durante o dia e várias mães virem desesperada na escola pra buscarem os filhos e foi ai que a gente fechou a escola e ia trabalhar e outro lugar e voltamos três dias antes de encerrar o ano pra fazer o fechamento do ano letivo e mandar atividade domiciliar pra recolher esse ano. (Sujeito B)*

De acordo com Santos (2012), os sujeitos, que vivem independentemente em qual território, devem ter os seus direitos sociais garantidos, como habitação, saúde, educação, sendo que estes se encontram descentralizados em diferentes políticas sociais. No entanto, os depoimentos colhidos em nosso trabalho de campo demonstram que o contexto da realidade vivida, tanto pela população, quanto pelos profissionais que atuam em territórios com a presença do tráfico de drogas, possui outra dinâmica. Percebe-se, em muitas situações, que os profissionais que atuam nestes territórios também enfrentam um contexto de medo, ocasionando a ausência dos serviços. Podemos perceber esse medo expresso na fala do Sujeito C:

*É uma precaução o fato de não ir, pode ser mesmo que não teria uma ação direta contra o serviço, mas já havia algum tipo de ameaça, então já estava botando um medo, tipo aqui tem quem manda. E outra coisa também que as vezes, não vai acontecer nada diretamente com você, mas você está em um território violento, onde está acontecendo uma violência, você pode levar uma bala perdida, assim como as unidades que estavam lá dentro, tem bala perdida para tudo que é lado. (Sujeito C)*

A ausência dos serviços nos territórios também nos leva a refletir acerca da própria incapacidade ou interesse do Estado em garantir os direitos da população. Até agora, pudemos perceber que uma das implicações do tráfico é a inoperância das ações dos serviços. Em contrapartida, a inoperância dos serviços prejudica a dinâmica territorial, que se dá em função do comércio das drogas, bem como os conflitos gerados por este comércio. O Sujeito A apresenta uma informação de grande importância, pois o que se nota é que a intenção do tráfico, especificamente neste território, não é a paralização das ações desenvolvidas pelos serviços, mas, sim, a permanência das ações desenvolvidas na comunidade.

*Por exemplo, quando a escola há um tempo fechou por conta do tráfico da guerra que estava acontecendo no bairro, eles buscaram os líderes da associação do conselho para que as ações se mantivessem. Porque de certa forma quando tudo funciona é uma falsa segurança que se tem na comunidade. Então não tem aquele alvoroço da comunidade de despertamento em querer mudar alguma coisa de querer brigar por alguma coisa, porque fica todo mundo do jeito que eles querem, alienados indo pra escola, indo ao trabalho enquanto eles continuam reinando. (Sujeito A)*

Em um primeiro momento, ao refletirmos acerca do interesse de manter a dinâmica da rede de serviço fluindo, poderíamos entender como forma de proteção e garantia de acesso aos serviços, porém, o que fica claro é que manter a lógica organizacional das atividades é de suma importância para a manutenção do comércio das drogas, considerando que essa manutenção se dá pelos diferentes sujeitos de diferentes locais que vêm até o território para fazer a compra da mercadoria.

*[...] o tráfico é uma fonte de renda deles, pararem os serviços gerou um problema bem grande, eles têm um poder, de alguma forma. Então que tipo de ação ou serviço possa combater? Dessa forma não tem como combater, porque é um comercio, envolve muita gente ganhando dinheiro. (Sujeito C)*

Observamos, portanto, que a garantia dos serviços, fluindo de maneira tranquila, faz com que os negócios das drogas também se mantenham como aborda o Sujeito A:

*Eles propagam essa paz para que eles continuem reinando. A ausência dos serviços, do serviço de saúde, de educação alvoroça a comunidade, desperta na comunidade uma intenção de lutar para que se acabe com o tráfico de alguma forma então isso para eles não é viável, viável é que tudo flua. (Sujeito A)*

Todavia, de acordo com os sujeitos entrevistados, os agentes do tráfico algumas vezes desenvolvem ações sociais para a população:

*E a outra relação que eu vejo também é que o comando, ou essa organização deles lá, de certa forma atende o bairro e protege o bairro, eu percebo isso em algumas falas e atendimentos, até de serviço, que relataram assim pra mim “ah eles vieram e eles fazem isso e aquilo no equipamento, eles contribuem, eles mantem a ordem”, então tem essa relação também. (Sujeito C)*

Outro elemento que deve ser destacado na fala acima se refere ao fato de que a presença do tráfico de drogas também traz proteção. Esta fala expressa a grande contradição em que a relação da população com o tráfico de drogas se estabelece. Ou seja, os mesmos agentes que trazem violência, prejudicam o acesso aos serviços, impõem medo e riscos, são vistos como quem garante a proteção.

Esta percepção reforça o que apontamos nas seções anteriores, especialmente o debate de Barbato (2006), ao apontar que o crime organizado passa a exercer ações que teoricamente seriam do Estado, porém, isso corrobora com um maior controle do tráfico sobre a população. Podemos dizer que o entrevistado resume isso ao apontar que:

*Bom, se o poder público e a sociedade não acolhe essa família o tráfico acolhe. (Sujeito C)*

Vamos perceber, através das falas, que a intervenção que o Estado realiza no território está muito mais ligada ao âmbito do controle por meio da segurança pública do que na garantia do acesso às políticas sociais. Ao relatar acerca de um conflito interno no território em função do tráfico, alguns serviços se organizaram com a intenção de buscar alternativas que mantivessem o acesso da população aos serviços, porém, a forma de atuação do Estado foi encaminhando a segurança pública para o local:

*Ai a segurança pública entrou no bairro, se instalou dentro do bairro, porque estava ocorrendo muita morte, muito homicídio, e ai se instalou e prejudicou. Porque existe uma guerra né, e prejudicou o trabalho deles e eles ficaram muito irritados. (Sujeito C)*

Já a fala de outro entrevistado, inversamente aponta que a presença da segurança pública é vista como um fator importante para a resolução do conflito no território:

*Nesse ano quando a secretaria veio e falou de tirar a escola, das crianças irem para outro lugar por conta da guerra, a comunidade não gostou, não deixaram de jeito nenhum a escola sair do bairro. Depois percebemos que eles não queriam que tirassem a escola do bairro por que se não, não viria mais guarda municipal, mais polícia pra cuidar, foi uma maneira também de guardar aqueles que também*

*estavam aqui, estavam gritando por socorro, por isso a ideia deles era de não tiram a escola daqui. (Sujeito B)*

Em relação à fala do Sujeito B, podemos também observar que há uma leitura bem particular em relação à luta da comunidade pela manutenção da escola no local. Para o sujeito, a luta não era especificamente pela escola, mas sim pelo fato de que, com a saída da escola, não haveria mais guarda municipal nem polícia no local. Consideramos, portanto, que esta é uma visão do sujeito a respeito de uma situação ocorrida no território, entretanto, não podemos afirmar que de fato foi isso, pois devido à metodologia e aos sujeitos elencados para esta pesquisa, não conversamos com a população. Essa consideração vale para todas as leituras dos sujeitos acerca da visão dos moradores a respeito da presença do tráfico, pois são leituras feitas pelos sujeitos desta pesquisa.

Podemos perceber que ambas as falas apontam para diferentes fatores correlacionados à atuação da segurança pública dentro do território. É possível considerar que a fala do Sujeito C nos mostra a atuação da segurança pública como uma intervenção do estado que apresenta muito mais problemas do que soluções. Dentro deste contexto é que nos deparamos com a relação do Estado penal conforme a lógica adotada por meio do processo de individualização e culpabilização da população, a qual pode se materializar enquanto segurança.

Neste âmbito, reafirmamos o destaque que fizemos anteriormente, no qual apontamos que a criminalização dos pobres tem ocorrido da degeneração do Estado Social para o Estado penal. Nota-se que as estratégias de atuação do Estado, nos territórios que vivenciam a dinâmica do tráfico de drogas, tem sido muito mais de forma punitiva, produzindo, assim, julgamentos imediatos sobre a violência e sobre quem seriam os responsáveis por ela, associando a prática da violência à condição da pobreza, etnia e território.

Por outro lado, o que temos na fala do Sujeito B é de que a segurança que se instalou no território propiciou uma sensação de proteção aparente à população, bem como aos profissionais que atuam nos diferentes serviços naquele local. Contudo, podemos também analisar que, embora a percepção do sujeito sugere o entendimento de que a presença das forças de segurança pública leva a garantia de proteção, o que observamos na situação relatada é que a intervenção da polícia foi muito mais voltada para a execução da

guerra às drogas do que para a garantia de segurança e proteção dos moradores, como poderemos observar na próxima seção.

#### 4.5 A “ECONOMIA DA DROGA PROIBIDA” EM UM TERRITÓRIO VULNERÁVEL

Nos chamou a atenção uma das falas dos sujeitos entrevistados, ao destacar que, na verdade, não foi por meio da segurança pública instalada no local ou por conta dos serviços que a dinâmica do território voltou à normalidade:

*Com tudo isso que aconteceu no bairro, quem barrou tudo, quem pôs fim a guerra não foram os serviços foram eles mesmo porque o fluxo da venda é intenso há pessoas que atravessam a cidade para comprar. Quem realmente tem o poder é o PCC porque o conflito interno do tráfico prejudica os negócios deles, as coisas se acertaram na última guerra porque os líderes do tráfico do bairro receberam uma ordem direta do PCC e no mesmo dia as coisas se resolveram. Não foram as organizações dos serviços, mas sim essa ordem direta porque o conflito prejudica diretamente na venda da droga. (Sujeito A)*

Fica claro, a partir da fala deste sujeito, que o controle da dinâmica territorial está intrinsecamente ligado à organização do tráfico no local, portanto, os conflitos internos gerados pela disputa do comércio da droga se dá pelos grupos estabelecidos, assim como a resolução acontece caso seja a vontade do próprio comando.

Não podemos desconsiderar que a violência e as mortes no que tange os negócios das drogas se dão, principalmente, nos territórios vulneráveis, como destacamos na segunda seção desta pesquisa. Porém, o que vimos é que a solução estabelecida pelo Estado se dá na esfera da segurança pública, contudo, o problema não tem demonstrado sinais de diminuição, assim como a materialização da chamada “guerra às drogas”, a qual se concretiza na criminalização de condutas praticadas em diferentes espaços.

Algumas falas dos sujeitos entrevistados apontam para essa dinâmica da venda das drogas, ou seja, apontam a relação da droga enquanto mercadoria:

*De doze anos pra cá esse bairro mudou muito, mas não mudou por que o projeto se instalou no bairro, mudou porque o meio de ganhar dinheiro mudou é interessante para o tráfico de drogas que as pessoas entram e saiam do bairro a hora que quiserem porque o tráfico vive do movimento. Quando o bairro estava em guerra que ninguém entrava não se vendia porque ninguém tinha coragem de vir aqui comprar não é interessante esse perigo externo, porque não se vende tem que estar tudo em paz para que qualquer hora do dia ou da noite as pessoas tenham coragem de entrar aqui adquirir o produto, então quando está na calmaria entra mercado, entra loja, porque hoje o tráfico acontece nas ruas. Se olharmos a quinze a vinte anos atrás o bairro vivia de quadrilhas de assalto hoje a lógica é outra. (Sujeito A)*

Através da fala do SA, compreende-se que a dinâmica territorial está totalmente ligada à venda da droga, o que, a partir de sua percepção, essa mudança dos negócios gerenciados dentro do território possibilitou uma maior circulação de outras pessoas no local. Além disso, um dos sujeitos entrevistados apontou o tráfico de drogas enquanto trabalho:

*[...] uma delas é que o tráfico é um trabalho, a gente percebe assim, que em várias famílias, a subsistência vem do tráfico, a gente não sabe como está organizado, mas essa é uma percepção que a gente teve dos atendimentos, nunca fez uma pesquisa mesmo. Eles têm alguns recursos, então a gente imagina que é uma fonte de renda. Mesmo que a pessoa não seja diretamente envolvida com o tráfico, por exemplo, uma menina que tem um filho com um dos garotos que fazem tráfico, então ele de alguma forma traz um dinheiro, então tem essa relação de trabalho. Até quando eu comecei lá, eu tinha a sensação que eu estava num outro país, porque a dinâmica é diferente. Então um ponto que eu vejo é esse, é uma relação de trabalho. (Sujeito C)*

Entende-se que a relação do tráfico de drogas enquanto trabalho pode ser considerada uma das implicações ocasionadas dentro do território. Lembrando que, ao mencionarmos Rocha (2012), a autora retrata que as drogas proibidas são mercadorias que possuem valor de uso e troca, deste modo, sua produção e circulação depende da exploração da força de trabalho. Neste sentido, compreende-se que o crime organizado cumpre uma função na realidade social, embora, ao mesmo tempo, reproduza diversas contradições pelo viés do conflito.

A presença do narcotráfico nos territórios vulneráveis contribui no processo de acumulação do capital, satisfazendo interesses do negócio das drogas

e também do Estado. Há, ainda, outra faceta deste fenômeno, pois o mercado das drogas ilícitas oferece trabalho para adolescentes, jovens e adultos, que estão fora do mercado formal, compondo o exército industrial de reserva, a superpopulação relativa ou, ainda, o lumpensinato propriamente dito, como discutimos no corpo da dissertação e, na maioria das vezes, desempenham funções específicas no comércio varejista das drogas proibidas.

Em uma das falas, observamos que a relação do comércio de drogas como trabalho é um fator percebido pelo sujeito entrevistado ao ponto de fazer parte da dinâmica dos jovens daquele território:

*Também, por exemplo, eu percebo em algumas falas de algumas mães, que os meninos crescem ali, olham para os mais velhos, e como se fosse assim, “eu vou seguir aquela profissão”, e algumas mães trazem isso como uma preocupação, de adolescente e pré-adolescente, “ah eu já falei pro meu filho não se envolver com isso”, mas não tem o que fazer. (Sujeito C)*

A fala do Sujeito D corrobora com a fala acima descrita, pois reforça essa lógica do trabalho no que se refere ao jovem olhar para esse contexto como de fato uma profissão, a qual tem gerado renda e ofertado um meio de sobrevivência. E que, embora esses jovens vivam do trabalho ofertado pelo tráfico, estão nos elos mais frágeis do negócio das drogas proibidas, são estes que enfrentam diretamente as consequências do comércio ilegal das drogas:

*E cada vez são meninos mais novos, eles recrutam cada vez mais meninos novos. Quem sofre as consequências não é o grande traficante, mas o aviãozinho e os usuários, porém ainda mais o usuário porque se o aviãozinho não for pego não sofre tanto, mas o usuário se eles não têm dinheiro, eles têm que dar os pulos deles, acontece muito da pessoa fumar e não ter pra pagar ou pega pra vender e fuma tudo e a pessoa apanha muito. (Sujeito D)*

Como já foi dito no capítulo que abordamos a questão da “guerra às drogas”, a partir do debate de Karam (2013), vimos que esta não é propriamente uma guerra contra as drogas, mas se trata de uma guerra contra as pessoas, que atuam na produção e comércio de substâncias proibidas e também seus consumidores. Deste modo, mesmo que o tráfico seja reconhecido enquanto um

trabalho pelos sujeitos que atuam no território fica claro que são estas pessoas que passam a ser o alvo da chamada “guerra às drogas”.

Em relação ao envolvimento precoce no trabalho oferecido pelo tráfico de drogas, os impactos são maiores ainda, como foi possível perceber através da fala do sujeito entrevistado, pois tem afetado até as crianças:

*Enquanto serviço é possível perceber na defasagem escolar, temos uma dificuldade muito grande com as crianças de 10 a 12 anos que está deixando a escola por conta do tráfico, não querem mais frequentar a escola. (Sujeito A)*

Ou seja, como foi dito, quem sofre as consequências são os conhecidos como “aviãozinhos” e os usuários pobres, os mais vulneráveis dentro do território. São aqueles que vivenciam o enfretamento direto com a segurança pública, bem como são os alvos no enfrentamento da guerra às drogas. Reforçando o que foi dito por Oliveira (2008), não são os grandes traficantes que vivenciam um cotidiano de morte ou conflito, mas, sim, o jovem, negro, pobre, marginalizado, inseridos nos territórios vulneráveis.

*[...] me disseram que a policia esta ali o tempo todo, do jeito deles, que quem eles querem eles pegam, que quem não quer não pegam, então a gente sabe que existe algo muito maior. (Sujeito C)*

Vamos perceber que as implicações ocasionadas pelo tráfico, enfrentadas pela população do território, bem como pelos profissionais que atuam ali, são também decorrentes do modelo proibicionista e de ações cunhadas pelo Estado penal no “combate” ao comércio das drogas ilícitas. Entretanto, pudemos observar que, a maioria das falas dos sujeitos entrevistados, demonstra uma centralidade no que tange o combate ao tráfico de drogas nas ações preventivas a serem desenvolvidas no território, como a fala do Sujeito C:

*[...] um território que tem o trafico muito forte, talvez a única forma de diminuir isso seja, preventivo com as crianças e adolescentes, proporcionando outras coisas para eles, que sejam interessantes e de qualidade que deem outra oportunidade para eles. (Sujeito C)*

Outro sujeito expressa que a diminuição das ações do tráfico de drogas se dará por meio de ações preventivas ou de um trabalho que seja feito, mesmo que de forma lenta, mas gradativa:

*Trabalhamos muito com a prevenção, não por que os pais, os tios que sabemos que tem o envolvimento com o tráfico ou usam drogas não e por isso que eles vão usar também, a gente faz aquele trabalho de sementinha, trazendo palestras, trabalhando com prevenção pra ver se eles seguem outro caminho, não o da família.  
(Sujeito B)*

Deste modo, nota-se que as falas demonstram a centralidade nas ações desenvolvidas de maneira individual, no entanto, o que discutimos ao longo deste trabalho é a necessidade da compreensão acerca do âmbito geral do tráfico de drogas, não apenas enquanto um problema isolado, especificamente de um território vulnerável, mas toda a complexidade que permeia essa relação, envolvendo as questões expressas pelo Estado penal, assim como o enfretamento por meio de ações que corroboram na marginalização e punição dos jovens inseridos nestes locais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta pesquisa possibilitou reflexões acerca dos determinantes do Estado Penal e da chamada “guerra às drogas”, especificamente em territórios vulneráveis social e economicamente. Sendo assim, essa primeira aproximação com os determinantes do Estado Penal possibilitou uma maior compreensão sobre o interesse estatal no que tange a culpabilização e penalização dos sujeitos que residem em territórios vulneráveis, que ocorre pelo processo de individualização e culpabilização.

Evidenciando, desta forma, a criminalização da pobreza, sendo que o desenvolvimento de políticas ofertadas nesta lógica se dá no aspecto da “segurança” e da “punição”. E, esta lógica, perversamente, tem selecionado a classe marginalizada com o intuito de reproduzir ações repressivas em nome de uma segurança que tem agravado, ainda mais, as condições de vida da população pobre que reside em territórios vulneráveis social e economicamente e, além disso, convive com a presença do tráfico de drogas e suas implicações.

A partir da análise sobre a apropriação do território, é possível observar que o referencial territorial está intrinsecamente ligado às diferentes relações que se estabelecem nestes locais. Além disso, aborda questões significativas acerca dos valores dos sujeitos que compõem o território e seu processo histórico, político, econômico e social. Fato observado na desigualdade social, relacionada, muitas vezes, com os sujeitos que neste território dão significados às diferenças culturais ou sociais, e assim constroem suas histórias e identidades, mesmo em um contexto de luta e sobrevivência.

Notou-se que, conforme se dá esta apropriação neste espaço, às ações conjuntas desenvolvidas propiciam à territorialidade, logo, o Estado e as organizações presentes começam a organizar este território tornando-o a manifestação de diferentes formas de poder. E, nessa discussão de mudanças que o território vivencia, o espaço está permeado por algumas expressões que devem ser consideradas para uma melhor compreensão acerca de seu balizamento.

A revisão bibliográfica também possibilitou uma melhor compreensão acerca da presença do tráfico de drogas nestes territórios vulneráveis, bem como do entendimento da droga enquanto mercadoria que satisfaz necessidades humanas. Possibilitou, também, que as questões do negócio das

drogas fossem analisadas a partir da perspectiva histórica, econômica, política e social, não apenas como um fenômeno isolado que tem a violência com principal repercussão. Vale destacar que este esclarecimento foi de extrema importância, pois antes não tínhamos essa compreensão acerca do tema, o que impossibilitava um olhar para esta perspectiva histórica em relação à lógica punitiva do Estado em função da própria política proibicionista.

Neste contexto, abordamos de forma aprofundada, questões que estão diretamente ligadas à chamada “guerra às drogas”, na qual foi possível chegar à conclusão de que esta guerra tem um alvo específico, sendo o jovem negro, pobre, inserido nos territórios vulneráveis e, apesar do objeto de pesquisa não ter sido este, as falas dos sujeitos acabaram apontando elementos que confirmam a seletividade penal.

Além disso, o fato de que essa guerra com alvo específico tem contribuído na segregação destes territórios, bem como da população que ali está inserida, vimos o quanto a população enfrenta condições de segregação por intitularem o território que vivem enquanto um local onde as relações se permeiam em função do tráfico, desconsiderando todas as outras formas de relações que são estabelecidas.

Por fim, o último capítulo abordou a caracterização do território de análise da pesquisa. Em um primeiro momento, falamos um pouco do Município de Londrina, considerando que o território faz parte deste município, com isso apresentamos características gerais sobre o território. Este capítulo também expressa a pesquisa de campo que possibilitou, a partir das entrevistas, reflexões acerca das consequências das ações do tráfico de drogas no território.

Realizamos, então, a mediação entre os relatos e o referencial teórico, na qual observamos algumas conclusões que permeiam as relações estabelecidas, podendo-se dizer que o território de análise desta pesquisa retrata de forma concreta situações e determinantes que foram revisados até o presente momento, no qual partimos dos seguintes eixos que fundamentaram essa análise: particularidades do território; percepções sobre o tráfico; e implicações da presença do tráfico no território.

A análise da pesquisa de campo apontou evidências que corroboram com implicações como a violência que se estabelece dentro do território, em função dos conflitos internos pela disputa do comércio das drogas. Percebemos que as

falas expressaram que a imposição da violência está ligada diretamente ao contexto da disputa das drogas. Além disso, uma das coisas que se notou é que, em função da violência, a população não tem acesso aos serviços prestados, os quais são paralisados ou então sofrem mudanças no horário de atendimento. Quando os grupos estão em um conflito mais exacerbado, o direito de ir e vir dos moradores do território é prejudicado, afetando, assim, a mobilidade, como também a busca por serviços garantidores de direitos dentro ou fora da comunidade.

Os depoimentos dos sujeitos confirmam que a violência e as mortes estão vinculadas à presença do negócio das drogas, principalmente nos territórios vulneráveis. Porém, o que vimos é que a solução estabelecida pelo Estado se dá na esfera da segurança pública, entretanto, alguns sujeitos colocaram que essas ações não têm demonstrado sinais de diminuição, assim como a materialização da chamada “guerra às drogas”, na qual se concretiza na criminalização de condutas praticadas em diferentes espaços. Deste modo, define-se que o Estado de fato passa a desenvolver ações nos territórios vulneráveis social e economicamente muito mais no campo da ação punitiva e controladora.

Mediante as reflexões expostas pelos sujeitos desta pesquisa, observou-se que o objetivo deste trabalho foi alcançado, ao se tratar de analisar quais são as consequências das ações do tráfico de drogas no território de análise desta pesquisa. Pois, notou-se que a violência da guerra às drogas, somada à violência das próprias relações que gerenciam o mercado das drogas, tem culminado em graves problemas no território: situações como a dificuldade do acesso da população aos serviços, ou a paralização destes serviços em função do medo vivenciado pelos profissionais que atuam no território, bem como a inserção de crianças e adolescentes cada vez mais cedo no mercado de trabalho ofertado pelo tráfico.

Haja vista que se notou que os limites da pesquisa em muitas ocasiões se deu em função da temática abordada, sendo estes limites notados nas falas dos sujeitos entrevistados, ou então na recusa da participação da instituição para pesquisa e também o próprio limite vivenciado pela pesquisadora. Isso nos faz refletir acerca da necessidade de um olhar mais voltado as questões que permeiam o negócio das drogas no território, pois as influências que afetam o território em função do mercado das drogas têm afetado diretamente a rede de serviços e a população que ali está inserida. Por isso, se nota que há uma maior necessidade de

falamos acerca do tema, do que permeia toda essa relação no negócio das drogas, a necessidade dos profissionais que atuam nestes territórios em saber quais são os determinantes do Estado em relação ao mercado das drogas e como isso tem afetado diretamente a uma população específica no território.

Deste modo, pode-se dizer que esta pesquisa contribui para um conhecimento e aprofundamento sobre a temática proposta, e, além disso, a partir da revisão bibliográfica e das entrevistas coletadas, foi possível analisar questões que perpassam o dia a dia do território de análise, servindo para reflexões acerca de outros territórios que possuem as mesmas particularidades urbanas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Rubens M. de; LEAL, Glauber Andrade Silva. **Estado, crime organizado e território: poderes paralelos ou convergentes?** Prudente/ SP, 2012.

ALVES, Ana Rodrigues C. **O conceito de hegemonia: de Gramsci A Laclau e Mouffe.** Lua Nova, São Paulo, 2010.

AMORIM, Carlos. **Comando vermelho: A história secreta do crime organizado.** Rio de Janeiro: Record, 1993

ANDRADE, Iraci de; **Território e Assistência Social: uma análise do Serviço Social a partir da reprodução social do espaço.**2012. Porto Alegre, Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. In: MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à filosofia.** 2.ed. São Paulo: Moderna, 1993. 395p.

ARBEX JR, J.; TOGNOLLI, C. O século do crime. São Paulo: Boitempo, 1996.

BARBATO, Roberto Jr. **Direito informal e criminalidade: os códigos do cárcere e do tráfico.** Campinas, SP: Millennium, 2006.

BATISTA, Vera Malaguti. **Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro.** 2. ed. Rio de Janeiro: Renavan, 2004. (Pensamento criminológico).

BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** 3. ed.- São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL, **Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública.** Brasília, 11 out. 2006 (versão atualizada), Brasília: SENASP, 2006.

BRASIL. **Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** Orientações técnicas sobre o PAIF: serviço de proteção e atendimento integral à família – PAIF, segundo a tipificação nacional de serviços socioassistenciais. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: ed. 34 / Edusp, 2000.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política.** 2 ed. Campinas, SP, 1988

CASTRO, C. C. **Criminalização da pobreza**: mídia e propagação de uma ideologia higienista de proteção social aos pobres. 150f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Universidade de Brasília-UnB, Brasília, 2010.

CARTA CAPITAL, 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/guerra-do-traffic-leva-caos-a-rocinha-e-outras-comunidades-do-rio>> . Acessado em: 25 set 2017

FALEIROS, V. P. **Inclusão Social e Cidadania**, 32ª Conferência Nacional de Serviço Social, 2006.

FEFFERMANN, M. **Vidas arriscadas**: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

FERNANDES, Dalvani. Território e territorialidade: algumas contribuições De Raffestin. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v.2, n.4, p. 59-68, jul - dez 2009

FERRO, Ana Luiza Almeida. **Crime organizado e organizações criminosas mundiais**. CURITIBA: Juruá, 2009.

FILHO, Cláudio Beato F. et al. **Conglomerados de Homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte de 1995 a 1999**. Belo Horizonte, editora UFMG, ano 2001

GIAMBERARDINO, André Ribeiro. **Tráfico de drogas e o conceito de controle social**: reflexões entre a solidariedade e a violência. Revista Brasileira de Ciências Criminais, nº 83, São Paulo: Revista dos Tribunais.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 8 ed. Tradução: Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GUAZZELLI, Carolina; Scherer, Torres Larissa. **Questões atuais sobre o uso da ritalina e sua relação como ambiente escolar**. Disponível em:< <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Larissa-Scherer.pdf>>. Acesso em: 19/09/2017

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios "à multiterritorialidade". Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. **Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade**. 2004. Disponível em: < <http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos>>. Acesso em: 02 maio. 2017

\_\_\_\_\_. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2014

IANNI, Octavio. **A Questão Social**. In: Octavio Ianni - Pensamento Social no Brasil. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

\_\_\_\_\_. **A Idéia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

IBGE. Censo demográfico 2014. In: *Censo 2010*. IBGE, 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo2014/>>. Acesso: 12/09/2017

KARAM, M. **Drogas**: Legislação brasileira e violações a direitos fundamentais. Texto para curso de extensão promovido pelo Núcleo de Estudos Drogas/Aids e Direitos Humanos do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro-RJ - abril 2010. Disponível em: <<http://www.leapbrasil.com.br/textos>>. Acesso em: 20 jun. 2017

\_\_\_\_\_. **Violência, militarização e “guerra às drogas”**. Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa. Rio de Janeiro, 2013.

\_\_\_\_\_. Legislação Brasileira sobre Drogas: História Recente – A Criminalização da Diferença. In: ACSELRAD, Gilberta (org.). *Avessos do Prazer: drogas, Aids e direitos humanos*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

LEAL, Glauber A. S; ALMEIDA, José Rubens M. de. **Estado, crime organizado e território**: poderes paralelos ou convergentes? Presidente Prudente/ São Paulo, 9 a 12 de outubro, 2012.

LÊNIN, V. I. **O Estado e a Revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **A teoria da produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006

LIMA, Rita de Cássia Cavalcante. **Uma história das drogas e do seu proibicionismo transnacional**: relações Brasil-Estados Unidos e os organismos internacionais. 2009. 365 f. Tese (Doutorado em Serviço Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

LOLIS, Dione. **Um jeito jovem de morrer**: homicídios de jovens por armas de fogo em Londrina, 2000-2003. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Araraquara, 2008.

MACHADO, Lia Osório. **O comércio ilícito de drogas e a geografia da integração financeira**: uma simbiose? Grupo Retis. Departamento de Geografia, Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. Disponível em: Acesso em: 21 nov. 2017.

MARX, Karl. **O capital**. Crítica da economia política. Livro primeiro: o processo de produção do capital. Volume II. 12ª edição. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1988. Cap. XXIII. A lei geral da acumulação capitalista (itens 1 ao 4).

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

Ministério do Desenvolvimento Social, 2017. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve>> Acesso em: 15 set. 2017

MINGARDI, Guaracy. **Tráfico de drogas e crime organizado: o modelo paulista**. In. RIBEIRO, Maurides de Melo e SEIBEL, Sérgio Dario (Org.). *Drogas: hegemonia do cinismo*. São Paulo: Memorial, 1997.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha. **O marco conceitual da vulnerabilidade social. Porto Alegre**. PUCRS, 2011.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2001

OLIVEIRA, Adriano. **Tráfico de drogas e crime organizado**. Peças e Mecanismos. Curitiba: Juruá, 2008

OLIVEIRA, Francisco de. **“Vulnerabilidade Social e Carência de Direitos”**. In: Cadernos ABONG, 8 de junho de 1995.

PASSETTI, Edson. **Das fumeries ao narcotráfico**. São Paulo: Educ, 1991. v.1.

PEDON, Nelson Rodrigo; SOUZA, Edevaldo Aparecido. Território e Identidade. **Revista Eletrônica das Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Três Lagoas**. Tres Lagoas, v.1, n. 6, nov 2007.

PICONI, Liana Lopes B., LOPES, Eliane Cristina. **Favela: remover ou urbanizar**. Trabalho Conclusão de Curso. Londrina, 1984.

Prefeitura do Município de Londrina. Secretaria de Planejamento. **Perfil do Município de Londrina – 2016**. Disponível em: <[http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com\\_rsform&Itemid=560](http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_rsform&Itemid=560)> . Acesso em: 12 set. 2017

\_\_\_\_\_. **Mapa do Município de Londrina 2017**. Disponível em: <[http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/ippul/mapas\\_tematicos/bairros\\_regioes\\_a4.pdf](http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/ippul/mapas_tematicos/bairros_regioes_a4.pdf)> Acesso em: 12 set. 2017

\_\_\_\_\_. **Sistema de Informação Geográfica de Londrina, 2017 a**. Disponível em: <<http://siglon.londrina.pr.gov.br/arcgis/apps/webappviewer/index.html?id=825051b5b90e40739752ef474b8b67a5>> Acesso em: 12 set. 2017

\_\_\_\_\_. **Sistema de Informação Geográfica de Londrina, 2017b**. Disponível em: <<http://siglon.londrina.pr.gov.br/arcgis/apps/webappviewer/index.html?id=825051b5b90e40739752ef474b8b67a5>> Acesso em: 12 set. 2017

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, Andréa Pires. **Trajetórias de adolescentes apreendidos como "mulas" do transporte de drogas na região da fronteira (Paraná) Brasil-Paraguai**: exploração de força de trabalho e criminalização da pobreza. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca/SP, 2012.

RODRIGUES, Thiago M. S. **A infundável guerra americana**: Brasil, EUA e o narcotráfico no continente. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.16, n.2, p.102-111, abr./jun. 2002.

ROLNIK, Raquel. **Exclusão Territorial e Violência**. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n4/v13n4a10.pdf>>. Acessado em: jul 2017

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 2ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Record, 2000.

\_\_\_\_\_. **O espaço do cidadão**. 7ª ed, 1ª reimpr. São Paulo: Universal, 2012

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001

SILVA, Carla Holanda da. **Território**: uma combinação de enfoques – material, simbólico e espaço de ação social. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFPR. Curitiba, 2009.

SOUSA, Charles Toniolo de; OLIVEIRA, Bruno José da Cruz. **Criminalização dos pobres no contexto da crise do capital: reflexões sobre os seus rebatimentos no Serviço Social**. In: FORTI, Valéria; BRITES, Cristina (orgs.). Direitos humanos e Serviço Social: polêmicas, debates e embates. Lúmen Juris: Rio de Janeiro, 2011.

STEINKO, Armando Fernández. **Las pistas falsas del crimen organizado**: finanzas paralelas y orden internacional. Madrid: Catarata, 2008.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania**: figurações da questão social no Brasil moderno. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2001.

TERRA, José M. CARVALHO, Thaigo F. **Justiça Paralela**: criminologia crítica, pluralismo jurídico e (sub) cidadania em uma favela do Rio de Janeiro. 1ª edição- Rio de Janeiro: Revan, 2015.

VELHO, Gilberto. Drogas, níveis de realidade e diversidade cultural. 1997

WACQUANT, Loic. **Punir os pobres:** a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Tradução de Eliana Aguiar. Revisão de Ricardo Jacobsen Gloeckner, 2003.

\_\_\_\_\_. **Os condenados da cidade:** estudos sobre marginalidade avançada. Tradução de João Roberto Martins Filho. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

\_\_\_\_\_. **As duas faces do gueto.** Tradução de Paulo Cezar Castanheira – São Paulo: Boitempo, 2008

ZALUAR, Alba. **Integração perversa:** pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

## APÊNDICES

APÊNDICE A  
Roteiro de Entrevista

1. Como se dá a atuação do serviço que você representa no território?
2. Quais as dificuldades que prejudicam o desenvolvimento de ações de garantia de direitos no território?
3. De que maneira essas dificuldades prejudicam a população no acesso ao serviço?
4. A partir da sua vivência no território você observa a presença do tráfico de drogas no local?
5. Como você observa que se dá a relação da comunidade com o tráfico de drogas?
6. O serviço que você representa já sofreu algum impacto em relação a presença do tráfico de drogas?
7. Quais estratégias que você visualiza como possibilidades para intervenção nos problemas decorrentes da presença do tráfico de drogas no território?

## APÊNDICE B

## Termo de Confidencialidade e Sigilo

Eu **Tauany Santos Castro Tomé, brasileira, casada, estudante, inscrita no CPF sob o nº 06328362960**, abaixo firmado, assumo o compromisso de manter confidencialidade e sigilo sobre todas as informações técnicas e outras relacionadas ao projeto de pesquisa intitulado **“Percepções de representantes das organizações públicas e comunitárias acerca da influência do tráfico de drogas no cotidiano de um território vulnerável social e economicamente”**, a que tiver acesso nas dependências do (departamento, setor, escola, UBS, etc) da (Instituição responsável)

Por este termo de confidencialidade e sigilo comprometo-me:

1. A não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros;
2. A não efetuar nenhuma gravação ou cópia da documentação confidencial a que tiver acesso;
3. A não apropriar-me de material confidencial e/ou sigiloso da tecnologia que venha a ser disponível;
4. A não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-me por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por meu intermédio, e obrigando-me, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e / ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo das informações fornecidas.

Neste Termo, as seguintes expressões serão assim definidas:

Informação Confidencial significará toda informação revelada através da apresentação da tecnologia, a respeito de, ou, associada com a Avaliação, sob a forma escrita, verbal ou por quaisquer outros meios.

Informação Confidencial inclui, mas não se limita, à informação relativa às operações, processos, planos ou intenções, informações sobre produção, instalações, equipamentos, segredos de negócio, segredo de fábrica, dados, habilidades especializadas, projetos, métodos e metodologia, fluxogramas, especializações, componentes, fórmulas, produtos, amostras, diagramas, desenhos de esquema industrial, patentes, oportunidades de mercado e questões relativas a negócios revelados da tecnologia supra mencionada.

Avaliação significará todas e quaisquer discussões, conversações ou negociações entre, ou com as partes, de alguma forma relacionada ou associada com a apresentação da dos itens, acima mencionados.

Pelo não cumprimento do presente Termo de Confidencialidade e Sigilo, fica o abaixo assinado ciente de todas as sanções judiciais que poderão advir.

Local, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.

Ass. \_\_\_\_\_  
**Nome do Pesquisador(a) Responsável**

## APÊNDICE C

## Termo de Conscientimento livre e Esclarecido

**“Percepções da rede de serviços acerca da influência do tráfico de drogas no cotidiano de um território em situação de vulnerabilidade social”**

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo (a) para participar da pesquisa **“Percepções de representantes das organizações públicas e comunitárias acerca da influência do tráfico de drogas no cotidiano de um território vulnerável social e economicamente”**, a ser realizada em **“Londrina”**. O objetivo da pesquisa é **“Analisar quais são as consequências das ações do tráfico de drogas no Conjunto Habitacional – Londrina a partir das percepções de organizações públicas e comunitárias”**. Sua participação é muito importante e ela se daria da seguinte forma através de entrevista com algumas perguntas acerca da proposta da pesquisa por meio de gravação de voz.

Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Esclarecemos, também, que suas informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. A coleta dos registros gravados será para análise comparativa das informações bibliográficas obtidas na pesquisa.

Esclarecemos ainda, que você não pagará e nem será remunerado (a) por sua participação. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação.

Os benefícios esperados são ampliação da temática proposta e a possibilidade de estratégias de atuação no território. Quanto aos riscos, pesquisas que estão diretas e/ou indiretamente a questão do tráfico de drogas os riscos são eminentes, por isso garantir se aos sujeitos sigilo absoluto. Neste sentido as entrevistas não serão realizadas no território (local onde os mesmos desenvolvem suas atividades profissionais e/ou comunitárias), mas sim em locais onde melhor os

convier, abrindo aos mesmos a possibilidade de indicarem o espaço que se sentirem seguros. Outro cuidado se refere ao tratamento dos dados coletados, após análise os arquivos das gravações serão extintos.

Caso você tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos poderá nos contatar com pesquisadora responsável Tauany Santos Castro Tomé, residente no endereço Rua: Tangânica 1500, Vila Flora – Londrina, telefone (43) 3357-6380 (43) 98447-6086, e-mail: tauanysantoscastro@hotmail.com ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, situado junto ao LABESC – Laboratório Escola, no Campus Universitário, telefone 3371-5455, e-mail: [cep268@uel.br](mailto:cep268@uel.br).

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue à você.

Londrina, 2017

Tauany Santos Castro Tomé

RG: 10252494-2

**Pesquisador Responsável**

\_\_\_\_\_ (NOME POR EXTENSO DO PARTICIPANTE DA PESQUISA), tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa descrita acima.

Assinatura (ou impressão dactiloscópica): \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_